



INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO - PPGI
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DIPESP
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- ProfEPT**

JOSEFA APARECIDA PEREIRA DE ANDRADE

**CONSELHO DE CLASSE: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE
DOCENTES DA EPTNM DO IFRO-CAMPUS JI-PARANÁ**

Manaus – AM

2019

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO - PPGI
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - DIPESP
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- ProfEPT**

JOSEFA APARECIDA PEREIRA DE ANDRADE

**CONSELHO DE CLASSE: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE
DOCENTES DA EPTNM DO IFRO-CAMPUS JI-PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, campus Manaus Centro, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rosa Oliveira Marins Azevedo.

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.

Manaus – AM

2019

JOSEFA APARECIDA PEREIRA DE ANDRADE

CONSELHO DE CLASSE: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE
DOCENTES DA EPTNM DO IFRO-CAMPUS JI-PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, campus Manaus Centro, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rosa Oliveira Marins Azevedo.

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.

Manaus – AM

2019

JOSEFA APARECIDA PEREIRA DE ANDRADE

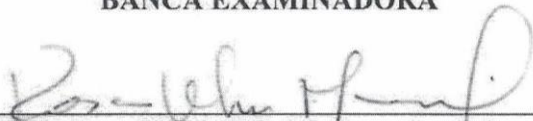
CONSELHO DE CLASSE: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE
DOCENTES DA EPTNM DO IFRO-CAMPUS JI-PARANÁ

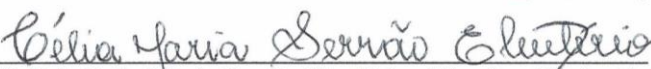
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, campus Manaus Centro, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Rosa Oliveira Marins Azevedo.

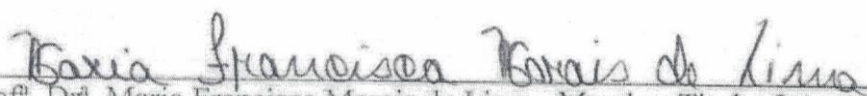
Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 11 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Rosa Oliveira Marins Azevedo - Orientadora
Instituto Federal do Amazonas - IFAM


Prof.^a. Dr.^a. Celia Maria Serrão Eleutério - Membro Titular Externo
Universidade do Estado do Amazonas - UEA


Prof.^a. Dr.^a. Maria Francisca Morais de Lima - Membro Titular Interno
Instituto Federal do Amazonas - IFAM

A Deus, acima de tudo.
Ao meu esposo e aos meus pais, especialmente, à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e por me sustentar diante de cada desafio enfrentado e por conduzir meus passos durante a caminhada.

Sou imensamente grata ao meu esposo que me incentivou em todos os momentos e, mesmo sem compreender a dimensão dos desafios de um Mestrado, permaneceu firme ao meu lado.

Aos meus pais, Maria Romão e Francisco Pereira de Andrade, por serem meus maiores exemplos e por, mesmo de longe, terem caminhado comigo, por todo amor e zelo.

À minha orientadora, professora Rosa Oliveira Marins Azevedo, por tudo que me ensinou, pelas lições de humildade, paciência, dedicação, respeito, ética e amor e, acima de tudo, por ser uma inspiração enquanto pesquisadora, profissional e mulher.

Aos companheiros de mestrado, especialmente aqueles que se tornaram amigos e que passaram a fazer parte não apenas deste processo, mas da minha história e da minha vida, e que pelos quais nutro um imenso carinho e admiração.

Gratidão aos professores do mestrado: às professoras Ana Cláudia Ribeiro de Souza, Soraya Farias Aquino, Maria Francisca Morais de Lima, Deuzilene Marques Salazar e Marize Silva Passos e aos professores Vanderlei Antonio Stefanuto, Daniel Nascimento e Silva e Fábio Alexandre Araújo dos Santos.

Aos alunos e professores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) campus de Ji-Paraná, que participaram da minha pesquisa e que muito contribuíram com esse projeto. Um agradecimento especial aos professores do Grupo Colaborativo que participaram de todas as etapas da pesquisa, por todo carinho, respeito, humildade e dedicação à pesquisa, e por me inspirarem durante os encontros do grupo.

Aos companheiros do trabalho, especialmente à equipe CAED (Coordenação de Apoio ao Educando) por terem me apoiado desde o início em todos os momentos, sou grata pela compreensão e suporte: Wanis, Sônia, Mágda, Lívia, Rosângela, Alyne, Rosiele, Renata, Meire, Joelson e Luís.

À equipe gestora do IFRO campus de Ji-Paraná pelo suporte e apoio.

Aos professores Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben e Carlos Henrique Carrilho Cruz pelo suporte teórico e por contribuírem com a investigação do tema Conselho de Classe.

À profissional Michelle Costa de Lima pelo projeto gráfico do produto da dissertação.

Gratidão a todos que, em algum momento, caminharam comigo e que marcaram e foram marcados pela minha pesquisa.

O Que é, o Que é?

Eu fico com a pureza das respostas das crianças:

É a vida! É bonita e é bonita!

Viver e não ter a vergonha de ser feliz,

Cantar,

A beleza de ser um eterno aprendiz

Eu sei

Que a vida devia ser bem melhor e será,

Mas isso não impede que eu repita:

É bonita, é bonita e é bonita!

E a vida? E a vida o que é, diga lá, meu irmão?

Ela é a batida de um coração?

Ela é uma doce ilusão?

Mas e a vida? Ela é maravilha ou é sofrimento?

Ela é alegria ou lamento?

O que é? O que é, meu irmão?

Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo,

É uma gota, é um tempo

Que nem dá um segundo,

Há quem fale que é um divino mistério profundo,

É o sopro do criador numa atitude repleta de amor.

Você diz que é luta e prazer,

Ele diz que a vida é viver,

Ela diz que melhor é morrer

Pois amada não é, e o verbo é sofrer.

Eu só sei que confio na moça

E na moça eu ponho a força da fé

Somos nós que fazemos a vida

Como der, ou puder, ou quiser [...]

RESUMO

Pesquisa que teve por objetivo investigar em quais aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para alcançar esse objetivo estabeleceu-se a relação entre Conselho de Classe e formação docente, para, posteriormente, a partir do trabalho colaborativo desenvolvido entre pesquisadora e participantes da pesquisa, realizar o planejamento, a implementação e a avaliação de ações formativas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que utilizou como estratégia metodológica a pesquisa colaborativa, organizada em quatro fases: diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. Estas fases foram realizadas em dois momentos: no primeiro, denominado de feixe de luz, ocorreu a fase diagnóstica; no segundo, denominado de coprodução e formação, ocorreram as fases de planejamento, implementação e avaliação. Os participantes da pesquisa foram organizados em dois grupos: do primeiro grupo participaram quarenta (40) alunos dos cursos técnicos integrados (Técnico em Florestas, Técnico em Química e o Técnico em Informática), três (3) profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e quarenta e três (43) professores, docentes dos cursos técnicos integrados; do segundo grupo participaram seis (6) professores, docentes no IFRO, que deram origem ao Grupo Colaborativo. Como técnicas e instrumentos de produção dos dados, fizemos uso, respectivamente, de roda de conversa, momento formativo, momento de estudo, observação colaborativa e análise documental; questionários, gravação de áudio e diário de campo. Para a realização da análise dos dados, adotou-se a ATD (Análise Textual Discursiva). Os resultados mostram que o Conselho de Classe fundamentado nos processos de avaliação, autoavaliação e reflexão pode atuar na formação de docentes da EPTNM, nos seguintes aspectos: promover a integração de saberes, a atualização didático-pedagógica de professores e o diagnóstico de suas necessidades formativas. Tais resultados permitiram a construção do produto educacional, uma proposta para o Conselho de Classe Formativo com o objetivo de colaborar com a (re)configuração do Conselho de Classe no campo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo como base a participação, reflexão e avaliação/autoavaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.

Palavras-chave: Formação Docente. Conselho de Classe. Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Grupo Colaborativo.

ABSTRACT

This research aimed to investigate in which aspects the Class Council can act in the training of teachers of the Technical Professional Education of Medium Level. To achieve this goal, the relationship between the Class Council and teacher training was established, and later, based on the collaborative work developed between the researcher and the research participants, to carry out the planning, implementation and evaluation of the formative actions. It is a research of qualitative approach that used as a methodological strategy the collaborative research, organized in four phases: diagnosis, planning, implementation and evaluation. These phases were performed in two moments: in the first, called light beam, the diagnostic phase occurred; in the second, called coproduction and training, the planning, implementation and evaluation phases. The participants of the research were organized in two groups: from the first group participated forty (40) students from the integrated technical courses (Forestry Technician, Chemistry Technician and Computer Technician), three professionals from the Technical-Pedagogical Team and forty and three (43) teachers, teachers of integrated technical courses; of the second group participated six (6) professors, professors at IFRO, who gave origin to the Collaborative Group. As techniques and instruments of data production, we made use, respectively, of talk wheel, formative moment, study moment, collaborative observation and documentary analysis; questionnaires, audio recording and field diary. For the accomplishment of the analysis of the data, it was adopted the ATD (Discursive Textual Analysis). The results show that the Class Council based on the processes of evaluation, self-assessment and reflection can influence the training of teachers of the EPTNM, in the following aspects: promote the integration of knowledge, the didactic-pedagogical updating of teachers and the diagnosis of their training needs. These results allowed the construction of the educational product, a proposal for the Formative Class Council with the objective of collaborating with the (re)configuration of the Class Council in the field of Professional Technical Education at the Middle Level, based on participation, reflection and evaluation/self-evaluation of students, teachers and professionals of the Technical-Pedagogical Team.

Key-Word: Teacher Training. Class council. Professional and Technical Education of Medium Level. Collaborative Group.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Desenho do processo na Pesquisa Colaborativa	43
Figura 2. Foto da Entrada principal do Campus local de realização da pesquisa	47
Figura 3. Momentos da pesquisa e grupos de Participantes e Colaboradores	52
Figura 4. Momento Formativo. Abertura das discussões.	66
Figura 5. Dinâmica realizada no Momento Formativo: Início das discussões sobre o Conselho de Classe	66
Figura 6. Organização do espaço para o Encontro de planejamento do Grupo Colaborativo	71
Figura 7. Kit entregue ao professor colaborador no encontro de planejamento	72
Figura 8. Discussões do Grupo Colaborativo no Primeiro Encontro	73
Figura 9. Discussões do Grupo Colaborativo no Segundo Encontro	78
Figura 10. Discussões e apresentação de propostas no Terceiro Encontro	86
Figura 11. Organização do último Encontro do Grupo Colaborativo	88
Figura 12. Momento de discussão e propostas para a organização do Conselho de Classe Formativo	90
Figura 13. Momento de interação e agradecimento entre pesquisadora e colaboradores	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe	36
Quadro 2. Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe na EPTNM	36
Quadro 3. Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe e formação docente	37
Quadro 4. Dos achados sobre Conselho de Classe e formação docente	37
Quadro 5. Caracterização dos participantes da Primeira Fase da pesquisa (Diagnóstico)	48
Quadro 6. Caracterização dos participantes do Segundo grupo (Planejamento, Implementação e Avaliação) – Grupo Colaborativo	48
Quadro 7. Fases da Pesquisa Colaborativa: objetivos, técnicas e instrumentos utilizados	51
Quadro 8. Códigos e Fontes de dados utilizados na Pesquisa	53
Quadro 9. Planejamento dos encontros com o grupo colaborativo	71
Quadro 10. Categorias e subcategorias de análises	97
Quadro 11. Caracterização dos avaliadores da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNMO	126
Quadro 12. Organização do Questionário de Avaliação da Proposta	127
Quadro 13. Avaliação da Parte I da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM	129
Quadro 14. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV1	130
Quadro 15. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6	131
Quadro 16. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6	132
Quadro 17. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6	132
Quadro 18. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6	134
Quadro 19. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6	135
Quadro 20. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV7	137
Quadro 21. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10	142

Quadro 22. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10	144
Quadro 23. Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10	145
Quadro 24. Avaliação da Parte II da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM	147
Quadro 25. Parecer Final dos avaliadores da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONSELHO DE CLASSE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EPTNM: QUAIS AS POSSIBILIDADES?	20
1.1 O Conselho de Classe: contextualização histórica	21
1.2 Conselho de Classe em uma perspectiva de atuação na formação de docente	23
1.2.1 Dimensão reflexiva	28
1.2.2 Dimensão avaliativa	31
1.3 Conselho de Classe e formação docente, o que dizem as pesquisas até aqui?	35
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: O CAMINHO QUE SE FEZ CAMINHANDO	41
2.1 A Pesquisa Colaborativa	42
2.1.1 Primeira Fase: Diagnóstico	43
2.1.2 Segunda Fase: Planejamento	44
2.1.3 Terceira Fase: Implementação	45
2.1.4 Quarta Fase: Avaliação	46
2.2 O lugar de investigação e os colaboradores	46
2.3 Desenvolvimento da Pesquisa Colaborativa	50
2.3.1 Primeiro Momento: Feixe de luz	53
2.3.1.1 Análise Documental	54
2.3.1.2 Observação Colaborativa	60
2.3.1.3 Questionário	63
2.3.1.4 Momento Formativo	64
2.3.2 Segundo Momento: Coprodução e formação	69
2.3.2.1 Planejamento	70
2.3.2.2 Implementação	72
2.3.2.3 Avaliação	92
2.4 Organização os dados para análise	93

3 CONSTRUÇÕES E COMPREENSÕES DO PROCESSO	96
3.1 O Conselho de Classe possui diferentes concepções no contexto escolar	98
3.1.1 O Conselho de Classe é um espaço coletivo de avaliação do aluno	99
3.1.2 O Conselho de Classe é um espaço de julgamento do aluno	101
3.1.3 O Conselho de Classe é um espaço de formação do professor	103
3.1.4 O Conselho de Classe é um espaço de resistência do professor em favor da sua autonomia	106
3.2 O Conselho de Classe é ação que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem	108
3.2.1 O Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor	109
3.2.2 O Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes	112
3.3 O Conselho de Classe pode subsidiar as intervenções da Equipe Técnico - Pedagógica na formação de professores	115
3.3.1 O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor	116
3.3.2 O Conselho de Classe é um meio para se promover a formação de professores a partir do Grupo Colaborativo	121
4 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONSELHO DE CLASSE FORMATIVO NA EPTNM	125
4.1 Parte I - Avaliação Específica	128
4.2 Parte II - Avaliação Geral	146
4.3 Parte III - Parecer Final	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	158

INTRODUÇÃO

O homem carrega a sua luz dentro de si, e também a sua noite. Nasceu para compreender as coisas. É por isso que a razão multiplica nele as interrogações. Esta curiosidade é mais do que um querer-saber. É um querer-compreender. Pois recusa submeter-se ao decreto dos fatos pesados e esmagadores. Interroga o mundo porque quer transformá-lo. Interroga os outros porque se propõe penetrar no mistério deles, a fim de ajudá-los a viver. Interroga-se a si mesmo porque tem que viver a existência que recebeu e tecê-la segundo a sua própria mente.

(Charbonneau)

Ter como objeto de investigação o Conselho de Classe é um desafio, uma vez que, para muitos, é um tema espinhoso e polêmico e, para outros, simplesmente, é um assunto irrelevante e, por isso, é ignorado. Porém, a escolha de um assunto ou tema de pesquisa é, em suma, um ato político, ou seja, não é neutro, tendo em vista que a realidade também não é neutra e carrega consigo a história passada e a perspectiva de uma história que está por vir (DEMO, 2013). Considero este estudo, além de uma conquista profissional, uma conquista de cunho pessoal, pois está diretamente relacionado com a minha história profissional e com as inquietações que movem a minha caminhada. Nesse sentido, para investigá-lo, foi necessário debruçar-me nele e sobre ele, ora afastando, ora mergulhando nas suas especificidades.

Ao me debruçar sobre o Conselho de Classe, ao encontrar com os diferentes sentidos que ele tem assumido na EPTNM (Educação Profissional e Técnica de Nível Médio) e ao perceber como que os envolvidos o veem e se veem nele, possibilitou-me investigar de que forma o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores nessa modalidade de educação.

Nesse primeiro momento, para me aprofundar na temática (Conselho de Classe), fez-se importante refazer os passos que me trouxeram até aqui. O que me trouxe a essa inquietação quanto ao Conselho de Classe, na perspectiva de sua atuação na formação de professores? Para isso, foi importante fazer uma retrospectiva, ainda que breve, da minha trajetória profissional, que me fez perceber de que forma o Conselho de Classe esteve presente e me marcou a ponto de despertar o desejo de pesquisá-lo.

O primeiro passo nesta caminhada se deu em setembro de 2006, em que, após a oportunidade de trabalhar como professora no Programa Brasil Alfabetizado, um programa da

E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos) no município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, pude vivenciar a prática de uma sala de aula, experiência esta que o curso do magistério, ainda, não me havia proporcionado.

Tal experiência foi marcante, especialmente por se tratar do trabalho com um público tão diferenciado, jovens e adultos, e por ser a primeira vez que, de fato, me sentia “dona da própria turma”. Dos encontros diários com os alunos e das discussões levantadas em sala, percebi a importância e o poder que tem a educação e como ela é capaz de mudar a história de vida das pessoas, pois eles estavam mudando as suas e a minha. Esta experiência me trouxe o desejo de fincar as raízes na educação, fato que, posteriormente, levou-me ao curso de Pedagogia.

Quatro anos mais tarde, estava eu, agora em Rondônia, atuando como professora no município de Teixeiraópolis. Trabalhava no período matutino com uma turma de terceiro ano do Ensino Fundamental e, no período vespertino, com turmas do sexto ao nono ano, lecionando Sociologia, História e Artes, prática muito comum nas cidades pequenas do interior, onde ainda existe uma grande escassez de professores específicos de todas as áreas.

O primeiro contato com o Conselho de Classe deu-se neste momento, na atuação no Ensino Fundamental no município de Teixeiraópolis. Lembro-me que, no final do ano, naquele espaço, ocorreram muitas discussões, debates e, por vezes, falas acaloradas dos professores. A maioria desses conselhos encerrava com uma lista de alunos dividida em duas colunas: uma de aprovados e outra de alunos retidos “pelo Conselho”.

Ali surgia, mesmo que timidamente, as primeiras indagações quanto à finalidade e objetivos do Conselho de Classe. Estas indagações passaram a ser assunto de discussões posteriores, muitas vezes, era o assunto das conversas informais com os colegas e com os próprios alunos. Percebia-se que a sensação de muitos era a mesma: assim como eu, não compreendiam o sentido do Conselho de Classe e, quando o tinham, era equivocado e longe da sua função real. Tal função e finalidade do Conselho, naquele momento, eu também não sabia.

Em 2011, deixei o município de Teixeiraópolis para assumir o concurso público no município de Ouro Preto do Oeste, mesmo Estado. Em Ouro Preto do Oeste, lecionei por um ano como alfabetizadora e, após um convite da Secretaria Municipal de Educação, assumi a Direção Pedagógica de uma escola de Educação Infantil, ficando ali até o ano de 2013. Nessa experiência, por não haver Conselho de Classe, as reuniões para reflexões e planejamento eram realizadas semanalmente. Nelas, discutíamos, entre outros assuntos, estratégias de se trabalhar o ensino e o processo de aprendizagem das crianças, dividíamos experiências e, juntos, buscávamos possíveis soluções para os problemas vivenciados em sala de aula.

Em 2013, após a convocação da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC), assumi o cargo de professora na rede estadual de ensino, permanecendo como professora do Estado até junho de 2014. Nesse período, não participei de Conselhos de Classes, uma vez que esses não eram estruturados na coletividade e também não seguiam um cronograma bimestral. Os encontros para discussões e troca de experiências estavam mais voltados para as reuniões pedagógicas ou atendimentos individualizados dos professores pela supervisão. O Conselho de Classe ocorria apenas ao final do ano letivo, demonstrando um caráter finalístico do processo.

Ainda em 2014, ao ser convocada para assumir o cargo de Técnico da Educação como Assistente de Alunos no IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) no campus Ji-Paraná, pedi exoneração da SEDUC e ingressei no Instituto Federal.

O ingresso no IFRO, por meio da vinculação à Coordenação de Apoio ao Educando, atuando diretamente no apoio e suporte pedagógico ao corpo discente, trouxe-me novas possibilidades e, ao mesmo tempo, muitas dificuldades, pois tratava-se de um outro público, em uma outra modalidade de educação e, ainda, numa função muito diferente daquela que, anteriormente, exercia. Os primeiros dias e meses foram difíceis, porém, de muito aprendizado.

No IFRO, como servidora, participante das ações da equipe multiprofissional e vinculada à Coordenação de Apoio ao Educando, por meio do atendimento e apoio aos alunos, comecei a participar dos processos diretamente relacionados ao ensino e aprendizagem deles, então, novamente, vi-me envolvida com o Conselho de Classe¹, participando de todas as suas etapas, do Pré ao Pós-Conselho, por isso, tenho visto de perto como esse importante momento tem sido negligenciado.

O Pré-Conselho, de acordo com a organização adotada pela instituição, é um momento em que os alunos são ouvidos em suas respectivas salas em que são apresentadas as principais demandas e dificuldades que têm. A reunião do Conselho é o momento em que os professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica se reúnem para discutir, refletir e avaliar o processo ensino aprendizagem, deliberando, sempre que necessário, sobre ele. O Pós-Conselho, por fim, é o momento de retorno à sala para dar uma devolutiva à turma sobre os assuntos discutidos na reunião do conselho.

¹ No IFRO o Conselho de Classe definido como “Órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio”. (CONSUP/RESOLUÇÃO nº 07, 2018 - IFRO).

Esta participação tão de perto, vinculada diretamente a todas as etapas e processos do Conselho de Classe, fez-me mergulhar novamente em um mar de inquietações. Observando e participando, muitas vezes, das discussões, frustrações e questionamentos sobre o Conselho de Classe, especificamente, indagando como ele tem atuado na EPTNM-Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no processo de formação dos envolvidos, especialmente dos professores.

A partir do vivido, ao longo destes onze anos e hoje envolvida diretamente com o Conselho de Classe no IFRO, percebi como os mesmos questionamentos do início da docência continuam inquietando-me, demonstrando o quão frágil e angustiante tem sido a prática do Conselho de Classe dentro da escola.

Notadamente, quando se fala em Conselho de Classe no IFRO, percebe-se que existe uma angústia muito grande tanto por parte dos professores e Equipe Técnico-Pedagógica, quanto pelos próprios alunos que, embora sejam sujeitos importantes no processo, desconhecem sua importância ou, muitas vezes, o concebem de forma equivocada.

Inquieta saber que, sendo o Conselho de Classe “um dos espaços mais ricos de transformação da prática pedagógica [...]” (CRUZ, 2015, p.5), esse aspecto não é enfatizado ou mesmo visto pela escola. Por isso, a necessidade de um olhar que seja capaz de enxergá-lo, além dos estereótipos construídos ao longo do seu surgimento nas instituições de ensino, espaço, “apenas” de avaliação do aluno. Conhecê-lo? Entender sua dinâmica? Transformá-lo/formá-lo? São importantes indagações que me acompanharão na busca de investigá-lo sob o olhar da formação de docentes² da EPTNM.

Aqui, cabe fazer uma ressalva no sentido de ressaltar que, institucionalmente, as legislações já reconhecem o caráter de atuação do Conselho na formação de professores. Isso pode ser visto no próprio Regimento Interno do IFRO-Ji-Paraná³, em que uma das competências do Conselho de Classe é o diálogo interativo e democrático entre os diversos profissionais, a fim de compreender os problemas que surgem no processo educacional, visando, por meio de propostas e iniciativas, superar e aperfeiçoar os processos de ensino e aprendizagem. Porém, na prática, o que se vê é que passam os bimestres e o Conselho de Classe continua deslocado, sem

² O uso do termo “formação” foi empregado em conformidade com a Resolução 02 de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação CNE/MEC, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada, atendendo, especificamente, ao que diz o em Art. 3º, parágrafo X que compreende formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica.

³ Resolução nº 55, de 12 de julho de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno do Campus Ji-Paraná do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

um espaço e uma atuação clara na escola, na contribuição para o aperfeiçoamento da prática docente e no processo de ensino-aprendizagem.

Por isso, é difícil perceber que, mesmo se apresentando como uma possibilidade de atuação direta nos processos de ensino e aprendizagem e formação, o conselho de classe continua sem foco, permanecendo, na maioria das vezes, apenas centrado no aluno, principalmente no que tange a suas notas, a questões disciplinares ou simplesmente ao seu comportamento em sala de aula.

Talvez por não o conhecer, por compreendê-lo equivocadamente, por não saber qual sua atuação e por reduzi-lo apenas a uma reunião, focada no aluno, nos Conselhos de Classe, “Há uma significativa precedência das questões disciplinares sobre as da aprendizagem que, quando aparecem, o fazem como apêndices de questões disciplinares [...]” (CRUZ, 2015, p.6). Ou seja, desvia-se o olhar do processo, focando-se apenas para um detalhe que pode influenciar nele, a disciplina do aluno.

Nesse sentido, vivenciando o Conselho de Classe no IFRO, percebo que ele tem se apresentado como uma parte “solta” do todo, sendo visto apenas como um espaço onde se aprova ou reprova, onde se julga quem é “bom”, “mediano” ou “ruim”. E, sob esta óptica, a partir de uma concepção equivocada de avaliação, de formação, de ensino e de aprendizagem tem-se ignorado as suas dimensões reflexiva e avaliativa e ainda mais, a possibilidade de ser também formativo, atuando no processo de formação do docente⁴.

A partir dessa breve contextualização, para investigar o Conselho de Classe sob o olhar da sua atuação na formação de professores, tomamos como base a concepção do professor “prático reflexivo”, um profissional capaz de consolidar e desenvolver a sua formação, por meio de uma prática reflexiva (SCHÖN, 2009). Em vista disso, encontramos em Dalben (1992 e 2004) dois aspectos fundamentais do Conselho de Classe e que se relacionam diretamente com a formação de professores: a avaliação e a reflexão docente.

Assim sendo, tomamos a reflexão na perspectiva da capacidade que o professor tem de, a partir da análise crítica de sua própria prática, voltar o olhar para sua atuação didático-pedagógica, a fim de reconhecer as dificuldades e deficiências, buscando aperfeiçoar, modificar ou transformar, quando necessário.

A avaliação, como etapa crucial do planejamento da escola, exige um processo reflexivo, denominado como feixe de luz por Cruz (2018, p.3). O autor diz que a avaliação “[...]”

⁴ Até aqui, em virtudes de os fatos narrados estarem voltados, particularmente, para o vivido pela pesquisadora, antes de seu ingresso ao mestrado, optamos, eu e minha orientadora, por utilizar a primeira pessoa do singular, deste ponto em diante, utilizarei a primeira pessoa do plural.

não pode existir sem um “feixe de luz” que ilumine a realidade para se analisar e avaliar até que ponto estamos caminhando na direção desejada ou proposta”. A partir de uma avaliação reflexiva ou reflexão avaliativa, o professor terá maiores condições de olhar para a própria prática, fazendo uma autoavaliação e podendo, inclusive, contestar, modificar ou mesmo, transformar a prática.

À luz do exposto, emergiram muitos questionamentos sobre o Conselho de Classe, dentre eles, destaco aquele que nos conduziu no caminho desta pesquisa: Em que aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores da EPTMN do IFRO?

Para percorrer este caminho, tivemos por objetivo geral, investigar em que aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFRO campus Ji-Paraná. Para chegar a este objetivo, formulamos os seguintes objetivos específicos: a) estabelecer relação entre Conselho de Classe e formação de professores; b) identificar a visão e o sentido do Conselho de Classe de professores, alunos e equipe Técnico-pedagógica, c) elaborar, junto aos professores, ações para implementação e avaliação que tratem do Conselho de Classe; d) explicitar em quais aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores e que produto pode ser proposto para colaborar essa atuação.

No desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a abordagem Qualitativa e como estratégia metodológica, a Pesquisa Colaborativa e esta foi organizada em quatro fases: Diagnóstico, Planejamento, Implementação e Avaliação. Estas fases foram dispostas em dois momentos: no primeiro, denominado de Feixe de Luz, ocorreu a fase Diagnóstica; no segundo, denominado de Coprodução e Formação, ocorreram as fases de Planejamento, Implementação e Avaliação.

Os participantes da pesquisa foram organizados em dois grupos: do primeiro grupo participaram quarenta (40) alunos dos cursos técnicos integrados (Técnico em Florestas, Técnico em Química e Técnico em Informática), três (3) profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e quarenta e três (43) professores, docentes dos cursos técnicos integrados; do segundo grupo participaram seis (6) professores, docentes no IFRO que deram origem ao Grupo Colaborativo.

Como técnicas e instrumentos de coleta dos dados, fizemos uso, respectivamente, de roda de conversa, momento de estudo, momento formativo, observação colaborativa, análise documental; questionário, gravação de áudio e diário de campo. Para a realização da análise dos dados fizemos uso da ATD (Análise Textual Discursiva), como método de análise.

Organizamos a pesquisa em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, abordamos o Conselho de Classe numa perspectiva de atuação na formação de professores. Para isso, inicialmente, fizemos um breve resgate histórico sobre a sua origem na França e como foi inserido no cenário educacional brasileiro. Posteriormente, estabelecemos uma relação entre o Conselho de Classe e a formação de professores, tomando como elementos basilares as dimensões avaliativa e reflexiva. Ainda no primeiro capítulo, trouxemos informações sobre algumas pesquisas que tiveram o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da EPTNM como tema.

No segundo capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, evidenciando os aspectos que a constituíram, o local de realização, os participantes, a abordagem e a estratégia metodológica, os instrumentos e técnicas empregados na produção dos dados, bem como o método utilizado para analisá-los.

No terceiro capítulo, expusemos as compreensões dos dados analisados a partir das categorias e subcategorias que emergiram do processo de análise. Por isso, ele apresenta o metatexto oriundo das três (3) categorias e das oito (8) subcategorias emergentes.

No quarto e último capítulo, apresentamos a avaliação da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, produto educacional da pesquisa. A avaliação foi realizada por dez (10) avaliadores, três (3) deles atuam na Equipe Técnico-Pedagógica de instituições da EPTNM, seis (6) são professores da EPT e participaram das atividades do grupo colaborativo formado durante a pesquisa, e um (1) profissional convidado que tem uma vasta experiência nas áreas de avaliação e planejamento.

Com esta pesquisa, esperamos colaborar com a construção de um novo olhar para o Conselho de Classe, especialmente na EPTNM, a partir da compreensão de sua importância e atuação na formação de docentes.

1 CONSELHO DE CLASSE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EPTNM: QUAIS POSSIBILIDADES?

[...] todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.

(Bachelard)

Este capítulo tem por objetivo estabelecer relação entre o Conselho de Classe e a formação de professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para isso, compreendemos que, para vislumbrar essa possibilidade, seria necessário tomar como base as duas principais dimensões do Conselho de Classe: a dimensão avaliativa e a dimensão reflexiva. Por isso, neste trabalho, para investigar a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes da EPTNM, tais dimensões tornaram-se o plano de fundo

Além disso, para dar conta do que se pretendeu apresentar, o Conselho de Classe na perspectiva de atuação na formação de professores da EPTNM, organizamos as discussões em dois tópicos. No primeiro tópico, fizemos um breve resgate histórico das origens do Conselho de Classe, do seu surgimento na França, a partir das classes experimentais (ROCHA, 1986), passando por sua implantação inicial no Rio de Janeiro na década de 50 e, discutindo, posteriormente, como se deu a regulamentação com a Lei N^o 5692/71 (BRASIL, 1971).

Já no segundo tópico, apresentamos o Conselho de Classe sob uma perspectiva de espaço e ação que atua direto e indiretamente na formação do professor. Para acentuar essa possibilidade, sugerimos que essa atuação poderia ocorrer a partir de duas vertentes denominadas de dimensões: a dimensão avaliativa e a dimensão reflexiva.

Nesse caso, ao trazermos a reflexão e a avaliação como dimensões presentes no Conselho de Classe, e sob as quais é possível pensarmos sua atuação na formação de professores, foi necessário ir além da compreensão dos sentidos e emprego usual dessas palavras, o voltar-se para si e o valorar algo (FERREIRA, 2001) sequencialmente.

Procuramos, apresentar o Conselho de Classe como sendo um espaço, mas também uma ação pedagógica no contexto da escola. Espaço no sentido físico de ser, um lugar, institucionalmente criado em que são realizadas as discussões e avaliações coletivas do processo de ensino e aprendizagem. E ação pedagógica, posto que é uma prática vivenciada no cotidiano escolar e que, direta e/ou indiretamente provoca um processo de reflexão e avaliação/autoavaliação do professor.

Nessa perspectiva, como sendo um espaço, mas também uma ação ou prática, por meio das avaliações e reflexões coletivas que nele acontecem, vislumbramos a possibilidade de sua atuação na formação de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

1.1 O conselho de classe: contextualização histórica

Apesar de sua importância no que tange à avaliação do processo ensino-aprendizagem e na orientação das práticas educativas, o Conselho de Classe é visto com muito estranhamento pela maioria dos educadores. Ainda assim, ele tem sido um dos poucos espaços na escola, em que é possível refletir e discutir coletivamente o ensino e a aprendizagem (DALBEN,2004).

Ainda de acordo com Dalben (1992), o Conselho de Classe permite, a partir da participação coletiva, reflexiva e direta dos envolvidos, a oportunidade de avaliação da própria prática profissional, o que pode contribuir com a superação da fragmentação existente na educação escolar no Brasil.

De origem francesa, segundo Rocha (1986) o Conselho de Classe surge com a Reforma do Ensino francês na década de 1945. Pressupondo uma análise mais ampla, em três dimensões, o Conselho de Classe francês subdividia-se em Conselho de Classe, Conselho de Orientação e Conselho Departamental, e cada um era responsável em atender um seguimento da escola, as turmas de alunos, o estabelecimento de ensino e o terceiro, de forma mais ampla, abarcava o todo.

Na França, o Conselho de Classe, embora, teoricamente, tenha surgido com o objetivo de democratizar o ensino francês (ROCHA, 1986), na sua essência, estava centrado no modelo educacional dual/celetista cujo modelo de seleção, buscava fazer a distribuição dos alunos no sistema de ensino de acordo com suas habilidades e caráter, ou seja, determinava quais alunos seriam encaminhados para o ensino clássico e quais iriam para o ensino técnico. Essa dualidade é explicitada por Dalben (1992) ao afirmar que esse modelo de Conselho de Classe havia sido criado apenas para atender acentuar as exigências da dualidade do sistema de ensino francês.

Tendo surgido na França, como o Conselho de Classe chegou ao Brasil? De acordo com Rocha (1986), o processo de importação das ideias do Conselho de Classe foi, inicialmente, adotado pelo Rio de Janeiro, precisamente no CAP (Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Isso foi possível por meio do trabalho de alguns educadores cariocas que, ao realizarem um estágio no Instituto de Pesquisas Educacionais Sevres, na França, tiveram contato com o Conselho de Classe francês e, ao retornarem ao Brasil, procuraram implantar no Rio de Janeiro.

Na ocasião da visita dos educadores cariocas, o objetivo do estágio era conhecer como funcionava o programa que implantou as classes experimentais francesas. A partir desse programa, muitas inovações educacionais surgiram, entre elas, o Conselho de Classe (LOFFREDI⁵, 1979 Apud ROCHA, 1986). Aliado a isso, o cenário educacional brasileiro, movido pelo ideário de uma educação descentralizada e mais participativa, ideias suscitadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, constituíram um cenário adequado para a implantação do Conselho de Classe nas escolas brasileiras (DALBEN, 1992).

No entanto, mesmo que as primeiras ideias que embasaram o Conselho de Classe tenham sido levantadas pelo manifesto dos Pioneiros da Educação, ao levantar a bandeira de um novo modelo de escola, em que “Essa nova concepção de escola sugere uma organização que valorize o trabalho coletivo, a discussão e criação de novos métodos” (DALBEN, 1992, p.27), a sua efetivação legal só pode ser encontrada, indiretamente, pela Lei 5.692/71⁶.

Foi a partir da referida lei que o Conselho de Classe foi institucionalizado nas escolas brasileiras. Para Dalben (1992) esta instituição ocorreu, indiretamente, a partir de orientações feitas pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio-Primen⁷ e a partir de pareceres e resoluções expedidos pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Aos Conselhos Estaduais de Educação, de acordo com a Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), caberia a organização administrativa, didática e disciplinar dos estabelecimentos de ensino e estes teriam, entre outras atribuições, autonomia para criar seus regimentos internos de acordo com as orientações dos Conselhos estaduais ou federais. Assim, com a criação dos regimentos internos, o Conselho de Classe, pode ser criado.

É importante observar que o cenário socioeconômico no qual surgiu o Conselho de Classe era marcadamente dual e contraditório, como afirma Dalben (1992) ele surge em meio a um cenário dicotômico entre teoria e prática, de divergências entre diferentes concepções pedagógicas, ou seja, é em uma educação tecnicista pautada em um modelo capitalista de produção, que surge o Conselho de Classe.

No contexto no qual estava inserido, o Conselho de Classe, apenas refletia as contradições de uma educação pautada no isolamento e na disciplina. Nesse cenário restritivo, as discussões e construções coletivas sobre ensino, avaliação e aprendizagem acabaram sendo tolhidas do Conselho de Classe (DALBEEN, 2004).

⁵ Laís Esteves Loffredi, professora especialista em aconselhamento e Orientação Educacional, após estágio no Instituto francês 1958, participou das experiências iniciais de implantação dos primeiros Conselhos de Classe no Rio de Janeiro.

⁶ A referida lei apresentava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

⁷ Vale lembrar que este programa, embora anterior à Lei 5.692/71, só foi normatizado a partir dela.

A partir do exposto, é possível compreender porque, ainda hoje, existem tantas contradições no que diz respeito ao Conselho de Classe, visto que ele nasce em um modelo de educação marcadamente confuso, tecnicista e excludente. Por isso que, de acordo com Dalben (1992, p.111), “o Conselho de Classe implantou-se como um órgão da instituição escolar, para cumprir uma função de cunho essencialmente avaliativo”. O que pode estar relacionado a uma visão inicial classificatória e celetista.

Apesar de tantas contradições e equívocos quanto à implantação no Brasil, devido ao seu caráter coletivo e abrangente, o Conselho de Classe, ainda, pode ser considerado como a instância colegiada de maior importância dentro da escola, uma vez que é capaz de mobilizar toda a coletividade e centrar-se em um objetivo que deve ser comum: o processo de educação (DALBEN, 2004).

Diante do apresentado, para investigar o Conselho de Classe e de que forma atua na formação de professores, acreditamos que foi extremamente importante conhecer um pouco sobre o contexto e as condições que envolveram sua implantação, bem como, quais concepções ele adquiriu no decorrer dos anos.

1.2 Conselho de Classe em uma perspectiva de atuação na formação de docentes

Inicialmente, evidenciamos o caráter democrático que tem o Conselho de Classe no contexto escolar e como, por meio da participação nesse espaço, é possível a interação e integração dos diversos saberes da escola. Enfatizamos também que, dado o caráter coletivo, pode ser considerado como sendo uma das instâncias coletivas mais importantes da escola, portanto, não deve ser renegado à própria “sorte”.

Pelas suas especificidades, Dalben (2004, p.31) o define como “[...] órgão colegiado, presente na organização da escola [...]” e que, pelas suas peculiaridades, diferencia-se das demais instâncias escolares, tais peculiaridades são “[...] a) participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; b) sua organização interdisciplinar; c) a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho [...]”.

Nesse sentido, não negamos o caráter original do conselho de Classe, órgão colegiado criado para fins da avaliação da aprendizagem do aluno, embasado no “[...] pressuposto de que, num processo coletivo, em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objeto que se avalia [...]” (DALBEN, 1992, p.111). Todavia, essa avaliação coletiva a que, originalmente, o Conselho de

Classe se destina, deve se dá em uma relação dialógica entre alunos, professores e o conhecimento. Nessa relação, professores e alunos se avaliam e são avaliados.

A ênfase avaliativa atribuída ao Conselho de Classe lhe atribui um “[...] papel fundamental que é dinamizar o processo de avaliação por intermédio da riqueza das análises múltiplas de seus participantes e estruturar os trabalhos pedagógicos segundo essas análises coletivas, permitindo-se um fazer coletivo” (DALBEN, 1992, p.112). E, ainda, “[...] transformam-se em possibilidades de troca de experiência e de saberes sobre as formas de organizar o ensino, o uso dos recursos didáticos, as possibilidades e dificuldades metodológicas e as condições de trabalho” (DALBEN, 2004, p. 73). Além disso, é importante destacar que, ao olhar para a didática, para as dificuldades metodológicas dos professores, não se deve perder de vista o foco principal do trabalho coletivo: a aprendizagem dos alunos.

A partir desse ponto, o que propomos foi discutir o Conselho de Classe a partir de um novo olhar para poder chegar a sua atuação na formação de docentes da EPTNM. E como já evidenciado, procuramos não desviar o foco das dimensões avaliativa e reflexiva, dimensões que sustentam as ações no Conselho de Classe.

Com base no exposto, o ponto de partida desse ensaio para o entendimento, está na apreensão de que o professor, a partir da reflexão e avaliação da própria prática, pode desenvolver-se profissionalmente, encontrando as condições necessárias para a sua formação. Por isso concordamos com Schön (2009) no que preconiza a formação do prático reflexivo e com Dalben (2004, p.86) quando afirma que “[...] a formação profissional reflexiva assume as situações práticas como espaços de diálogos e intercâmbio entre as diversas dimensões do conhecimento e entre diferentes atores na produção de novos conhecimentos [...]”.

Entendemos que, a partir da relação teoria e prática, na interação do trabalho individual e coletivo, e dos saberes oriundos das experiências na prática do Conselho de Classe, é possível a formação de professores. Sobre a importância das experiências na formação do professor, Ghedin (2005, p. 135) diz que “[...] os saberes da experiência e da cultura surgem como nervo central do saber docente, a partir do qual os professores procuram transformar suas relações de exterioridade com os saberes em relação à interioridade de sua prática”.

O autor ressalta, ainda, que os saberes experienciais são basilares para os demais e, dada a sua relevância, devem ser considerados quando se pensa na formação do docente. Em suma, consideramos que o Conselho de Classe, sendo um espaço e ação coletiva de troca de experiências, provoca reflexões importantes sobre a prática do professor, o que está intimamente relacionado a sua formação. Para Ghedin (2005), é a partir dessa reflexão sobre a

prática, numa díade ação x reflexão, que teoria e prática se integram e que os saberes constituintes da docência se fazem e se refazem, formam-se e se transformam.

Sob esta perspectiva é que sugerimos maior atenção para o Conselho de Classe e as oportunidades formativas que ele oferece. Uma possibilidade de superação desse reducionismo está no olhar para a avaliação sob a perspectiva da avaliação do professor sobre si mesmo, ou seja, a autoavaliação. Demo (1990 apud CRUZ, 2015, p.15) afirma que “[...] precisamos chegar à autoavaliação, através da qual o processo participativo não só se avalia, mas também se forma”.

O autor indica que, quando o professor é provocado a fazer uma avaliação de si mesmo, em um processo de autoavaliação, surge a possibilidade de ele se perceber também como sujeito em construção e como um profissional inacabado, incompleto e que apresenta dificuldades e carências profissionais por isso, em contato com elas, pode superá-las, formando-se, a partir disso.

Sobre a importância da autoavaliação no processo de formação, Reis (2014), tomando como referência Melchior (2004), complementa dizendo que ela deve ser entendida como uma oportunidade privilegiada de aprimoramento do trabalho de professores e gestores, em que, através da reflexão, mudanças estruturais são produzidas, o que possibilita a interação de saberes e um fazer educacional integrado.

Nesse ponto, reforçamos a importância que têm as dimensões reflexiva e avaliativa, as quais foram destacadas no início do texto, posto que, quando reflexão e avaliação são alinhadas no Conselho de Classe, pelo seu caráter coletivo, é dado ao professor a oportunidade de verificar os aspectos onde avançou com a turma, em que precisa avançar e a possibilidade de poder dividir e discutir com o grupo sobre os problemas que tem enfrentado em sua prática docente, a fim de discuti-los e, coletivamente, buscar solucioná-los (CRUZ, 2015).

Os processos de reflexão e avaliação do professor podem permitir um olhar para a própria prática, o que o ajuda a pensar sobre como “[...] colocou em prática as linhas de ação comuns propostas no bimestre; que dificuldades tem enfrentado e como as tem enfrentado; em que aspectos da metodologia e da avaliação ainda não está conseguindo avançar e por que [...]” (CRUZ 2015, p. 17).

De acordo com Dalben (2004, p.89), é primordial “[...] considerar a importância da reflexão da prática, porque seria ela que permitiria ao professor criar novas possibilidades de práticas e novos conhecimentos sobre elas”. Ela acrescenta que “[...] a reflexão do professor sobre seu próprio trabalho é o melhor instrumento de aprendizagem e de formação em serviço, já que permite a ele se colocar diante de sua própria realidade de maneira crítica” (p.75).

Essa formação é potencializada pela reflexão e avaliação da prática, o que envolve o avaliar e auto avaliar-se, o refletir e o agir, o formar e o formar-se. No Conselho de Classe, essa formação é favorecida devido ao seu caráter coletivo. Sobre isso, Rocha (1986, p.12) há mais de três décadas, já via o Conselho de Classe como “[...] uma oportunidade para que o docente se posicione e reflita sobre seu trabalho, buscando uma maior integração profissional e social”, o que se relacionaria diretamente com sua formação.

Fizemos questão de destacar o caráter coletivo do Conselho de Classe, pois compreendemos que as reflexões e avaliações coletivas são primordiais para o processo formativo docente, principalmente, porque ajudam ao professor, a partir do outro, dos seus pares, a olhar para a própria prática. Esse olhar para/e junto com o outro, ajuda o professor a se perceber, observar “[...] em que aspectos está avançando; que dificuldades tem enfrentado e como as tem enfrentado; que inovações na metodologia ou no processo de avaliação conseguiu pôr em prática [...]” (CRUZ, 2015, p. 17).

Todavia, esse processo de reflexão e autoavaliação da prática não ocorre de forma fácil, envolve muita resistência por parte dos professores, de acordo com Cruz (2015), as resistências estão relacionadas, principalmente, ao medo de, ao se revelar, ter o seu poder ameaçado, o poder daquele que “sabe”. Devido a essa resistência, geralmente, a autoavaliação do professor acaba por ocorrer de forma indireta, pois, no fundo, ele sabe que, ao avaliar seu aluno, está avaliando também sua prática, sabe que “[...] ao recortar alunos e alunas, recorta a si mesmo, que ao expô-los, expõe-se, que ao avaliá-los, avalia-se e é avaliado” (ESTEBAN, 2008, p. 22).

Diante dessa situação, há que se considerar a necessidade e importância dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica no Conselho de Classe, cuja atuação é crucial em dois momentos. No primeiro momento, durante as discussões e reflexões em torno do processo ensino aprendizagem, intervindo por meio de inferências de cunho técnico e pedagógico, levantando questionamentos que levem os professores a refletir sobre suas práticas e concepções adotadas. Em um segundo momento, na proposição de ações formadoras que visem trabalhar as dificuldades apresentadas pelos professores durante o Conselho de Classe.

Esse olhar dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica para as manifestações dos professores durante o Conselho de Classe é de suma importância, principalmente porque “[...] o que o professor diz na avaliação do seu próprio trabalho deve servir como elemento para a coordenação ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas” (CRUZ 2015, p.18).

Além disso, quando se pensa em formação do professor que se encontra em exercício docente, devemos considerar que não há como ensinar ao professor o que ele precisa aprender

sobre sua disciplina ou área de atuação, bem como sobre teorias de ensino e aprendizagem, o que, de fato, é importante é favorecer a criação de ambientes e situações mobilizadoras, com possibilidades reais de descoberta e interação grupal (HOFFMAN, 2001).

Sobre essa perspectiva apresentada por Hoffmann (2001), o Conselho de Classe, transforma-se em espaço que possibilita, entre outras coisas, a troca de informações, integração, interação de saberes, reflexividade, avaliação e autoavaliação. Reis (2014, p.24) diz que essa “[...] autoavaliação socializada possibilita discussões de problemas comuns na prática docente que podem gerar atitudes e mudanças no contexto escolar”.

A partir dessa reflexão, é ousado, porém importante afirmar que um dos momentos mais importantes no Conselho de Classe é quando os professores discutem com seus pares sobre suas vivências em sala de aula, quando trazem para o coletivo suas dificuldades, seus anseios, demandas e superações. Isto porque entendemos que, a partir delas, são criadas situações para se refletir e repensar a prática e, ao refletir, auto avaliam-se e, auto avaliando-se, transformam-se, transformando-se, se formam.

Nessa perspectiva, percebemos que o Conselho de Classe, quando bem executado, extrapola os limites e funções pré-estabelecidas. Ou seja, além de atuar diretamente na avaliação do aluno, pode atuar na formação de professores, interferindo em todo o processo educativo da escola. Portanto, a partir do trabalho coletivo no Conselho de Classe, é possível construir:

[...] um novo espaço escolar, como novas relações estabelecidas entre gestores, professores, alunos e comunidade em geral, que favoreçam um processo de formação coletiva, construído com base na interação e no diálogo entre os sujeitos e o conhecimento da própria dinâmica escolar (DALBEN, 2004, p.75).

O aspecto coletivo do Conselho de Classe está também relacionado com a possibilidade de formação reflexiva do professor, pois, segundo Schön (2009), a formação reflexiva exige uma interação entre teoria e prática e também uma relação com o outro. De acordo com o autor, a formação reflexiva do professor não seria possível de ocorrer no isolamento, pois ela não é fruto de ações isoladas. Sobre o assunto, ao concordar com Schön (2009), Imbérnon (2010, p. 9) enfatiza a importância das interações para a formação docente, sobre a relação teoria e prática, afirma que:

Não podemos separar a formação do contexto de trabalho, porque nos enganaríamos em nosso discurso. Ou seja, tudo que se explica não serve em todos os lugares. O contexto condicionará as práticas formadoras, bem como sua repercussão nos professores, e, sem dúvidas, na inovação e na mudança.

Dado a relevância dos aspectos coletivo, reflexivo e avaliativo presentes no Conselho de Classe, é possível afirmar que ele é muito mais do que um procedimento burocrático

institucionalizado. São o expressar, o refletir e o avaliar coletivamente tão presentes nele que possibilitam o encontro da diversidade de saberes presentes na escola, e esse encontro pode abrir as possibilidades de transformação das ações futuras, não apenas dos professores, mas também da Equipe Técnico-Pedagógica, do aluno e por que não dizer, de toda a instituição.

Dito isso, reafirmamos que essa pesquisa não buscou mudar o objetivo final do Conselho de Classe, uma instância de avaliação coletiva do processo ensino e aprendizagem. O que buscamos foi despertar para um novo olhar sobre ele, em uma perspectiva de atuação na formação de professores, considerando as dimensões avaliativa e reflexiva.

1.2.1 Dimensão reflexiva

Para discutir as possibilidades de atuação do Conselho de Classe na formação de professores, tendo como base a dimensão reflexiva, foi importante fazermos dois apontamentos: primeiro, devemos compreender em que sentido a palavra dimensão foi empregada. Utilizamos o termo dimensão a partir do seu significado em si, no sentido de extensão e também no seu sentido figurado, de acordo com o dicionário de Língua Portuguesa Ferreira (2001), denotaria importância.

O segundo apontamento baseia-se na referência teórica sob a qual nos embasamos para compreender o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes. Nesse caso, utilizamos como referência a concepção de professor reflexivo proposta por Schön (2009). No entendimento desse autor, a reflexão é parte indispensável do processo de formação do profissional, por isso, a teoria proposta por Schön (2009) além de buscar superar os limites impostos pela racionalidade técnica na formação profissional, busca auxiliar o professor na compreensão e superação dos desafios diários no exercício docente na escola.

A fim de sustentar sua teoria, Schön (2009) propôs dois processos, explicando como a partir deles, não só podemos superar os desafios cotidianos da docência, como também os conhecimentos adquiridos decorrentes dessa superação, contribuem com sua formação.

Esses processos foram denominados pelo autor de “conhecer-na-Ação” e de “reflexão-na-Ação”. Segundo Schön (2009) o “conhecer-na-Ação” diz respeito “[...] aos tipos de conhecimentos que revelamos em nossas ações inteligentes-performances físicas, publicamente observáveis, como andar de bicicleta, ou operações privadas, como a análise instantânea de uma folha de balanço” (SCHÖN, 2009, p.31).

Tanto o “conhecer-na-ação” como o “refletir-na-ação”, de acordo com Schön (2009) são processos que nem sempre necessitam de uma explicação teórica ou são claramente

percebidos, diferenciam-se do refletir sobre a *reflexão-na-ação*, pois este permite uma análise consciente da ação executada, bem como interferir na ação futura (SCHÖN, 2009). Nesse caso, a reflexão enfatiza o diálogo entre o pensar e o fazer e, este diálogo leva novamente à prática, agora, de forma aperfeiçoada.

Nessa perspectiva, podemos supor que a reflexividade no Conselho de Classe é passível de ocorrer de duas maneiras, quais sejam, “podemos refletir sobre a ação, pensando retrospectivamente sobre o que fizemos, de modo a descobrir como nosso ato de *conhecer-na-ação* pode ter contribuído para um resultado inesperado” (SCHÖN, 2009, p.32). Sob uma outra perspectiva, podemos considerar a reflexão no momento da ação, denominada de *reflexão-na-ação*. Aqui, o processo de reflexividade ocorre no momento em que a ação ainda está em curso, de forma que é possível interferir no seu desenvolvimento sem interrompê-la.

Nos dois aspectos, a reflexividade é concebida como parte indispensável para o processo formativo do professor, pois o auxilia na superação dos desafios da sua prática, ainda que sejam desafios inesperados. Sobre a reflexividade na formação do professor, Libâneo (2012, p. 86) diz:

[...] a reflexividade que se reporta à ação, mas não se confunde com a ação; a um saber-fazer, saber-agir impregnados de reflexividade, mas tendo seu suporte na atividade de aprender a profissão; um pensar sobre a prática que não se restringe a situações imediatas e individuais; uma postura política que não descarta a atividade intelectual (p. 86).

Já segundo Contreras (2012), o papel da reflexividade na prática do professor é um processo abrangente e está, diretamente, relacionado o exercício profissional. Para o autor “[...] a prática profissional reflexiva está guiada por valores profissionais que cobram autêntico significado não como objetivos finais, mas como critérios normativos que devem estar presentes e ser realizados no próprio desempenho profissional” (CONTRERAS, 2002, p.124).

De acordo com Ibiapina (2008) a reflexividade é essencial para se fazer a relação entre teoria e prática. A autora afirma que “o conhecimento prático deve-se articular ao teórico e vice-versa, portanto, refletir sobre a prática envolve tanto a necessidade de rever a teoria quanto de desvelar vicissitudes de ação docente” (IBIAPINA, 2008, p.9).

Portanto, ao considerar que a reflexão é parte inseparável da prática, em se tratando do professor, podemos afirmar que ela está presente em todas as ações que envolvem o fazer docente, dentro ou fora da sala de aula. No Conselho de Classe, a dimensão reflexiva pode ser percebida em diversos momentos, seja durante a avaliação que se faz do aluno, quando são relatadas as dificuldades enfrentadas no decorrer do processo, ao falar sobre as ações que foram realizadas ou quando a autoavaliação do docente é fomentada.

Contreras (2012) diz que, a partir da reflexão sobre a prática, o professor pode desenvolver uma melhor compreensão sobre os problemas inerentes a sua atuação buscando não somente o desenvolvimento profissional a partir deles, mas procurando desenvolver práticas que atendam também a anseios educacionais mais abrangentes. Partindo do entendimento de que, ao refletir criticamente sobre algo, o indivíduo aproxima-se ainda mais dele, no Conselho de Classe, quando o professor reflete sobre sua prática, supõe-se que ele se aproxima ainda mais dela.

Ao se aproximar da prática em um processo de reflexão, o professor pode se reconhecer melhor dentro do processo, percebendo quais dificuldades foram enfrentadas, quais equívocos foram cometidos, como superou as adversidades e sob quais caminhos precisou andar. A partir do discutido, esse encontro consciente com os desafios da docência, pode ser denominado de reflexão sobre a ação e pode ser entendido como uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional, em outras palavras, formação continuada.

Corroborando com essa perspectiva de formação a partir da reflexão na e sobre a ação, Ibernón (2010) diz que não podemos considerar a formação de professores fora do contexto da sua atuação, distante do seu trabalho, pois é no fazer docente que as carências e necessidades de formação se apresentam. O autor afirma, ainda, que somente “o contexto condicionará as práticas formadoras, bem como sua repercussão nos professores, e, sem dúvida, na inovação e na mudança” (2010, p.9).

Contreras (2012) diz que o processo de reflexão é muito mais amplo e que além de provocar um repensar da prática profissional, possibilita um repensar sobre o papel exercido pelo professor dentro da grande teia, ou seja, sobre a complexa estrutura que envolve o contexto educacional, nesse caso, vai além do ensinar e do aprender.

Nessa perspectiva, a reflexividade ultrapassa o sentido restrito de pensar sobre algo, ou da “[...] mera presença de pensamento não rotineiro” (CONTRERAS, 2012, p.151). E o Conselho de Classe, como espaço de reflexão coletiva, ganha status privilegiado dentro da escola, pois as reflexões que nele e dele emergem, podem orientar ações que sejam capazes de “[...] alterar não só as interações dentro da sala e na escola, mas também entre a escola e a comunidade imediata e entre a escola e as estruturas sociais mais amplas” (LISTON; ZEICHNER 1991 apud CONTRERAS, 2012, p.154).

A reflexividade que permeia o Conselho de Classe, além de possibilitar transformações na prática de professores, da equipe pedagógica e na vida escolar dos alunos, pode provocar transformações estruturais também na escola, pois a partir da “[...] análise direta de questões vividas cotidianamente pelos profissionais na sala de aula e na escola, desenvolve o processo

educativo de reflexão e discussão contínua sobre o fazer da escola” (DALBEN, 1992, p.194). Segundo a autora, pensar criticamente sobre a ação, produz um agir novo, um agir de forma reflexiva e crítica e promove uma relação mais dinâmica dos sujeitos com a escola e com o mundo.

Corroborando com Dalben (1992), Ibiapina (2008) afirma que a reflexividade é capaz de clarificar para o professor sobre quais aspectos ideológicos e sociais sua prática é sustentada, ou seja, “[...] a reflexão oferece mais poder para os professores (re)construírem o contexto social em que estão inseridos” (IBIAPINA, 2008, p.18).

Diante do exposto, sendo um dos poucos espaços em que se tem a oportunidade de se refletir e discutir coletivamente a educação e todos os seus processos, o Conselho de Classe passa a ser ação e reflexão. Ação capaz de subsidiar a prática do professor e, por que não dizer, o seu processo contínuo de formação? Uma possibilidade de resposta a este questionamento pode ser pensada a partir da compreensão de que a formação docente é ação reflexiva consigo mesmo, com o outro e com a realidade que o rodeia e da qual faz parte ativamente.

1.2.2 Dimensão avaliativa

Inicialmente, foi importante compreendermos que, enquanto parte indispensável para toda ação humana, a avaliação “[...] é um processo dinâmico, como é a nossa relação com o mundo, e coloca-nos a todo instante perante um processo de ação-reflexão-ação. Possui essência do movimento, do vir-a-ser” (DALBEN, 1992, p.135). E a avaliação é parte constituinte dessas relações, seja entre o homem x natureza e homem x homem.

Ao concordar com Dalben (1992), Hoffmann (2001, p.10) diz que “A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres”. Ainda, para a autora, a “[...] avaliação reflexiva auxilia a transformação da realidade avaliada” (p.10).

Como ação necessária aos domínios da atividade humana, a avaliação pode se dar tanto “[...] por meio de reflexões informais, que orientam as frequentes opções do dia-a-dia, seja formalmente, por meio de reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões” (DALBEN, 2004, p.83).

A partir dessa compreensão, a autora acrescenta que, em se tratando da avaliação presente no Conselho de Classe, ela funciona como um elemento dinamizador e possibilita, de forma sistemática e organizada, reflexões que levarão ao planejamento das ações futuras dos professores, dos gestores da instituição e de demais sujeitos partícipes do processo.

Sobre o assunto, Esteban (2008) diz que a avaliação, como parte do processo formador do indivíduo, vai além de uma ação que incide de um sujeito sobre um outro, e desse como sendo apenas objeto de avaliação. Ou seja, a avaliação “[...] abre a possibilidade da avaliação com o outro, em que avaliar é indagar e indagar-se, num processo compartilhado, coletivo, em que todos se aventuram ao conhecimento buscando o autoconhecimento” (ESTEBAN, 2008, p.34).

Assim, a concepção de avaliação sobre a qual essas discussões foram feitas está embasada numa perspectiva que enxerga o processo de ensino-aprendizagem na sua totalidade, por isso que a avaliação foi tratada como atividade dinamizadora do processo e não apenas como atividade fim.

Sobre a avaliação, especialmente na atividade docente, Esteban (2008) diz que ela é uma atividade complexa e exige como atividade docente, um esforço de coração e mente, em que envolve razão, mas também afeto. Por isso, o avaliar na prática docente pode normatizar, definir, determinar, construir, romper barreiras e orientar a prática e, a partir daí, auxilia na formação da identidade do professor.

O avaliar presente no Conselho de Classe, embora esteja voltado para a perspectiva do professor em relação ao aluno, vai além do dar nota ou do atribuir um valor. Deve ser compreendida, antes de tudo, de forma crítica e reflexiva, atividade meio e não fim e que perpassa o viés numérico da nota, prática habitual nos Conselhos. Então, avaliar no Conselho de Classe, é refletir, questionar, propor e auto avaliar-se.

Segundo Carvalho (2011, p.6), o processo de auto avaliar-se “[...] assume um papel crucial, pois permite que o professor detecte e tome decisões sobre os pontos fortes e fracos da sua prática pedagógica, dando-lhe oportunidade de implementar estratégias de melhoria e enriquecimento profissional”.

Cruz (2015) diz que promover essa cultura da autoavaliação no âmbito da docência, embora, pouco praticada pelos professores no Conselho de Classe, pode orientar atitudes de mudança da prática, atuando na inovação pedagógica, influenciando na formação profissional e no exercício da docência.

Talvez, o maior desafio quando se pensa nesse tipo de avaliação a partir do Conselho de Classe, está não somente na concepção equivocada que se tem da avaliação, mas também na própria concepção de Conselho de Classe. A fim de vencer esses desafios, há que se considerar uma série de fatores, por exemplo, o caráter dinâmico e formador do Conselho de Classe.

Quando “Democraticamente orientado, o Conselho de Classe é capaz de [...] incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar sobre avaliação”

(CRUZ, 2015, p.9). Essa avaliação, capaz de enxergar todo o processo, implica na quebra de velhos paradigmas e está diretamente relacionada ao processo de formação, objetivo da educação, formação do aluno, formação do professor.

Nessa perspectiva, segundo Cruz (2015), a avaliação no Conselho de Classe torna-se um trabalho ao mesmo tempo que individual, também coletivo, em que tanto o aluno quanto o professor e a equipe pedagógica são avaliados. Por isso, essa avaliação precisa ser planejada, diretiva a ponto de fomentar a busca coletiva por ações e atitudes que enfatizem, entre outros, o Projeto Político Pedagógico da escola, buscando romper barreiras que interferem nos processos formativos dentro da escola.

A proposição de uma avaliação no Conselho de Classe, que vá além da mensuração da nota do aluno, contribui com a superação do caráter finalístico que ela tem no Conselho. No Conselho de Classe, o limiar da avaliação é atingido apenas quando se “avalia” o aluno, pois, “mesmo fazendo parte de uma instância avaliadora, os profissionais não admitem ser avaliados em seu trabalho” (DALBEN, 2004, p.63).

Para discutir o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes tendo como elementos base a avaliação e a reflexão, exige a compreensão de avaliação e autoavaliação andam juntas, não são processos separados. Por isso, no Conselho de Classe, a prática docente deve ser colocada em cheque, com o propósito não de mensurar o trabalho ou sua qualidade, mas de provocar a autoavaliação, uma vez que esta é vista “[...] como uma ferramenta que contribuirá para a reflexão sobre a prática, ou seja, para uma autocrítica do seu trabalho” (ALVES; MACHADO, 2010, p.102).

Para salientar a importância da autoavaliação docente para o processo de formação, Contreras (2012) faz uma interessante comparação. O autor compara docentes a artistas que, ao experimentarem e examinarem criticamente sua arte, melhoram a cada nova apresentação, ou seja, a avaliação é mais que um exame da ação, faz parte do aperfeiçoamento profissional, sem a qual a arte de ensinar pouco pode evoluir.

Nessa perspectiva, a autoavaliação é vista como o elemento indispensável ao processo de formação profissional, principalmente, porque pode romper com a relação hegemônica que se instalou nas escolas, em que a ideia predominantemente cultivada é a de que “[...] existe um ser que deve ser educado e outro que deve educar, em que existe um elemento para ser avaliado em seu desenvolvimento e outro que deve desenvolver este processo numa perspectiva unidirecional” (DALBEN, 2004, p. 65).

Demo (2011, p.41) vai contra a concepção de avaliação predominante nas escolas, ele diz que “[...] os processos avaliativos dos estudantes sempre implicam a *autoavaliação docente*:

mais que que avaliar alunos, os melhores professores mantêm-se constantemente em autoavaliação”.

Desse processo de reflexão-avaliação-autoavaliação-ação, o fazer e as práticas pedagógicas dos educadores que atuam na escola, sejam gestores, profissionais equipe pedagógica e professores podem ser, criticamente, discutidos, fazendo com que sentidos, significados e concepções de educação, de ensino e de avaliação sejam colocados em cheque, podendo ser avaliados e modificados em um trabalho compartilhado por todos (DALBEN, 2004).

Até então, olhou-se para a dimensão avaliativa mais na perspectiva da autoavaliação docente, em que o profissional, a partir da reflexão crítica, se indaga, se questiona e se avalia. Aqui, há também que se considerar outro tipo de avaliação presente no Conselho de Classe: a avaliação realizada pelos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.

Nessa perspectiva, os profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, ao propor e criar espaços em que o professor possa se expressar, tendo como foco suas experiências em sala de aula, podem perceber em quais aspectos da docência os professores apresentam maiores dificuldades e quais práticas e concepções precisam ser trabalhadas posteriormente.

Por isso, que na perspectiva de atuação do Conselho de Classe na formação de docentes, criar e fortalecer o diálogo entre técnicos e docentes, entre teoria e prática, evitando o vazio das discussões, a preponderância de julgamentos e a “inexistência” de um processo avaliativo reflexivo e formador, indispensável.

É a partir do diálogo constante e da valorização da dimensão avaliativa do Conselho de Classe, que a avaliação “[...] passa a ocupar um lugar mediador na relação pedagógica, transformando-se numa ação de investigação e reflexão permanente da prática docente” (DALBEN, 2004, p.78).

Olhar para o Conselho de Classe sob essas duas dimensões: a reflexiva e a avaliativa, é acreditar que, da busca coletiva pela melhor gestão do processo de ensino e aprendizagem, é possível de se fazer uma educação melhor. E, assim como outras ações existentes no seio da escola, o Conselho de Classe, aliado à reflexão e à avaliação crítica, pode atuar não apenas na transformação de práticas individuais e na formação docente, mas também na mudança da própria educação, em um processo capaz de ultrapassar as paredes das salas e os muros da escola.

1.3 Conselho de Classe e formação docente, o que dizem as pesquisas até aqui?

Definido o objeto de pesquisa e sob qual perspectiva seria investigado, o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, buscamos por aportes teóricos que pudessem subsidiar a investigação.

Inicialmente, verificamos na literatura brasileira quais pesquisadores tiveram como foco de pesquisa o Conselho de Classe. A partir dessa busca inicial, chegamos a bibliografia base da pesquisa: os trabalhos desenvolvidos pelas professoras Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben (2004, 1994) e Any Dutra Coelho da Rocha (1986) e do professor Carlos Henrique Carrilho Cruz (2015).

Para subsidiar as reflexões e relacionar o Conselho de Classe à formação de professores, utilizamos como bibliografia complementar, Schön (2009), Pimenta e Ghedin (2012) e Contreras (2012).

Após essa definição, procuramos nas Bases de Dados (Portal de Periódicos da CAPES⁸, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁹ e na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)¹⁰ por publicações recentes sobre o Conselho de Classe, sempre com o olhar para àquelas que mais se aproximavam da nossa questão orientadora: “Como o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores da EPTNM?”.

As buscas foram organizadas em duas etapas: na primeira, buscamos por trabalhos desenvolvidos sobre o Conselho de Classe genericamente, ou seja, trabalhos que o abordaram sob os mais diferentes aspectos ou perspectivas. Tomamos como tema de busca a expressão “Conselho de Classe”. Neste caso, todos os resultados foram considerados.

Já na segunda etapa, utilizamos como temas de busca, as expressões “Conselho de Classe na EPTNM” e “Conselho de Classe e formação docente”. Por isso, dessa segunda busca, surgiram dois quadros, o primeiro com os resultados obtidos quando utilizamos a expressão “Conselho de Classe na EPTNM” e o segundo com os resultados obtidos a partir do uso da expressão “Conselho de Classe e formação docente”

Nessa Etapa, para a inclusão e exclusão dos textos, adotamos os seguintes critérios: a) inclusão dos textos que abordassem o Conselho de Classe e sua correlação com a formação de professores; b) inclusão dos textos que abordassem o Conselho de Classe como espaço de

⁸ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

⁹ Disponível em: <http://www.bdttd.ibict.br/vufind/>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>>.

reflexão e avaliação docente; c) inclusão dos textos que abordassem o Conselho de Classe na EPTNM e d) exclusão dos demais fora dos contextos anteriormente citados.

Como resultados das buscas realizadas na Primeira Etapa, na qual buscamos por trabalhos desenvolvidos sobre o Conselho de Classe genericamente, surgiu o quadro abaixo:

Quadro 1- Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe

Base de Dados Pesquisada	Resultados encontrados
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	14
Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	0
Portal de Periódicos da CAPES	1.804

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Tendo em vista a grande quantidade de resultados obtidos na primeira busca e, para nos aproximarmos, objetivamente, do objeto de investigação, adotamos como estratégia de busca a expressão “Conselho de Classe na Educação profissional técnica de Nível Médio” e, posteriormente, “Conselho de Classe espaço e formação docente”.

A partir dos critérios utilizados, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 2- Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe na EPTMN

Base de Dados	Resultados encontrados	Resultados incluídos	Resultados excluídos
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	0	0	0
Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	0	0	0
Portal de Periódicos da CAPES	397	0	397

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Como resultado das buscas utilizando o tema “Conselho de Classe na EPTMN”, obtivemos 397 trabalhos, porém, nenhum deles apresentava uma correlação direta entre o Conselho de Classe e a EPTNM, neste caso para nos aproximarmos do objetivo geral da investigação, investigar a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes da EPTNM, buscamos por trabalhos que abordassem o Conselho de Classe e a formação docente. A partir dessas buscas, surgiram os seguintes resultados:

Quadro 3- Busca nas Bases de Dados com o tema Conselho de Classe e formação docente

Base de Dados	Resultados encontrados	Resultados incluídos	Resultados excluídos
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	1	1	0
Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	0	0	0
Portal de Periódicos da CAPES	220	2	218

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os resultados das buscas utilizando o tema “Conselho de Classe e formação docente”, totalizaram 221 trabalhos encontrados, porém, apenas três deles atendiam o nosso interesse de pesquisa, por isso, 218 trabalhos foram excluídos.

A partir dos três quadros, faremos algumas considerações importantes: primeiro, percebemos que, embora o número considerável de trabalhos e pesquisas que abordam a temática Conselho de Classe, quando o vinculamos à EPTNM, esses números diminuem consideravelmente. Segundo, verificamos que poucas são as pesquisas que vinculam, em algum aspecto, o Conselho de Classe à formação de professores, fato é que não encontramos nenhum trabalho que trate especificamente da atuação do Conselho de Classe na formação de professores da EPTNM.

Do achado em cada categoria de inclusão, surge o quadro a seguir, nele destacamos três trabalhos que apareceram na categoria “Conselho de Classe e formação docente” e que consideramos ter relação direta com os objetivos da nossa pesquisa:

Quadro 4- Dos achados sobre “Conselho de Classe e formação docente”.

N	Base de Dados	Categoria	Título da pesquisa	Autor (es)	Ano
1	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Dissertação	A orientadora pedagógica, a atuação e a formação docente: Um encontro com Alice e o Pequeno Príncipe.	Patrícia Regina Infanger Campos	2010
2	Portal de Periódicos da CAPES	Artigo	Atuação da coordenação pedagógica no Conselho de Classe: a experiência do campus São Sebastião.	Blenda Cavalcante de Oliveira	2015
3	Portal de Periódicos da CAPES	Artigo	Conselhos de Classe como espaço de educação continuada de professores.	Maria Emília Amaral Engers e Vanise dos Santos Gomes	2007

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir do quadro, faremos uma breve discussão em torno dos trabalhos encontrados, apresentando sob quais aspectos convergem entre si e qual a relação com a nossa pesquisa.

A pesquisa apresentada por Campos (2010), embora tenha como foco a atuação do profissional do orientador pedagógico, traz à discussão da formação de professores a partir dos espaços coletivos, destacando-se entre eles, o Conselho de Classe. O objetivo da pesquisa foi conhecer quais estratégias a orientadora pedagógica utilizava para trabalhar a formação de professores em uma escola da rede municipal de Campinas. Ao responder seu objetivo principal de pesquisa, a autora trabalhou com a importância dos espaços coletivos da escola, destacando o Conselho de Classe como um deles.

Sob essa mesma perspectiva, a fim de explicitar como a coordenação pedagógica do Instituto Federal de Brasília (IFB), campus Sertãozinho, é subsidiada pelo Conselho de Classe na organização da formação pedagógica continuada dos docentes do Campus, o trabalho de Oliveira (2015) intitulado de “Atuação da coordenação pedagógica no Conselho de Classe: a experiência do campus São Sebastião”, salienta a importância do Conselho de Classe nesse processo.

Aqui, encontramos um ponto convergente entre as duas pesquisas. Tanto Campos (2010) quanto Oliveira (2015) destacam a importância da atuação da equipe Técnico-Pedagógica no Conselho de Classe, tendo como foco a formação do professor. Esse ponto já havia sido abordado por nós, anteriormente, quando evidenciamos a relevância da participação da equipe pedagógica no Conselho de Classe. Mostramos que esses profissionais podem intervir, diretamente, nas dificuldades apresentadas pelos professores, a partir de as ações de formativas.

A respeito disso, Campos (2015, p. 74), fala sobre a necessidade de uma relação dialógica entre orientador pedagógico e professor, uma vez que, de acordo com a autora:

Formar demanda contato, diálogo, participação, ação conjunta. Prioridade ao estritamente pedagógico! A função formadora aproxima o orientador pedagógico do professor e possibilita que ambos discutam, analisem e encaminhem, juntos, ‘soluções’ para a docência.

Visto dessa forma, o Conselho de Classe, além de ter como base a avaliação do aluno, pode ser visto como um lugar de encontro, onde professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, dialogam, discutem, planejam e se formam.

Sobre a possibilidade de formação docente, tendo como subsidio a participação da Equipe Técnico-Pedagógica no Conselho de Classe, Oliveira (2015, p. 2), diz que é “a partir das análises realizadas durante os Conselhos de Classe, é possível, então, efetivar encaminhamentos visando a melhoria da prática pedagógica”.

Pelo que apresentamos nos dois trabalhos, o ponto de encontro está principalmente na importância do Conselho de Classe enquanto espaço propício para que os profissionais da equipe Técnico-Pedagógica atuem na formação continuada de docentes.

Ainda sobre a possibilidade de atuação do Conselho de Classe na formação de docentes, a pesquisa de número 3, intitulada de “Conselhos de Classe como espaço de educação continuada de professores”, desenvolvida por Engers e Gomes (2007), aborda a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes focando no processo e espaço do Conselho de Classe em si. O trabalho teve como objetivo verificar as práticas dos Conselhos de Classe como possibilidades de promover a educação continuada de professores.

As autoras enfatizam a importância da fala do professor durante o Conselho de Classe como oportunidade para se tomar conhecimento de suas práticas e concepções pedagógicas. Engers e Gomes (2007), ao enfatizarem a atuação do Conselho na formação de professores, dizem que, nele, “[...] exploramos a fala de professoras, buscando acolhê-las de modo a melhor compreender suas práticas a partir daquilo que sobre elas dizem, valorizando tais professoras como profissionais da educação” (p. 3).

Destacamos um ponto em comum entre a nossa pesquisa, a investigação da atuação do Conselho de Classe na formação de docentes, e a pesquisa apresentada por Engers e Gomes (2007). Assim como elas, acreditamos que é no Conselho de Classe, enquanto espaço coletivo de discussão, reflexão e avaliação, que os professores podem refletir sobre suas práticas, avaliá-las e, muitas vezes, transformá-las, por isso, evidenciamos a importância da fala do professor no Conselho de Classe. Sobre esse aspecto, Engers e Gomes (2007, p.3) dizem que:

Ao exporem-se, mesmo que nem sempre associem seus discursos, de modo consciente, a esta ou aquela teoria educacional, expressam suas teorias implícitas, defendem modos de “fazer educação”, compartilham momentos de suas atuações em sala de aula. Enfim, defendem práticas de ensino e falam de si, enquanto professoras que se identificam com determinadas identidades profissionais.

A fala do professor no Conselho de Classe é uma importante ferramenta para o processo de reflexão e autoavaliação. Como já pontuamos, na atualidade, o Conselho de Classe é um dos únicos espaços em que o professor e seus pares têm a possibilidade de discutir coletivamente sua prática, suas deficiências, as superações, ou seja, a atuação docente. Pois, ele “[...] possibilita a expressão dos saberes profissionais de cada sujeito participante, tendo como ponto de partida suas próprias práticas. Falam, neste sentido, daquilo que fazem sentem, o que imprime no processo um importante significado” (ENGERS; GOMES, 2007, p.519).

Dos achados, apreendemos que a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes pode se dar, principalmente, por dois vieses; pela atuação interventiva dos profissionais da equipe Técnico-Pedagógica, e pelo processo de reflexão e autoavaliação do professor que, a partir da sua fala, torna-se consciente da própria prática e do que podem fazer para melhorá-la.

Pelo exposto até aqui, entendemos que foi possível evidenciar a relação entre Conselho de Classe e formação docente, tendo em vista a possibilidade de uma formação sustentada pelas dimensões da avaliação e da reflexão da prática.

Portanto, do que nos propusemos a discutir nesse primeiro capítulo, enfatizamos a articulação entre o Conselho de Classe e o trabalho formativo de docentes e a importância do trabalho coletivo e da interação entre pesquisador e participantes. Esses aspectos possibilitaram maior clareza na elaboração dos caminhos que juntos trilhamos, conforme apresentaremos no capítulo seguinte, o percurso metodológico da pesquisa: caminho que se fez caminhando.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: CAMINHO QUE SE FEZ CAMINHANDO¹¹

Aprendi aos poucos que posso carregar na caixa de ferramentas chamada “método” alicates, chaves de fenda, trenas, furadeiras, plainas, além de outros instrumentos. Aprendi mais tarde que bem melhor do que minhas máquinas são minhas mãos. E quem as dirige não são as ferramentas de que me valho, mas meu coração e a minha mente, que dão sentido à madeira que trabalho, às ferramentas e às minhas mãos.

(Brandão)

Em vista dos objetivos da pesquisa, os quais nos levaram para a investigação do Conselho de Classe na perspectiva de sua atuação na formação de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a abordagem qualitativa foi a que melhor nos ajudou a compreender o fenômeno investigado, principalmente, porque partimos do entendimento de que ela é uma abordagem de natureza essencialmente social e está mais preocupada com a intensidade na compreensão do fenômeno do que com a sua extensão.

Para Demo (2013), uma das características das pesquisas de natureza qualitativa é a abertura dada para os questionamentos e respostas, tal característica leva a um aprofundamento que se sobressai da análise, aprofunda-se pela comunicação, familiaridade e conveniência. Assim, a abordagem qualitativa “Designaria a parte mais relevante e central das coisas, o que ainda é vago, pois a *essência* não se vê, toca-se, sem falar que para a ciência positivista, não se mensura. Mesmo assim, a qualidade sinaliza horizontes substanciais [...]” (DEMO, 2013, p.104-105, grifo do autor).

Corroborando com Bogdan e Biklen (1994), Demo (2013) acrescenta como característica da pesquisa qualitativa, a relação direta entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa no local onde a situação acontece. Acrescenta também, a forma descritiva com a qual as informações são tratadas, o interesse pelo processo e não apenas pelo resultado e o empenho em compreender a forma como pesquisados e participantes da pesquisa interagem e enxergam o fenômeno.

A partir da abordagem qualitativa, como estratégia metodológica, utilizaremos a pesquisa colaborativa, conforme apresentamos a seguir.

¹¹ Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná/ULBRA/RO através do Parecer de N° 2.636.397/2018.

2.1 A Pesquisa Colaborativa

A escolha pela utilização da pesquisa colaborativa como estratégia metodológica ocorreu, principalmente, pelas possibilidades que ela nos oferece quando lidamos com uma pesquisa que envolve formação de professores no contexto do trabalho. Para isso, apresentamos os três aspectos que sustentam a Pesquisa Colaborativa, são eles: aproximação entre teoria e prática, superação do distanciamento entre pesquisadores e “práticos” e, o terceiro, a dupla perspectiva construída entre pesquisa e formação.

Sobre o primeiro aspecto, aproximação entre teoria e prática, Desgagné (2007, p. 11/12) afirma que a pesquisa colaborativa visa estabelecer uma relação entre o mundo da pesquisa e o mundo da prática docente, por isso, o maior interesse dela se dá em [...] “tentar melhor compreender a maneira pela qual os docentes assimilam, segundo os limites e recursos de seu contexto de prática, os aspectos do ato de ensino e de aprendizagem, sobretudo, as competências de ator em situação [...]”.

O segundo aspecto envolve a possibilidade de professores se tornarem coprodutores de conhecimentos e de transformarem a própria prática, por isso, falar em pesquisa colaborativa, pressupõe, necessariamente, falar na coparticipação do docente. Esse aspecto contribui com a superação do distanciamento entre “aquele que pesquisa” e “aquele que executa”. Sobre isso, Desgagné (2007, p.8) afirma que “[...] a ideia de colaboração entre pesquisadores e docentes práticos, para a construção de conhecimentos ligados ao ensino, provém da constatação do distanciamento existente entre o mundo do exercício profissional e o da pesquisa [...]”.

Já o terceiro aspecto, pressupõe a possibilidade de integração entre a pesquisa e a formação docente, ou seja, ao pôr em colaboração pesquisadores e docentes, o trabalho transforma-se em atividade de pesquisa e de formação onde, simultaneamente, ao pesquisarmos também nos formamos (DESGAGNÉ, 2007).

Destacamos a importância dessa aproximação estabelecida entre pesquisadores e professores. A partir dessa atitude, eles se aproximam do objeto a ser investigado e passam a caminhar juntos a fim de alcançar o que almejam, na maioria das vezes, a resolução de problemas enfrentados no contexto da prática docente. Por isso, o maior interesse é que “[...] os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação” (IBIAPINA, 2008, p.25).

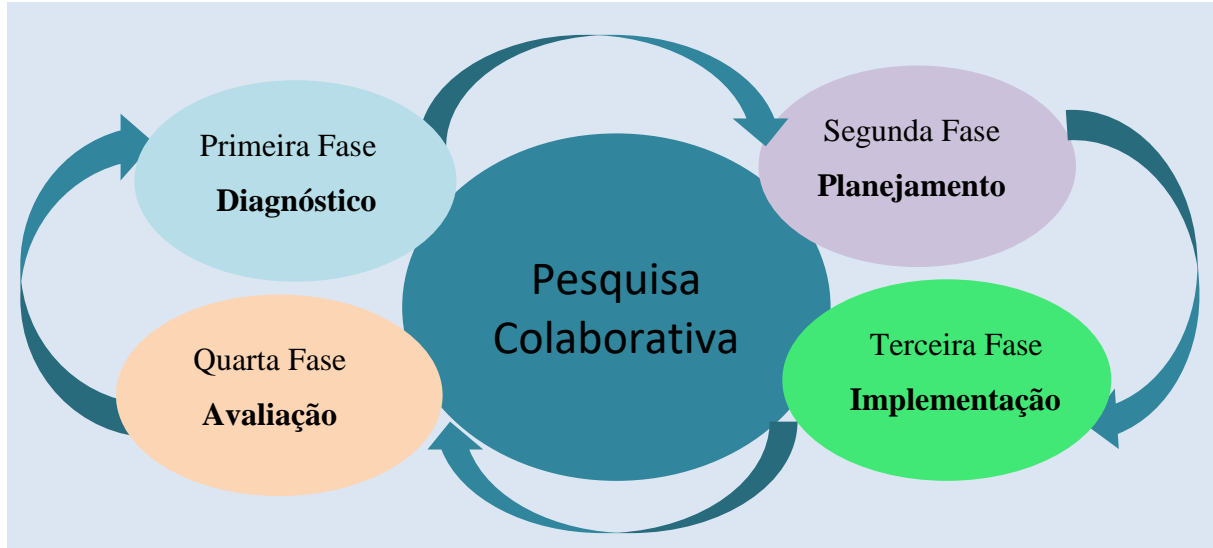
Assim pensada, a pesquisa colaborativa promove tanto a produção de conhecimentos como a formação de professores, tendo como base as vivências que envolvem o fazer docente, por isso que dizemos que ela aborda aspectos teóricos e práticos (IBIAPINA, 2008).

Infere-se, portanto, que “investigar colaborativamente implica no envolvimento entre pesquisadores e professores em projetos comuns que beneficiem a escola e o desenvolvimento profissional docente” (IBIAPINA, 2008, p.22). Em outras palavras, é um trabalho realizado por muitas mãos e que atinge diferentes objetivos, para o pesquisador, uma vasta gama de informações e conhecimento e para os participantes, além da produção de conhecimento, a formação.

Diante do exposto, a escolha dessa estratégia de pesquisa se justificou, uma vez que buscamos, junto aos professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos, primeiro diagnosticar para depois, planejar, implementar e avaliar ações que possibilitassem um novo olhar para o Conselho de Classe, em uma perspectiva de atuação na formação de docentes da EPTNM.

Para o desenvolvimento da pesquisa, orientamo-nos pelas fases da Pesquisa Colaborativa tomando como base Ibiapina (2008). Tais fases são denominadas de Diagnóstico, Planejamento, Implementação e Avaliação. Assim, apresentamos na Figura 1 o desenho de como pode ocorrer o processo de pesquisa na perspectiva colaborativa.

Figura 1- Desenho do processo na Pesquisa Colaborativa



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir do quadro, a seguir, tratamos brevemente, de cada uma das fases na perspectiva da Pesquisa Colaborativa.

2.1.1 Primeira Fase: Diagnóstico

Na pesquisa colaborativa, a fase diagnóstica é o primeiro passo para o desenvolvimento de um trabalho integrado entre pesquisador e colaboradores. É o momento que interliga diretamente esses agentes à problemática a ser investigada. Nesse sentido, é impossível pensarmos em pesquisa colaborativa sem que, para isso, falemos do diagnóstico. No contexto escolar, de acordo com Ibiapina (2008) é a partir do diagnóstico que se torna possível perceber as necessidades de formação dos professores e as problemáticas que envolvem a prática docente.

Isso indica que, em uma pesquisa cujo objeto de investigação está diretamente relacionado com o trabalho do docente, partir de um diagnóstico junto aos professores e aos demais envolvidos no processo, se torna um pressuposto básico. A partir dessa etapa, do diagnóstico, é possível “[...] despertar motivos nos professores, criando condições para que eles fiquem dispostos a melhorar a prática docente, assumindo a vontade de aperfeiçoar-se e de estudar os conceitos necessários para a condição da atividade docente [...]” (IBIAPINA, p. 46).

Feita essa breve explanação da primeira fase, a seguir abordamos as demais fases, a começar pelo Planejamento.

2.1.2 Segunda Fase: Planejamento

O Planejamento é ação indispensável para qualquer prática humana e quando falamos do planejamento em uma pesquisa, estamos falando do processo de previsão dos caminhos que nos levarão ao objetivo pretendido. Desta forma, na pesquisa Colaborativa, o planejamento, caracterizado pela definição das ações que serão realizadas pelo pesquisador e pelos colaboradores, deve estar alinhado às necessidades pontuadas na primeira fase, no Diagnóstico.

Por isso, Garcia (1999) diz que o planejamento das ações formativas deve ser realizado a partir do diagnóstico das necessidades apresentadas pelos professores. Compartilhando do mesmo entendimento, Ibiapina (2008) diz que fazer o diagnóstico dos saberes experienciais e dos conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória profissional do professor é o primeiro passo para a planificação das ações formativas posteriores.

A etapa do planejamento é mais um momento de questionamentos do que um momento de soluções e respostas. E embora não exija, necessariamente, a participação dos professores¹²

¹² De acordo com Ibiapina (2008) essa participação não é obrigatória em todas as ações da pesquisa, desde que, sempre que se sentirem à vontade para contribuir, os participantes tenham oportunidades iguais para o fazer e que tenham vez e voz ativa em todos os momentos. Por isso Ibiapina (2008, p.32) esclarece que “[...] a pesquisa colaborativa não exige que os professores sejam co-pesquisadores [...] ou seja, participem de todas as tarefas formais da pesquisa com a mesma competência do pesquisador”.

na planificação das ações, entendemos que o envolvimento deles é de suma importância. É importante porque permite que os colaboradores opinem e sugiram e, junto ao pesquisador, proponham as ações e os meios a serem utilizados no decorrer do processo, afinal, planejar é um ato político e não ocorre na neutralidade, o que exige sentido, envolvimento e vontade dos participantes.

A seguir, explanaremos um pouco sobre a próxima fase da pesquisa, a Implementação. Salientamos que, embora a linearidade apresentada, em uma pesquisa em que o fator dialógico é tido como base, em alguns momentos, é possível e importante, retornar a uma fase, revê-la, fazer alterações e assim, seguir para a próxima.

2.1.3 Terceira Fase: Implementação

Na Pesquisa Colaborativa, compreendemos que a fase de Implementação é o momento de execução das ações formativas que foram, previamente, planejadas. As quais devem ser sempre guiadas pela reflexividade e pela busca em melhorar o trabalho docente. As ações formativas, portanto, exigem a organização de espaços onde seja possível discutir, refletir e produzir conhecimentos de forma colaborativa. Sobre isso, Ibiapina (2008, p. 46) diz que “[...] o trabalho colaborativo e reflexivo é organizado por meio de ações formativas que auxiliam no processo de coprodução de conhecimentos”.

Segundo a mesma autora, para a organização das ações formativas é necessário a criação de condições ambientais propícias para que os professores se sintam à vontade e instigados a refletir intra e interpessoalmente sobre sua prática e atuação profissional. Assim, a implementação das ações, pressupõe a organização de “[...] sessões sistemáticas de estudo que estimulam os professores a refletir com base em construções teóricas, sem perder de vista a prática pedagógica [...] (onde) O ponto de partida para o estudo são os conhecimentos prévios dos professores/colaboradores [...]” (IBIAPINA, 2008, grifos nossos).

Dito isso, compreendemos que a fase de Implementação, bem como as demais fases da pesquisa Colaborativa, exige de pesquisador e professores/colaboradores uma relação de confiança e abertura baseada no profissionalismo e no respeito mútuo. Principalmente, porque no processo de formação, há também um processo de desconstrução e de reelaboração de teorias, concepções e conceitos, o que envolve uma nova compressão sobre si e sobre a própria prática e sobre o outro.

2.1.4 Quarta Fase: Avaliação

Na perspectiva da Pesquisa Colaborativa, a avaliação deve considerar os processos reflexivos emergentes do trabalho desenvolvido pelos participantes. No contexto dessa pesquisa, a avaliação levou em consideração os conteúdos que emergiram dos processos reflexivos no trabalho entre pesquisadora e professores, denominados de colaboradores.

A fase de avaliação, enquanto processo reflexivo “[...] ajuda no desenvolvimento da consciência profissional, produzindo práticas que conduzem a transformação da atividade docente” (IBIAPINA, 2008, p.71). Para isso, no desenvolvimento do trabalho colaborativo, a avaliação pode se dá por diversos meios, podendo ocorrer de forma oral, por meio das falas dos professores, ou de forma escrita, com a aplicação de questionário estruturado ou não e com questões abertas ou fechadas, de caráter objetivas ou discursivas.

Feito essa breve apresentação das fases que compõem a Pesquisa Colaborativa, a seguir, apresentamos o lugar da investigação e os colaboradores da pesquisa.

2.2 O lugar da investigação e os colaboradores da pesquisa

Esta pesquisa teve como ponto de partida e de chegada o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO, campus de Ji-Paraná. O campus de Ji-Paraná tem um pouco mais de nove (9) anos de existência e oferece cursos de nível Médio Técnico Integrado nas áreas de Florestas, Química e Informática, além do subsequente em Informática. Atua também em nível de graduação, na oferta dos cursos de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Química e Engenharia Florestal. De acordo com a imagem a seguir (Figura 2), está localizado na zona urbana da cidade.

Figura 2- Foto da Entrada principal do Campus local de realização da pesquisa



Fonte: Site oficial do IFRO, 2018. <http://www.ifro.edu.br/>.

Para apresentarmos os participantes da pesquisa, retomamos as fases de desenvolvimento da Pesquisa Colaborativa composta pelo diagnóstico, o planejamento, a implementação e, por último, a avaliação. Isso se fez necessário porque nem todos os participantes estiveram presentes em todas as fases da pesquisa colaborativa. Nesse sentido, os participantes foram organizados em dois grupos: o primeiro grupo participou apenas da fase diagnóstica da pesquisa; já o segundo grupo, formado por seis (6) participantes, estiveram presentes em todas as fases, da fase diagnóstica até à avaliação.

O primeiro grupo foi formado por oitenta e seis (86) participantes, sendo quarenta e três (43) professores, docentes dos cursos técnicos integrados de Nível Médio, três (3) profissionais da equipe Técnico-Pedagógica¹³ e quarenta (40) alunos dos cursos técnicos integrados (Técnico em Florestas, Informática e Química)¹⁴. Os participantes desse grupo foram identificados conforme o quadro seguinte e, em alguns momentos da pesquisa, foram denominados de grupo de participantes.

¹³ A seleção desses participantes ocorreu durante uma reunião do Conselho de Classe. Foram selecionados os professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica que se encontravam presentes e que se colocaram à disposição para participar da pesquisa. O convite foi feito via lista de assinatura para manifestação de interesse. Nesse caso, aqueles que assinaram manifestando-se interessados, foram selecionados e participaram da fase Diagnóstica da pesquisa.

¹⁴ Para a seleção dos alunos participantes da fase Diagnóstica da pesquisa, utilizamos dois critérios: a) alunos com maior tempo e experiência no Conselho de Classe, chegamos aos alunos dos quartos anos; b) alunos maiores de 18 anos, chegamos a representatividade composta por 40 alunos.

Quadro 5- Caracterização dos participantes da Primeira Fase da pesquisa (Diagnóstico)

Código de Identificação do participante	Número de participantes
P (Professor)	43 (quarenta e três)
TP (profissional da Equipe Técnico-Pedagógica)	03 (três)
A (Aluno)	40 (quarenta)

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Do segundo grupo participaram seis (6) professores, cinco (5) deles docentes nos cursos técnico integrados¹⁵ e um (1) professor convidado, docente com experiência no trabalho com cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e coordenador do curso tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas¹⁶. De acordo com o quadro abaixo, dos professores participantes, um (1) atua nas disciplinas do núcleo específico, quatro (4) professores atuam nas disciplinas do núcleo comum e o (1) professor convidado é docente também do núcleo das disciplinas específicas. A seleção dos professores se deu a partir da manifestação de interesse deles durante a primeira fase da pesquisa, na realização do Diagnóstico. Por isso, em um momento posterior, foram convidados pessoalmente pela pesquisadora.

Abaixo, o quadro apresenta, sucintamente, a caracterização dos participantes desse grupo.

Quadro 6- Caracterização dos participantes do segundo grupo (Planejamento, Implementação e Avaliação) – Grupo Colaborativo

Código de Identificação do Participante	Formação	Definição como professor
Liz	Possui Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal de Rondônia (2001). Especialista em Metodologia e Docência Universitária pela Universidade Luterana do Brasil. Mestre em Matemática pelo programa de Mestrado Profissional de Matemática em Rede Nacional? PROFMAT. Doutoranda do Programa em Rede REAMEC -	“Sou uma pessoa/profissional em construção/reconstrução. Não me vejo como alguém pronto, totalmente definida. Sou fruto de uma modelagem que a cada dia, a cada nova experiência necessita de adaptação e ajustes, precisa lapidar parte de si para melhorar. Amo o que faço, me preocupo com meus alunos, procuro formas de ajudá-los em suas necessidades (dentro das minhas limitações)”.

¹⁵ Dos quarenta e três (43) professores participantes da fase diagnóstica, que fizemos o convite, apenas cinco tiveram disponibilidade para participar do Grupo de Estudo e Discussões proposto para a continuidade da pesquisa.

¹⁶ O convite para o professor se deu no momento em que dois dos professores confirmavam sua participação do Grupo colaborativo. Ao ouvir a conversa, o professor mostrou-se interessado e com disponibilidade para participar do grupo. Nesse caso, mesmo que, no momento, o professor não estivesse atuando na Educação Básica, mas considerando sua experiência em Conselhos de Classe e no Ensino Médio Integrado, convidamo-lo a participar da pesquisa.

	Ensino de Ciências e Matemática, Pólo UFMT.	
Bil	Possui graduação de Licenciatura em Computação pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (2011), graduação em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (2011), graduação em Licenciatura com habilitação em Matemática Aplicada pela Universidade Estadual da Paraíba, graduação em Química Industrial pela Universidade Estadual da Paraíba (1994), Especialização em Segurança de Sistemas de Informação (2008), Especialização em Tecnologia da Informação (2003), mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande (2002).	“Bom, gosto de conversar durante todo o dia, especialmente falar de ciências e aventuras, porem passo maior parte do tempo tentando entender o que acontece ao meio em que estou, perco muito tempo pensando em como resolver um problema qualquer do que propriamente o resolvendo. Por exemplo, quando estou analisando um código (linguagem de programação) de um aluno, vejo o erro rapidamente, mas perco muito tempo tentando entender os motivos que o fizeram chegar aquele erro, desde achar que é minha culpa, a imaginar que ele não tem o perfil do curso, esse julgamento, me correi por dentro, pois não é simplesmente jogar a questão, mas o desenvolvimento do aluno, ele pode ter errado hoje, mas por ter o perfil e acertar na próxima”.
Tim	Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011). Especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin, FTDE, Brasil, Mestrando do ProfEPT, Turma 2018/2.	“Como professor o que me define é a perseverança. Apesar das minhas limitações profissionais e pessoais, procuro, a cada dia, buscar novos conhecimentos, aprender com as experiências vivenciadas e. acima de tudo, fazer o melhor e o que está ao meu alcance. Acredito que cada um fazendo a sua parte (professores, alunos, gestores e demais funcionários), poderemos chegar a um ambiente ideal para o processo educacional”.
Ana	Possui graduação em Letras - Português/ Inglês pela Universidade Paranaense (2003). É especialista em Metodologia da Língua Inglesa com Ênfase em TESOL e em Didática e Metodologia do Ensino Superior. É mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR (2013).	“Sou uma professora que sempre está preocupada e disposta a mudar as práticas de ensino para que os alunos tenham um melhor resultado e sucesso na aprendizagem. Além disso, sempre procuro olhar o aluno como ser humano que tem uma história, que vive em um determinado contexto e que isso pode influenciar sua aprendizagem. [...] nos processos avaliativos considero o aluno como um todo”.
Lia	Possui graduação em Engenharia Florestal pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia (2002), mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (2004) e doutorado em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (2015).	“Não me defino como professora de acordo com as normas do IFRO. Acredito no ensino como ferramenta necessária e essencial para o crescimento pessoal e profissional de qualquer indivíduo. O professor deve se preocupar com conhecimento/ ensino e não apenas com a nota dos alunos”.
Eva	Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (1998), mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal da	“Acredito que sou uma professora comprometida com a educação, sempre preocupada em se mante atualizada sobre os assuntos abordados na turma, procurando maneiras de trazer os conteúdos para o

	Paraíba (2001) e doutorado em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (2008).	cotidiano dos alunos, para melhorar o entendimento e tentando sempre manter-se próximo deles para que sintam-se a vontade para tirar dúvidas sem nenhum constrangimento”.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria, a partir com Questionário I, 2018.

Após confirmada a disponibilidade e participação dos professores nas demais fases da pesquisa, formamos um grupo de estudo e discussões o qual denominamos de Grupo Colaborativo. Nesse grupo, realizamos, inicialmente, encontros quinzenais durante três meses, perfazendo um total de cinco encontros. Durante a realização desses encontros, refletimos, discutimos, propomos e avaliamos ações, tendo como foco o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da EPTNM no IFRO. Em muitos momentos da pesquisa, ao nos referirmos aos participantes desse grupo, nos utilizamos dos termos colaboradores ou Grupo Colaborativo.

Aqui, exposto o local de realização da pesquisa e os participantes/colaboradores, na seção seguinte trazemos o que foi realizado em cada fase da Pesquisa Colaborativa.

2.3 Desenvolvimento da Pesquisa Colaborativa

Como mencionado, a Pesquisa Colaborativa tem como característica principal o trabalho coletivo no processo de coprodução de conhecimento e a formação dos participantes no decorrer desse processo. Por isso, a Pesquisa Colaborativa é marcada pelo envolvimento e aproximação entre pesquisador e participantes e pela relação intrínseca entre produção de conhecimentos científicos e formação profissional (IBIAPINA, 2008; DESGÁGNÉ, 2007). Diante dessas características, para tratar do Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Pesquisa Colaborativa tornou-se a metodologia mais indicada.

Assim, no Quadro 7, apresentamos como cada fase da pesquisa foi desenvolvida, os objetivos pretendidos e quais técnicas e instrumentos foram utilizadas em cada uma delas.

Quadro 7- Fases da Pesquisa Colaborativa: objetivos, técnicas e instrumentos utilizados

Fases	Objetivo		Técnicas de produção de dados	Instrumento de coleta de dados	Produto
Diagnóstico	Estabelecer relação entre Conselho de Classe e formação de professores		Análise documental	Atas dos Conselhos de Classes;	Relatório do diagnóstico
	Identificar a visão e o sentido do Conselho de Classe para professores, alunos e equipe Técnico-pedagógica.			Regimento Interno do IFRO Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Resoluções institucionais.	
			Observação colaborativa	Diário de campo	
			Momento formativo	Diário de campo e Questionário Avaliativo	
Planejamento Implementação Avaliação	Elaborar, junto aos professores, ações para implementação e avaliação que tratem do Conselho de Classe	Fases	Momentos de estudo e roda de conversa	Diário de campo e Gravação de áudio	Relatório do planejamento e da implementação
		Planejamento e Implantação			
		Avaliação	Roda de conversa	Diário de campo e Questionários II e III	Relatório da avaliação

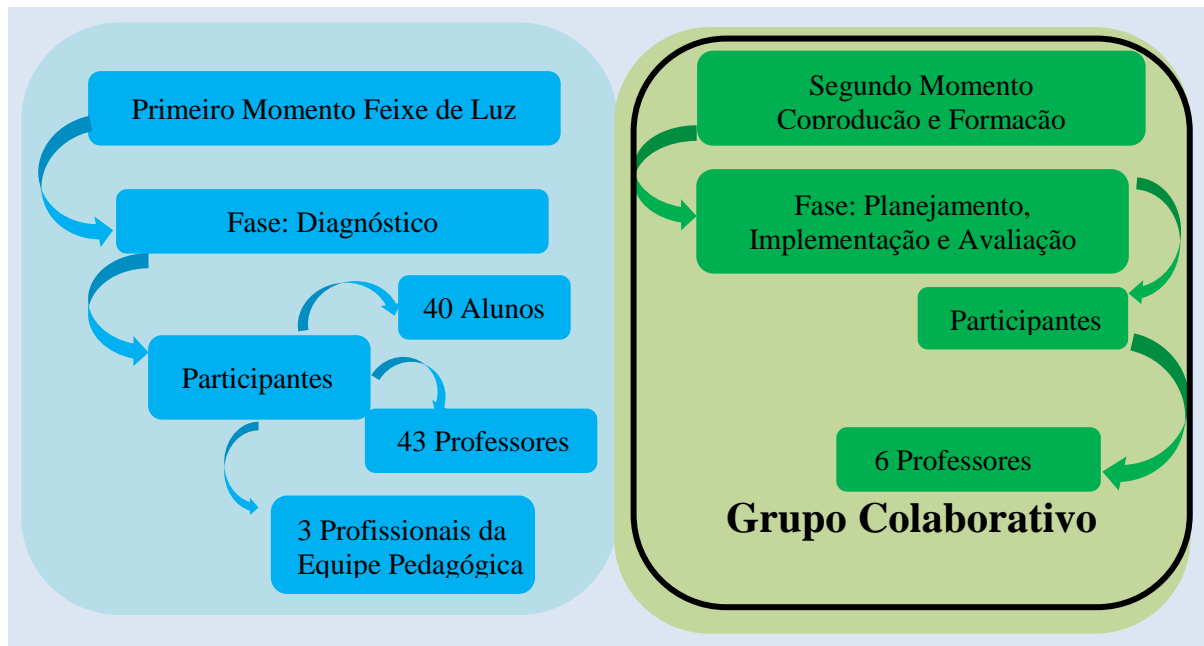
Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir desse quadro explicativo e antes de apresentarmos como se deu o desenvolvimento das ações em cada fase da pesquisa, acreditamos ser importante destacar três aspectos que se fizeram presentes no decorrer de toda a pesquisa e que a tornaram um trabalho possível: a) o interesse e envolvimento de todos os participantes diante das ações propostas; b) o apoio da Gestão do campus, lócus da pesquisa e, principalmente, c) a dedicação, o empenho,

o compromisso e envolvimento dos professores que construíram conosco o Grupo Colaborativo.

Para facilitar o detalhamento de tudo que ocorreu na pesquisa, organizamo-la em dois momentos: o primeiro momento, denominado Feixe de Luz, em que realizamos o diagnóstico e do qual fez parte o primeiro grupo de participantes; e o segundo momento, denominado de Coprodução e Formação, do qual fez parte o segundo grupo de participantes. Este último nomeamos de Grupo Colaborativo, conforme apresentamos a seguir

Figura 3- Momentos da Pesquisa e Grupos de Participantes e Colaboradores



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Denominamos o primeiro momento de “Feixe de Luz”¹⁷ porque correspondeu ao momento no qual clareamos o nosso olhar para o caminho por onde poderíamos seguir na pesquisa e esse momento culminou com o diagnóstico. O segundo momento denominamos de “Momento de coprodução e formação” uma vez que, com a formação do Grupo Colaborativo, a pesquisa passou a ter um viés de cooperação ainda maior e, ao mesmo tempo, observamos um processo de formação de colaboradores e pesquisadora. No segundo momento, as demais fases da pesquisa foram desenvolvidas, quais sejam, Planejamento, Implementação e Avaliação.

¹⁷ Inspiramo-nos em Moraes (2003) quando, ao descrever o processo de análise e compreensão na Análise Textual Discursiva, utiliza-se da metáfora Tempestade de Luz. No nosso caso, Feixe de Luz, pois foi o momento onde sentimos mais claramente qual caminho seguiríamos diante da nossa temática de pesquisa, o Conselho de Classe.

Após apresentarmos os momentos nos quais esta pesquisa ocorreu e os participantes de cada um deles, detalharemos a seguir as ações desenvolvidas em cada um dos momentos, e as suas respectivas fases. Para facilitar a identificação das fontes utilizadas na produção dos dados, apresentamos no quadro seguinte (Quadro 8) as fontes de dados e os códigos utilizados para identificá-las.

Quadro 8- Códigos e Fontes de dados utilizados na Pesquisa

Fonte de Dados	Código de identificação
Diário de Campo	DC
Análise Documental (Atas de Conselhos de Classe)	AD ¹⁸
Avaliação do Aluno	AA
Avaliação da Turma	AT
Áudio de Gravação (Transcrição das discussões dos encontros).	AGE
Questionário I	QI
Momento Formativo	MF
Questionário Avaliativo- Avaliação do Momento formativo	QA
Questionário – II Avaliação dos Encontros do Grupo Colaborativo	QII ¹⁹
Questionário – III Avaliação da proposta do Grupo Colaborativo	QIII ²⁰

Fonte: Elaboração própria, 2018.

2.3.1 Primeiro Momento: Feixe de Luz

O primeiro momento: Feixe de Luz, correspondeu ao momento da fase diagnóstica da pesquisa, foi quando entramos em contato com as principais problemáticas e situações que incomodavam os professores com relação ao Conselho de Classe, o que nos indicou uma necessidade formativa dos professores sobre o tema. Disso, concordamos com Ibiapina (2008) quando diz que é a partir de um diagnóstico que se torna possível perceber problemáticas que envolvem à docência e as necessidades formativas dos professores.

No primeiro momento, buscando conhecer a visão e o sentido do Conselho de Classe para professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e para os alunos, realizamos uma primeira investigação. Para esse levantamento e diagnóstico, realizamos quatro ações e foram

¹⁸ Conforme Quadro 7, na análise documental, além das atas dos Conselhos de Classe, foram analisados alguns documentos institucionais, como o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); Regimento Interno do IFRO e Resoluções que tratam do Conselho de Classe, por exemplo a Resolução nº 07/2018 que trata do assunto. No entanto, o código foi utilizado apenas para identificar a análise feita nas Atas dos Conselhos de Classe, os demais documentos citamos as fontes.

¹⁹ As letras QII correspondem ao termo “Questionário II” e farão referência aos dados oriundos da avaliação realizada pelo grupo colaborativo ao final dos encontros. Todavia, nesse momento, ainda não apresentaremos a análise desses dados.

²⁰ As letras QIII correspondem ao termo “Questionário III” e farão referência aos dados oriundos da avaliação que será aplicada com o Grupo Colaborativo para avaliar a proposta dos encontros e discussões do grupo, todavia, ainda não apresentaremos a análise desses dados, uma vez que a proposta ainda se encontra em construção e não foi avaliada.

elas: a) análise documental (Regimento Interno do IFRO, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções institucionais e Atas dos conselhos de Classe); b) observação colaborativa em uma reunião de Conselho de Classe; c) aplicação de questionário; d) organização e avaliação de um momento formativo para discutir o Conselho de Classe.

2.3.1.1 Análise documental

A realização da análise documental (Regimento Interno do IFRO, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções institucionais e Atas do Conselho de Classe), foi o primeiro contato com o objeto de investigação sob o olhar de pesquisadora, de fato. Por isso, esse foi um dos momentos mais angustiantes da pesquisa, já que, à medida que analisávamos os documentos, iam surgindo muitas informações e, várias vezes, nos deixaram sufocadas.

Naquele momento, imersos em tantas informações, podíamos olhar para o Conselho de Classe sob diversos ângulos e perspectivas. Por isso, foi nesse primeiro momento de contato que nos demos conta da importância da pesquisa e como ela poderia fazer a diferença para professores, alunos e a instituição como um todo, no que tange ao Conselho de Classe e sua atuação.

Da análise documental, encontramos o Conselho de Classe, definido como sendo uma das três instâncias colegiadas mais importantes do IFRO. De acordo com o PDI²¹ (Plano de Desenvolvimento Institucional) do IFRO, o Conselho de Classe é definido como:

[...] o órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo, em qualquer instância, e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Foi instituído pela Resolução nº 8/2013/CONSUP/IFRO. O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor (a) de Ensino, Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio, todos os docentes da turma em análise, Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos, Chefe do Departamento/Coordenador de Assistência ao Educando, Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e orientação), um discente representante da turma em análise e outros profissionais que atuam no campus com apoio pedagógico. Sua competência, atribuições dos membros e funcionamento são norteados por regulamento próprio (IFRO, 2018).

O que percebemos, nesse primeiro momento, foi que, institucionalmente, o Conselho de Classe deve exercer, além da função principal que é a avaliação do processo de ensino-

²¹ Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/planejamentoestrategico-nav> . Acesso em: 05 jan. 2018.

aprendizagem, um papel de apoio à gestão no que concerne aos aspectos de acompanhamento pedagógico e proposição de ações que visem melhorar a qualidade da educação ofertada.

No mesmo sentido do Plano de Desenvolvimento Institucional, está o Regimento Interno do IFRO, especificamente do campus lócus da pesquisa. De acordo com o documento analisado, em seu artigo 7º, O Conselho de Classe é caracterizado como sendo um “[...] órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio” (IFRO, 2016).

O papel, os objetivos e a forma como o Conselho de Classe deveria ser organizado foi ainda mais especificado na Resolução nº 7/Reitoria - CONSUP/IFRO. Esta resolução foi aprovada em 03 de janeiro de 2018, revogando a resolução anterior, a Resolução de Nº 8/Reitoria - CONSUP/IFRO de 2016.

De acordo com a resolução em vigor desde janeiro do ano de 2018, em seu artigo 2º, o Conselho de Classe, é definido como um órgão Colegiado de apoio pedagógico e administrativo (IFRO, 2018). O documento ainda orienta sobre os participantes do Conselho de Classe, os objetivos que deveriam ser alcançados e as finalidades e competências de cada ação. Sobre esse artigo, destacamos o item IV, o qual afirma que é competência do Conselho de Classe “conduzir o processo de autoavaliação dos professores mediante sua atuação no processo educativo, por meio de análises dos resultados obtidos pela turma em cada disciplina, incentivando a troca de ideias e o intercâmbio de experiências” (IFRO, 2018).

Do apresentado, enfatizamos que, institucionalmente, o Conselho de Classe, é definido como um instrumento de suporte pedagógico, portanto, está diretamente relacionado ao processo de ensino e aprendizagem e aos processos formativos de docentes da EPTNM.

A partir de agora, atentamo-nos ao processo de análise documental no qual analisamos as Atas do Conselho de Classe registradas no ano letivo de 2017. Da análise das Atas, pudemos perceber como a visão e o sentido do Conselho de Classe no IFRO tem sido construído, desde o início das atividades acadêmicas do campus, local da pesquisa. Para isso, analisamos as primeiras atas dos Conselhos de Classe realizados na instituição, buscando fazer um paralelo entre as possíveis visões que se apresentavam inicialmente e aquelas que apresentadas na atualidade, a partir das atas do ano de 2017.

Do analisado nos registros de atas dos Conselhos de Classe do IFRO, percebemos que o início da atuação do Conselho de Classe na instituição, não coincide com a data de início das atividades do campus. De acordo com os registros documentais, o Instituto Federal de Rondônia, campus Ji-paraná deu início as suas atividades no ano de 2009. Nesse ano contava

apenas com três cursos técnicos ofertados de forma integrada ao Ensino Médio e um o curso Técnico em Informática na modalidade subsequente. Verificamos que, embora as atividades tenham iniciado no ano de 2009, a primeira ata de registro de Conselho de Classe, data de 04 de fevereiro de 2011, os registros fazem referência à turma do curso técnico em Informática ofertado na modalidade subsequente. Isso nos fez supor que nos anos anteriores, o Conselho de Classe não era realizado e se existia, não exercia um papel institucionalizado, posto que não era registrado e não consta em nenhum documento.

Dessa análise inicial, um outro ponto nos chamou atenção; a ordem estabelecida na realização do Conselho de Classe. Tal como uma peça teatral bem marcada, ocorria em cinco atos conforme descrevemos: 1º “O Professor [...] iniciou a reunião citando as reprovações por faltas e notas de alguns alunos do Curso em questão”; 2º “A Coordenadora [...] relatou o nome desses alunos”; 3º “o Coordenador de Apoio ao Ensino colocou em discussão e votação a aprovação ou reprovação dos mesmos”; 4º “Após discussão e análise, os professores decidiram não aprovar os alunos” e 5º “Não tendo nada mais a ser tratado na reunião” a mesma encerrara-se.

Pela análise dos registros das primeiras reuniões de Conselho de Classe na instituição, supomos que a visão inicial de Conselho de Classe estava voltada para a ideia de etapa finalística e não de processo, uma vez que, pelos registros documentais, ocorria apenas ao final do curso. Essa suposição pode ser reforçada pelo fato de ter ocorrido somente no último ano do curso em questão. Nas análises, não encontramos registros que comprovassem a realização de outras reuniões do Conselho durante o percurso do curso, ainda que estes tenham durado dois anos.

As informações analisadas reforçaram a nossa compreensão de que, desde a sua origem, o Conselho de Classe no IFRO era visto como etapa fim do processo de ensino-aprendizagem, a começar pelo objetivo que se estabelecia. De acordo com a análise dos registros, o objetivo das reuniões do Conselho de Classe era analisar “os resultados finais dos alunos, nas disciplinas do Curso Técnico em Informática” (IFRO/2011). Esses dados vão de encontro com a fala de Dalben (1992) quando diz que, originalmente, o Conselho de Classe esteve envolvido em contradições e equívocos, sobressaindo-se as questões de notas, aprovações ou reprovações e onde as discussões giravam em torno apenas da aprovação ou não do aluno e não do processo pedagógico como um todo.

Com a análise dos registros das atas feitas nas reuniões no ano letivo de 2017, percebemos que a visão de descontinuidade do Conselho de Classe, infelizmente, permaneceu. Para chegar a essa compreensão, analisamos sessenta e nove (69) Atas, sendo vinte e duas (22)

referentes ao primeiro bimestre, vinte e três (23) ao segundo bimestre e vinte e quatro (24) referentes ao terceiro bimestre do ano letivo de 2017. Por se tratar de um número considerável de registros, a fim de identificar a visão e o sentido de Conselho de Classe presentes nos registros das atas, como critério, decidimos analisar apenas os registros nos quais era feito a avaliação das turmas, construção dos perfis destas e os registros das avaliações individuais dos alunos.

De acordo as análises dos registros, em todos os bimestres, o Conselho de Classe se deu em três momentos, os quais foram denominados de Pré-conselho, Reunião do Conselho de Classe e Pós-conselho. Sendo que, no campus lócus da pesquisa, o Pré-conselho é visto como o momento em que são colhidas as informações com as turmas no que diz respeito as dificuldades e desafios enfrentados por elas no decorrer do bimestre. Já a segunda etapa, Reunião do Conselho de Classe, é o momento do encontro entre os professores e os profissionais da Equipe Técnico-pedagógica e, sob a gestão da Direção de ensino do campus, realizam as discussões e avaliações dos alunos. O processo encerra-se com o retorno à sala para a devolutiva aos alunos, ou seja, o Pós-conselho.

Para fins de análise, nos detivemos aos registros feitos na segunda etapa, reunião do Conselho de Classe. Pelos registrado, esse momento segue os mesmos ditames observados nos registros das primeiras reuniões de Conselho de Classe, porém são organizados da seguinte forma: leitura das observações feitas pelos alunos durante o Pré-Conselho; construção do perfil da turma pelos professores e, posteriormente, avaliação da situação individual de cada aluno. Os registros das informações e da avaliação oral feita pelos professores são registrados pela CAED (Coordenação de Apoio ao Educando), também pela CRA (Coordenação de Registros acadêmicos) e pelo DAPE (Departamento de Apoio ao Ensino).

Sobre a avaliação feita pelos professores na reunião do Conselho de Classe, destacamos que, na maioria das vezes, ficam restritas apenas uma palavra, destacamos aquelas que mais se repetiram, como por exemplo, “mediano”, “fraco”, “bom aluno”, “mais ou menos”, “candidato a reprovação” e /ou “não entregou atividades”. Ao analisar esse tipo de “avaliação” registrada, tivemos um indicativo sobre a visão distorcida que permaneceu tendo o Conselho de Classe. Por isso, de antemão, compreendemos que essa é uma lacuna presente do Conselho de Classe, pois, ao afirmar que um aluno é fraco, seria pertinente discutir, junto aos professores, o sentido desse “fraco”, fazendo apontamentos, propondo ações e sugerindo os encaminhamentos necessários. Ao não discutir esses aspectos da avaliação do aluno, o Conselho de Classe fica restrito apenas a um relatório no qual, de forma sem sentido e rasa, é

relatada a situação de aprendizagem do aluno, ignorando as demais possibilidades que o Conselho de Classe pode propiciar.

Ao compararmos as atas do primeiro Conselho de Classe, com as atas registradas no ano letivo de 2017, percebemos que haviam muitas semelhanças no que se refere ao objetivo e ao sentido atribuído ao Conselho de Classe na já referida escola campo da pesquisa. A semelhança mais clara se refere ao sentido finalístico atribuído ao Conselho de Classe, a ruptura e quebra do processo e ao tipo de avaliação realizada, sempre centrada no aluno e tendo como aspectos mais observados e discutidos, a disciplina, em detrimento da aprendizagem. Para ilustrar, a seguir, apresentaremos alguns fragmentos de textos extraídos dos registros documentais (Atas dos Conselhos de Classe) realizados no ano letivo de 2017.

Para preservar a identidade das turmas, utilizamos o seguinte código (P AT, AD), em que P faz referência a fala do Professor sobre a turma, AT, significa Avaliação da Turma e AD, se refere ao instrumento utilizado, ou seja, Análise Documental. O número que segue após as letras AD, corresponde a ordem de análise adotada para cada turma.

No trecho a seguir, pudemos perceber o foco principal do Conselho de Classe: os aspectos disciplinares e comportamentais do aluno. Os trechos abaixo fazem parte da avaliação feita na elaboração do perfil de três turmas, nos três primeiros bimestres do ano letivo de 2017. Na avaliação geral das referidas turmas, elas foram avaliadas como:

- 1º Bimestre: Desinteressados e usam em excesso o celular.
- 2º Bimestre: Dispersa, dificuldade de concentração, desinteressados e usam em excesso o celular.
- 3º Bimestre: Aprendizagem muito boa, comportamento bom.
(P AT1, AD);
- 1º Bimestre: Educados. Quietos. Responsivos.
- 2º Bimestre: Um pouco de conversa. Bom rendimento. Boa turma.
- 3º Bimestre: Um pouco de conversa. Bom rendimento. Boa turma.
(P AT2, AD);
- 1º Bimestre: Boa turma. Rendem sob constante cobrança. Conversa. Receptivos a novidades.
- 2º Bimestre: Muito boa turma.
- 3º Bimestre: Muito boa turma.
(P AT3, AD).

Pelo que observamos, salvo as raras exceções, as avaliações se repetem em todos os bimestres e estão sempre voltadas à disciplina e ao comportamento das turmas. Por isso, dois entendimentos a seguir: os fatores disciplinares se sobressaem aos de aprendizagem; existe uma ruptura entre as reuniões, uma vez que as dificuldades diagnosticadas nas turmas no primeiro bimestre foram as mesmas diagnosticadas no terceiro bimestre. Isso nos deu indicativos de que, não foram tomadas medidas ou realizadas ações a fim de superar as dificuldades apresentadas

sobre os alunos e sobre os professores, reforçando o sentido estático e de ruptura atribuído ao Conselho de Classe.

Pelo analisado, concordamos com Dalben (2004) quando diz que, infelizmente, em muitas escolas, o Conselho de Classe tem funcionado apenas como um momento de se fazer uma fotografia da turma. Não contribuem com a superação das dificuldades detectadas pelos professores e profissionais especialistas, tão pouco com as mudanças nos processos de ensino e de aprendizagem, o que acaba não interferindo positivamente na formação de alunos e de docentes. Para vencer esse desafio, Cruz (2015, p.11, grifo nosso) afirma que “A dimensão de processo de avaliação (base do Conselho de Classe) supõe que os conselhos estejam relacionados uns com os outros e provoquem ações concretas que possam interferir na prática educativa”.

O sentido estático e finalístico e o foco voltado apenas para os aspectos disciplinares do aluno, permaneceram quando analisamos os registros das avaliações individuais dos alunos. Os registros deram conta de uma “avaliação” superficial, resumindo-se, na maioria das vezes, em expressões do tipo “abaixo da média”, “mediano” ou “ruim”. Note, analisando uma avaliação dessas, que ações poderiam ser implementadas tanto com relação ao aluno quanto com relação ao professor? Diante da ausência de detalhes, atrevemo-nos a responder, nenhuma.

Preservando a identidade dos alunos e dos professores, utilizamos os códigos a (P AA, AD), em que P se refere a fala do professor, as letras AA fazem referência a Avaliação do Aluno e AD diz respeito ao tipo de instrumento utilizado para coletar os dados, no caso, Análise Documental. Os registros a seguir, se referem a avaliações individuais realizadas sobre quatro (4) alunos durante uma reunião do Conselho de Classe.

Abaixo da Média. Conversa. Dorme. Agressivo com colegas. Perturba a turma (P AA, AD);

Atraso. Tem dificuldade. Arrogante. Preconceituoso. Não entrega atividade. (P AA, AD);

Conversa em excesso, abaixo da média (P AA, AD);

Dorme. Faltas. Desinteresse. Tem potencial. Irresponsável. (P AA, AD).

Percebemos, durante a análise dos registros das demais reuniões do Conselho de Classe, que as avaliações continuaram seguindo os mesmos critérios, por isso, foram encontrados inúmeros “abaixo da média”, “mediano”, “bom aluno”, “conversa de mais, encaminhar para a CAED”, “chamar os pais”, “fraca”, “Destaque”, “elogio”, “fala muito”, “conversa muito” ou ainda, “Atrasos”, “Dificuldade de aprendizagem”, “emocional fraco”, e o famoso “índice de reprovação”.

Pela análise dos documentos institucionais, no que se refere ao Conselho de Classe, percebemos que existem diferentes visões, das quais, destacaram-se três: a) a primeira se refere à visão apresentada pelos documentos institucionais, o Conselho de Classe é tido como suporte para a gestão pedagógica no processo de ensino e aprendizagem; b) a segunda, encontramos nos registros, o Conselho de Classe como uma ação finalística e estático; e a terceira c) O Conselho de Classe como espaço disciplinador, em que o foco é avaliar o comportamento do aluno, em detrimento da sua aprendizagem.

2.3.1.2 Observação colaborativa

Como ação parte do primeiro momento da pesquisa, na fase do Diagnóstico, realizamos a observação colaborativa em uma reunião do Conselho de Classe, procedimento importante quando precisemos articular teoria e a prática, pesquisa e formação. Para diferenciar a observação colaborativa daquela que realizamos cotidianamente, Ibiapina (2008, p.90) diz que:

A observação casual faz parte do cotidiano das atividades sendo responsável por parte do que sabemos sobre as pessoas e fenômenos, entretanto, esse tipo de olhar sobre a realidade não dá conta da complexidade que os envolve. Para planejar e implementar uma observação que tenha um valor científico, é preciso usar metodologias adequadas que a transforme em uma atividade científica. Utilizada para o desenvolvimento do conhecimento, sendo essa uma técnica metodológica valiosa para a interpretação da realidade.

Por isso, na realização do diagnóstico da pesquisa nos utilizamos da observação colaborativa em uma reunião do Conselho de Classe na escola campo da pesquisa. Vale ressaltar que a observação colaborativa exige do pesquisador, além de muita atenção às expressões, comportamentos e discussões, uma escuta sempre aberta e compreensiva quanto às informações recebidas. Sobre este tipo de escuta, Barbier (2007, p.94) afirma que é fundamental uma escuta sensível, pois esta “[...] reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado”.

Durante a observação colaborativa, tivemos a oportunidade de apresentar para os professores o projeto da nossa pesquisa. Apresentamos também sob qual olhar investigaríamos o Conselho de Classe. Colocamo-nos a disposição dos professores, no caso de quaisquer dúvidas ou questionamentos sobre os primeiros passos ensaiados para a pesquisa. Informamos que a participação na reunião seria na forma de observação colaborativa e que tínhamos como

objetivo, iniciar o processo de construção de dados que nos permitiriam conhecer os sentidos e a visão dos participantes sobre o Conselho de Classe.

Ao apresentarmos o projeto, alguns professores se mostraram interessados pela temática, os mesmos foram informados que, em um momento posterior, seriam procurados e convidados a fim de que pudessem contribuir com a pesquisa. Para fins de organização da pesquisa, passamos também uma lista de presença e nela perguntamos quem gostaria de contribuir com a investigação. Destacamos que dos quarenta e seis (46) professores presentes, quarenta e três (43) se disponibilizaram para participar e, dos três (3) profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica perguntados, os três se colocaram à disposição.

Após esse primeiro contato com os possíveis participantes da pesquisa, demos início às observações e aos registros no Diário de Campo da pesquisadora. Portanto, no decorrer do texto, sempre que utilizarmos o código de identificação (DC), estaremos fazendo referência aos registros feitos pela pesquisadora em seu Diário de Campo. É importante falar que essa participação se deu em uma reunião de Conselho de Classe Final, porém, exceto pelo caráter deliberativo, a organização e direcionamento dessa reunião é bem semelhante às demais reuniões do Conselho de Classe ocorridas durante o ano letivo.

A dinâmica do Conselho de Classe seguiu como usualmente e conforme havíamos analisado nos registros documentais, se manteve um ritual: a) abertura da reunião feita pela direção de ensino; b) leitura das regras quanto às deliberações do Conselho sobre aprovação ou retenção do aluno; c) construção do perfil da turma; d) discussão sobre os alunos com média para deliberação do Conselho; e) exposição do professor da disciplina; f) consulta ao setor CAED sobre possíveis atendimentos e registros na ficha do aluno avaliado; g) fala de outros professores do aluno em questão e, quando necessário, do profissional da equipe multiprofissional e por fim, h) votação e deliberação do Conselho.

Aqui, achamos por bem destacar os fatores que mais nos chamaram a atenção durante a observação colaborativa, por exemplo, quanto à fisionomia de alguns professores ao avaliarem os alunos e deliberarem sobre eles. Muitos deles, em um misto de angústia e decepção, limitaram-se apenas a erguer a mão quando eram questionados “Quem é a favor da aprovação? ”. Pela fisionomia dos rostos, percebemos, como um professor já havia nos confidencializado antes da reunião, “o Conselho de Classe se resume apenas em mais do mesmo” (DC).

Em alguns momentos, observamos, discursos acalorados em “defesa” do aluno e, em outros, de “acusação”, porém, com raras exceções, percebemos a aprendizagem do aluno sendo colocada em avaliação. Soa repetitivo, porém, observamos que permanecia a concepção do

Conselho de Classe como sendo apenas um momento de avaliação da disciplina, do caráter, da situação socioeconômica, menos dos processos de ensino e aprendizagem. Para ilustrar nossa fala, trouxemos o registro da fala de alguns professores, quando solicitados a avaliar o aluno em “em revista”:

Aluno legal;
 Ele foi um bom aluno;
 Ele não é um bom aluno;
 Ele tem problema;
 Ela é uma boa aluna, ela é um símbolo de resistência;
 Ela merece;
 É um garoto lindo, mas não tem responsabilidade;
 Esse menino é malandrinho;
 O aluno não tem comportamento de aluno do IFRO (DC).

Foi possível, ainda, perceber a visão do Conselho de Classe como sendo um espaço de avaliação da disciplina e personalidade do aluno, em alguns momentos, pelas falas, percebemos um certo sentimento de “vingança” demonstrado por alguns professores. Quando perguntado sobre um aluno X o professor de uma disciplina diz “De todos os alunos, eu recomendaria dependência, pare ele estudar um pouquinho mais”, “Deixa ela aí fazendo a disciplina X no próximo ano, ela cavou a própria cova”, ou ainda “É da turminha do fundo, faz complô contra o professor”.

Por se tratar de um Conselho de Classe final do ano letivo, percebemos que alguns sentimentos estavam mais evidentes, principalmente por ser um momento em que é dado ao Conselho de Classe o poder de decisão, deliberação e, nesse sentido, a fala do professor tem um peso muito grande na tomada de decisão do grupo. Ainda, quanto aos discursos de defesa e acusação, observamos defesas de cunho “paternalistas”, voltadas para avaliação do caráter do aluno, isso pode ser observado na fala de um professor quando avalia a aprovação de dois alunos “Ela merece ser aprovada”, ou, “Esse moleque não merecia passar”.

Outras falas nos chamaram a atenção porque exprimiam muito bem a concepção de alguns professores sobre ensino, aprendizagem e avaliação. Veja a justificativa de um professor ao votar a favor da aprovação de um aluno: “Ele é um bom aluno, não atrapalha a aula”, ou “Pela nota ela passaria para o próximo ano, mas se passar que mensagem vamos passar para ele?” (DC).

Por isso, a partir da observação colaborativa, foi possível perceber como muitos veem o Conselho de Classe. Além das visões já apresentadas, notamos que uns o enxergam como uma obrigação burocrática da instituição, outros, como o momento de redenção do professor, em que seria possível fazer justiça aqueles alunos que foram “indisciplinados”, “deram trabalho” ou “atrapalharam a aula” no decorrer do bimestre/ano. No entanto, ainda que menos

visível, percebemos que alguns professores veem o Conselho de Classe como um momento significativo, diagnóstico que ajuda tanto a eles quanto à equipe Técnico-Pedagógica e a própria gestão no planejamento das ações futuras.

Da observação colaborativa, pudemos apreender que, teoricamente, uma grande parte dos professores tem consciência da relevância do Conselho de Classe para o processo educativo, na prática, do observado e analisado, pela forma como foram conduzidas as discussões, as reflexões e avaliações, o Conselho de Classe, de fato, ainda não tem sido praticado.

Para evidenciar a apreensão citada anteriormente, destacamos algumas expressões que nos chamaram a atenção, quando buscamos conhecer a visão e o sentido do Conselho de Classe na EPTNM, entre elas, “Esse moleque não merecia passar”, “Aluno legal”, “o menino que não vai seguir”, “Ele tem condições de ir para o mercado de trabalho”, “Ele foi um bom aluno”, “De todos os alunos, eu recomendaria dependência pare ele estudar um pouquinho mais”, “Ele não é um bom aluno”, “Ela é uma boa aluna, ela é um símbolo de resistência”, “Ela merece”, “É da turminha do fundo, faz complô contra o professor”, “Gostaria que mantivessem minha decisão de reter o aluno” (DC) entre tantos outros.

Infere-se aqui que tais expressões, comparadas a outras situações vivenciadas nesses primeiros momentos da pesquisa, nos evidenciaram que existe uma discrepância entre o que de fato é o Conselho de Classe, um momento ímpar de discussões, reflexões e avaliação do processo de ensino e aprendizagem e como ele é visto e realizado, de fato. Por isso, a partir da Observação Colaborativa, novos sentidos e visões sobre o Conselho de Classe emergiram e outros foram melhor compreendidos e reforçados. O que nos levou a ação apresentada a seguir.

2.3.1.3 Questionário

De posse de alguns dados e informações que nos permitiram iniciar a compreensão do sentido e visão que professores, profissionais da Equipe Técnico-pedagógica tinham do Conselho de Classe, realizamos a terceira ação do primeiro momento, aplicação de um questionário denominado de “Questionário diagnóstico”. Tal instrumento de coleta de dados foi composto por duas questões abertas, de caráter discursivo. Optamos pela aplicação de um questionário com questões abertas por oferecem uma possibilidade muito maior de informações, onde os participantes podem, dentro do proposto, se expressar livremente.

Para atender as necessidades dos participantes; docentes, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos, optamos por aplicar o questionário em dois momentos distintos: no primeiro momento, aplicamos o questionário para professores e profissionais da Equipe

Técnico- Pedagógica e, no segundo momento, para os alunos maiores de dezoito (18) anos, estudantes dos quartos anos dos cursos técnico integrados ao Ensino Médio.

A aplicação do questionário para os professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica ocorreu durante uma reunião de Conselho de Classe. A escolha da aplicação do questionário nesse momento se deu por acreditarmos que no momento da ação ou fenômeno, no tempo e espaço onde ela se faz, haveria a possibilidade de mais autenticidade nas respostas.

O questionário aplicado para todos os respondentes apresentava dois questionamentos: no primeiro, perguntamos para os professores e profissionais da equipe Técnico-Pedagógica “Como você vê e se vê no conselho de classe?”. Em seguida, perguntamos “Qual sentido do conselho de classe para o seu trabalho no IFRO?”. Utilizamos a palavra “Sentido” a fim de conhecer o significado e a importância do Conselho de Classe para os participantes.

Para os alunos, aplicamos o mesmo questionamento feito para professores e Equipe Técnico-Pedagógica “Como você vê e se vê no conselho de classe?”. Já a segunda questão foi necessária uma adequação, ficando com a seguinte redação “Na sua opinião, o conselho de classe pode influenciar no seu processo de ensino e aprendizagem? Justifique”.

Ressaltamos que as informações e dados obtidos nessa ação, aplicação de questionário, foram fundamentais e nos ajudaram na realização do diagnóstico da pesquisa, o que nos levou a compreender as principais problemáticas envolvendo a atuação do Conselho de Classe na EPTNM, principalmente naquilo que concernia ao sentido e visão sobre o Conselho. Esses dados foram analisados e apresentados no corpo da pesquisa em um momento posterior.

2.3.1.4 Momento Formativo

A ação denominada de Momento formativo, surgiu como uma bela surpresa no decorrer da fase Diagnóstica. Isso porque, embora, ainda estivéssemos no início das investigações do Conselho de Classe e dispuséssemos de informações e dados insuficientes para a compreender a visão e o sentido do Conselho de Classe para os envolvidos, surgiu a oportunidade de participar da Semana Pedagógica na instituição onde ocorreu a pesquisa. Assim, pareceu-nos interessante a organização de um momento formativo para discutir o Conselho de Classe com os professores e, a partir dele, alargar a compreensão quanto ao tema.

Para a coleta dos dados, utilizamos os registros no Diário de Campo da pesquisadora e a aplicamos um Questionário Avaliativo no final do evento. Para apresentar os dados coletados durante essa ação, utilizamos no decorrer do texto o código (P, MF), onde (P) representa a fala do professor e (MF), Momento Formativo.

Para tornarmos possível essa ação da pesquisa, propomos à Direção de Ensino a realização de um momento para discutirmos o Conselho de Classe e qual a sua atuação e sentido na EPTNM. A proposta foi aceita e, em colaboração com a Direção-Geral e a Direção de Ensino, participamos da organização da Semana Pedagógica, dois dias de atividades voltadas à discussão e reflexão do processo educativo e das diferentes problemáticas que o envolvem. Fato é que essa ação culminou com uma Proposta de Projeto de Ensino e Extensão denominado de “Recepção e Formação Pedagógica de Professores”, o que acabou envolvendo outras ações e outros profissionais (Apêndice A).

Em reunião realizada com a Direção de Ensino para o planejamento do evento, sugerimos, entre outros, o tema “ A Resolução 07/REIT/CONSUP/2018 Conhecendo o Conselho de Classe: Uma proposta de discussão do Conselho de Classe tendo como foco a formação humana Integral do aluno e a reflexão e avaliação docente”. O qual teve como objetivo principal, partir das Bases conceituais da EPT (Educação Profissional Tecnológica) e tendo como orientação a resolução 07/2018, discutir o Conselho de Classe e sua atuação dele em todo o processo de ensino e aprendizagem, com isso, na formação de professores docentes da EPTNM.

A Direção de Ensino prontamente aceitou as sugestões, tendo elas culminado com o projeto de ensino citado anteriormente. O projeto teve como objetivo geral recepcionar os professores do IFRO Campus Ji-Paraná, através de uma formação humanística, pedagógica e tecnológica.

O projeto foi organizado em momentos formativos, os quais ocorreram a partir de discussões entre e com os professores, os profissionais da Equipe Técnico-pedagógica e a gestão. O Momento Formativo que propusemos, aconteceu no segundo dia do evento, dia 02 de fevereiro de 2018. Dele participaram, aproximadamente, 40 professores docentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e dos cursos de graduação. Durante a realização, ocorreram diversos momentos interessantes. Inicialmente, suscitamos uma reflexão sobre a formação do professor e sobre como ela se dá na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Sobre esse assunto, explicitamos a importância das experiências adquiridas ao longo da docência e das possibilidades de uma formação pela prática. A figura 4, apresenta o início das discussões.

Figura 4- Momento Formativo: Início das discussões



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

Feita essa explicação inicial, destacamos a importância dos Momentos formativos e como, a partir da discussão, reflexão e interação de saberes, é possível contribuir com o processo formativo do professor. No referido momento, introduzimos o tema central da discussão: o Conselho de Classe como um espaço de avaliação do aluno como ser integral e espaço de avaliação, reflexão e formação docente.

Para iniciar as discussões, a partir da Resolução do Conselho de Classe do IFRO, Resolução 07/2018, aplicamos uma dinâmica “batata quente” que consistiu em, ao som de uma música, passar uma caixinha de professor para professor e, ao parar a música, o professor que estivesse com a caixinha deveria tirar um papel, no qual havia um fragmento de texto contendo uma frase ou depoimento abordando o Conselho de Classe (Figura 5). As frases foram retiradas dos livros que tratam do Conselho de Classe de autores como Dalben (2004; 1992), Cruz (2015), Rocha (1986).

Figura 5- Dinâmica realizada no Momento Formativo: instigando as discussões sobre o Conselho de Classe



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

Os fragmentos dos textos tratavam da fala de professores e alunos e suas experiências com e no Conselho de Classe. Dessa forma, a partir desses fragmentos de textos, iniciamos as discussões e reflexões trazendo à tona aspectos da experiência dos professores no Conselho de Classe no IFRO. O primeiro assunto emergente foi sobre a participação do aluno no Conselho de Classe. Sobre isso P3 (MF) ao discutir sobre um fragmento de texto de Cruz (2015) falou que “[...] se, de acordo com Cruz o Conselho de Classe deve ser democrático, o aluno deveria participar”.

Nesse mesmo sentido P4 (MF) afirmou discordar do que Cruz (2015) apresenta sobre a participação do aluno do Conselho de Classe, por isso P4 disse “Não concordo com Cruz pois, o aluno já participa indiretamente, através do Pré conselho e ele pode causar problemas ao vazar informações do Conselho, como já aconteceu no colegiado de cursos com alunos do tecnólogo”.

A partir da fala de P4 (MF), percebemos uma visão de Conselho de Classe como instrumento de poder do professor, a compreensão de que é uma ação em que os assuntos interessam, unilateralmente, ao professor. Tal visão desconsidera a possibilidade de fato autoavaliação docente e ignora uma das figuras centrais do Conselho de Classe, o aluno. Ele é, na maioria dos casos, o foco das discussões, porém não participa do Conselho, ativamente. O receio em ter o aluno participando do Conselho de Classe pode estar associado a diversos fatores, no caso específico, nos pareceu que o grande receio seria a possibilidade de o professor ter sua autoridade contestada, uma vez que nas avaliações, muitas vezes, são feitos julgamentos e avaliações equivocadas do aluno.

Ainda nas discussões sobre a participação do aluno no Conselho de Classe P5 (MF) falou que já havia participado de um Conselho de classe no qual o aluno participava junto aos professores e que, mesmo dando mais trabalho para organizar e dirigir as reuniões, dava muito certo, P5 (MF) afirma “[...] participando, o aluno passa a sentir-se também responsável pela sua aprendizagem”.

Sobre o aspecto participação, diante do observado, percebemos que, para uma boa parte dos professores presentes, a participação do aluno nas reuniões do Conselho de Classe seria um fator importante e que esse tema deveria ser melhor discutido por todos. Já, para outros professores, a possibilidade não pareceu interessante, tão pouco seria um tema de discussão relevante.

Quando discutido sobre o Conselho de Classe final, P6 (MF) questionou sobre o surgimento da “aprovação ou retenção no Conselho Final”. Para responder à pergunta, foi necessário voltarmos a função e objetivo principal do Conselho de Classe, proporcionar uma avaliação mais abrangente do aluno, tendo como foco todo o processo de ensino e

aprendizagem. Destacamos para esse professor que, a prática da reprovação ou aprovação do aluno no Conselho de Classe deveria ser vista como o resultado de uma avaliação mais abrangente, feita com responsabilidade e voltada aos aspectos de desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Dessa discussão, outros assuntos surgiram, por exemplo, dúvidas sobre a avaliação, especialmente a avaliação qualitativa, sobre a forma como são feitas as deliberações no Conselho de Classe final, como são acompanhadas as ações de intervenção no decorrer do ano, entre outros. Isso levou a perceber que, ao discutir o Conselho de Classe, abrimos espaço para a discussão de outros assuntos, entre eles, os modelos de avaliações, o planejamento do professor, os programas de formação continuada, a gestão democrática na instituição, participação e autonomia do aluno, integração pedagógica, entre outros.

Ao finalizar os dois dias de evento, aplicamos o Questionário de Avaliação do evento (Apêndice B). A partir da análise dos questionários, obtivemos uma visão de como o trabalho com grupos de discussão e momentos formativos, seria capaz de influenciar na formação de docentes. Isso pode ser percebido a partir da análise dos resultados apontados nos questionários. Percebemos, a partir deles, que o professor reconhece o quanto é importante ter sua voz ouvida, seus anseios profissionais atendidos e trabalhadas as deficiências comuns ao exercício docente. Isso foi evidenciado também nas falas dos professores no decorrer dos dois dias de atividades.

Para ilustrar a importância da realização desse momento, apresentamos algumas considerações feitas por professores participantes no decorrer dos dois dias do evento, isso porque a fala do professor fez-se ouvida. Houve um espaço, embora curto, para que os professores expressassem seus receios e resistências, dúvidas, angústias e medos quanto ao novo, também expressarem as expectativas de mudanças e de melhoria na qualidade dos processos ensino. Ouvimos ao final do evento frases do tipo “Que legal, nunca tivemos uma semana pedagógica assim”.

Responderam ao Questionário de Avaliação do Evento, no total, trinta e oito (38) professores. Em termos quantitativos, 97% dos participantes avaliaram o evento entre médio e excelente, sendo que quando foram questionados se o evento havia colaborado em algum aspecto com a sua formação docente, aproximadamente 95% dos participantes afirmaram que sim.

Destacamos o fato de que 21% dos professores participantes ressaltaram a importância do evento para a reflexão de algum aspecto da sua prática docente. Esse aspecto ficou evidente na fala de P1 (MF) “É sempre necessário que o professor se disponha a ouvir e refletir suas

práticas. Embora os assuntos abordados não sejam novidades, é sempre muito importante lembrá-los, geram autoavaliação”.

Para a maioria dos professores, o evento realizado foi importante, em algum aspecto, para a sua formação profissional, principalmente por ter tratado de assuntos relevantes para o processo de ensino-aprendizagem, tendo envolvido aspectos como a prática docente em sala de aula, a avaliação, o planejamento das aulas e o uso de ferramentas pedagógicas no processo de ensino e atuação docente. Destacando a importância do trabalho com grupo, um outro professor afirmou ter sido “[...] especialmente importante para pensarmos coletivamente questões que nos afligem no cotidiano do IFRO” (P2, MF).

Da realização desse momento formativo, reforçamos sob quais possibilidades o Conselho de Classe pode atuar na formação do professor. Percebemos que ele pode atuar sob duas formas, uma direta e a outra indiretamente. De forma direta quando, a partir das discussões coletivas, provoca a reflexão do professor, levando-o a realizar uma autoavaliação da sua prática, o que o leva a fazer mudanças na sua atuação docente em sala de aula. E de forma indireta, quando a partir de um diagnóstico das necessidades de formação do professor, pode subsidiar a atuação da Equipe Técnico-Pedagógica no suporte pedagógico e na realização de ações formativas.

De posse das informações e dados produzidos na fase diagnóstica da pesquisa e ao percebermos o interesse de alguns professores em discutir os assuntos que os incomodavam no exercício da docência, nos surgiu uma ideia. Dessa ideia, propusemo-nos a organizar um grupo de discussões, para discutir, criar e propor ações tendo como foco o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da EPTNM no IFRO. Nesse momento nasceu a proposta do Grupo Colaborativo e este será apresentado e discutido, detalhadamente, nas demais fases da pesquisa, Planejamento, implementação e avaliação.

2.3.2 Segundo Momento: Coprodução e Formação

O Segundo Momento da Pesquisa, denominamos de Momento de Coprodução e Formação e correspondeu ao momento no qual realizamos as fases do planejamento, implementação e avaliação da pesquisa. Esse momento foi possível a partir do convite feito para alguns professores, os quais identificamos como colaboradores e formamos um grupo de estudo, nomeado de Grupo Colaborativo. Como objetivo Geral, o Grupo Colaborativo buscou discutir e refletir sobre o Conselho de Classe, com o propósito de elaborar, implementar e avaliar ações a fim de explicitar em quais aspectos tais ações atuam na formação de docentes

da EPTNM. O que justifica o título dado para esse momento, pois foi um momento em que, juntos, pesquisadora e professores, coproduziram novos conhecimentos sobre o Conselho de Classe e, no decorrer do processo de coprodução, se apropriaram de novos saberes e, portanto, foi possível a formação dos colaboradores.

Para iniciarmos o trabalho do grupo, foi necessário o planejamento das ações, posteriormente, a implementação dessas ações, a qual ocorreu em cinco (5) encontros realizados entre colaboradores e a pesquisadora. No momento de Coprodução e formação também ocorreu a avaliação, compreendida como sendo a quarta fase na pesquisa colaborativa. Nela, avaliamos os resultados das discussões e o construído a partir das reflexões e propostas do grupo. A fim de alcançar os objetivos, realizamos roda de conversa aplicação de questionário e utilizamos para registro a gravação de áudio e o diário de campo.

A seguir, apresentamos como ocorreu cada fase nesse momento, a começar pelo Planejamento, posteriormente, Implementação e Avaliação.

2.3.2.1 Planejamento

Para apresentar como se deu a fase de Planejamento, ressaltamos qual a estratégia utilizada para a formação do grupo de discussões do Conselho de Classe, denominado de Grupo Colaborativo. Para formarmos o grupo, convidamos os professores que se mostraram interessados pela temática, especialmente, aqueles com quem, anteriormente, a pesquisadora já havia falado sobre o assunto e demonstraram interesse pela pesquisa. A priori, o grupo foi formado com os cinco professores que aceitaram o convite para participar da pesquisa, no entanto, como já evidenciado, nosso grupo contou com a colaboração de seis (6) professores e não apenas cinco. Isso deveu-se ao fato de que, no decorrer dos convites, ao encontrar com um professor, coordenador do curso de tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ele se mostrou interessado em colaborar com o grupo, por isso, acrescentamos o sexto colaborador.

Nesse sentido, o planejamento das ações e criação do Grupo Colaborativo, teve início com o convite feito aos seis professores, cinco docentes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e um professor convidado, coordenador do curso de tecnólogo, com experiência em docência nos cursos técnicos integrados. Após o convite que foi feito a cada professor, pessoalmente, marcamos o encontro para o planejamento das ações e como seria a dinâmica do grupo. Primeiro, discutimos e escolhemos o dia e o horário do primeiro encontro, tendo para isso utilizado a rede social WhatsApp e, posteriormente, realizamos o planejamento em nosso primeiro encontro presencial.

Figura 6- Organização do espaço para o Encontro de planejamento do Grupo Colaborativo



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

No nosso primeiro encontro, apresentamos a proposta do Grupo Colaborativo, os conteúdos e assuntos a serem discutidos, o cronograma de execução, a carga/horária, periodicidade dos encontros e como as atividades seriam mediadas. Ficou planejado que cada encontro teria duração mínima de duas horas e que começaríamos as discussões a partir de um questionamento sobre assunto central: Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes da EPTNM, conforme sintetizado no Quadro 9. Nesse encontro, disponibilizamos para os colaboradores uma cópia com a Proposta do Plano de atividades do Grupo, intitulada de “Conselho de Classe: possibilidades de atuação na formação de docentes da EPTNM a partir de grupos colaborativos” (Apêndice C).

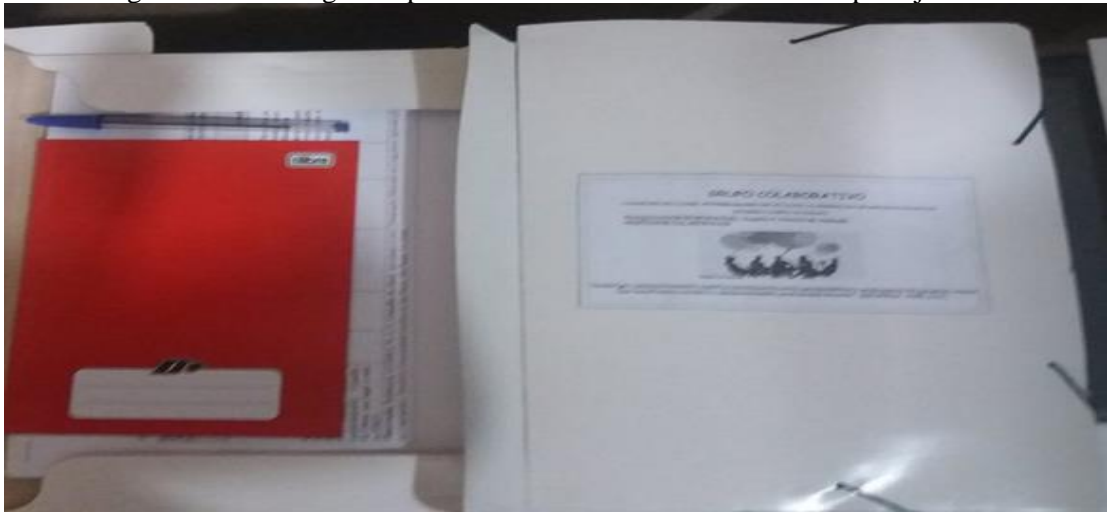
Quadro 9- Planejamento dos encontros com o Grupo Colaborativo

Número total de Encontros	05
Encontro para planejamento	01
Encontro para Implementação	04
Local	IFRO campus Ji-Paraná (sala 59)
Periodicidade	Quinzenal
Dia da semana	terça-feira
Carga/horária por encontro	2 horas
Horário	Das 10:30 as 12:30 horas
Forma de Registro	Registro escrito, gravação de áudio e fotográfico
Carga/horária presencial	10 horas
Carga/horária total	12 horas

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Ouvido a opinião e sugestões para aprimorar a proposta do Plano de atividades, discutimos as características da pesquisa colaborativa e como seria tratado o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes. Nesse encontro, entregamos o kit do colaborador, composto por uma pasta, o plano de atividades, um caderno de anotações, uma caneta e a referência básica para cada encontro, conforme Figura 7.

Figura 7- Kit entregue ao professor colaborador no encontro de planejamento



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

A partir do planejamento das ações, marcamos o nosso primeiro encontro de implementação, o qual ocorreu conforme apresentamos a seguir, na fase de implementação.

2.3.2.2 Implementação

Inicialmente, importa destacar o envolvimento dos colaboradores no Grupo Colaborativo. Desde o momento em que fizemos o convite até o momento de avaliação, último encontro, os colaboradores mantiveram-se interessados, abertos e dispostos a realizar as discussões, ouvirem os colegas do grupo e a produzirem conhecimentos sobre o Conselho de Classe. Por isso, o grupo atuou ativamente em todas as etapas e mostrou-se muito empenhado em planejar, discutir e implementar ações que pudessem melhorar a atuação do Conselho de Classe na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFRO.

A implementação do trabalho do Grupo Colaborativo ocorreu em quatro encontros, conforme Apêndice C. Em cada encontro, abordamos e discutimos a temática Conselho de Classe sob diferentes perspectivas, e como instrumento provocador, começamos todos os encontros com uma questão orientadora, como objetivo, tínhamos sempre, instigar as discussões dos participantes.

Nos quatro encontros de implementação, discutimos e refletimos sobre o Conselho de Classe e sua atuação na formação de docentes na EPTNM, a partir de diferentes perspectivas, produzindo propostas que pudessem levar a solução para as problemáticas que envolvem o Conselho de Classe no IFRO. Embora, tenhamos realizado cinco encontros com o grupo, um para planejamento e quatro para a implementação, a seguir apresentamos apenas os registros dos quatro encontros ocorridos na fase de Implementação do Grupo Colaborativo.

2.3.2.2.1 Primeiro Encontro: Conselho de Classe, que lugar é esse na escola?

Do Primeiro Encontro do Grupo Colaborativo participaram três (3), dos seis (6) professores do grupo, os demais justificaram, previamente, a ausência no encontro. De acordo com o planejado, iniciamos as atividades com a exposição dos dados produzidos na primeira fase da pesquisa, o Diagnóstico. Após a apresentação e discussão dos resultados do Diagnóstico, iniciamos as discussões com a questão orientadora do encontro (Figura 8).

Figura 8. Discussões do Grupo Colaborativo no Primeiro Encontro



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

A questão orientadora do primeiro encontro foi “Qual o espaço do Conselho de Classe no IFRO?”. Diante deste questionamento e, embasados pelo texto de apoio, iniciamos as discussões e reflexões sobre a temática. Durante as primeiras discussões, visivelmente, cada colaborador expos sua concepção de Conselho de Classe. Inere-se aqui que, tais concepções, mostraram-se estar atreladas às experiências anteriores com o Conselho de Classe, bem como as concepções pedagógicas que embasam a prática de cada um deles.

As falas descritas a seguir, são oriundas de transcrições dos áudios de gravação dos Encontros do Grupo Colaborativo (AGE). Os nomes dos professores foram alterados, a fim de preservarmos a identidade. Assim, em que aparecer o código AGE, estamos fazendo referência ao termo Áudio de Gravação dos Encontros.

De acordo com a fala de Liz (AGE1), o Conselho de Classe é um espaço de oportunidade para a Equipe Técnico-Pedagógica possa intervir tanto na aprendizagem do aluno como no processo de formação do professor. Liz diz que essas intervenções podem incidir na formação do professor, a partir de ações que os levem a superação das dificuldades inerentes a imaturidade emocional e profissional.

Percebe-se que, para Liz (AGE1), o lugar do Conselho de Classe, está além de espaço de avaliação do aluno. Para ela, o Conselho de Classe oferece oportunidades de formação docente a partir das ações de intervenção e acompanhamento da Equipe Técnico-pedagógica.

Um outro aspecto importante trazido pela colaboradora, está na visão do Conselho de Classe como sendo o espaço onde é possível conhecer o aluno a partir do “lugar” de onde ele fala. O professor Colaborador fala como consegue fazer esse trabalho junto aos seus alunos:

[...] eu vou para o Conselho de Classe, aí “disciplinas com dificuldade?”. Aí vem lá, matemática. Minha primeira ação é sentar e conversar e falar “gente, vamos lá. Vocês colocaram que estão com dificuldade em matemática, o que é que a gente deve fazer para melhorar? Aí eles começam. Nas falas deles, eu já enxergo de que ponto eles falam [...] você entende a visão do aluno. Então, o que eu tento fazer com eles é a conscientização (LIZ, AGE1).

Na visão da colaboradora, o Conselho de Classe, pode auxiliar na interação entre professor e aluno, quando proporciona ao professor conhecer os anseios e interesses dos seus alunos. Estes, por sua vez, podem fazer uma autocrítica, refletindo sobre suas responsabilidades dentro do processo de aprendizagem, o que possibilita a autonomia para aprender.

Ainda sobre o lugar que ocupa o Conselho de Classe na escola, Bil (AGE1) demonstra ter consciência de que ele atua em toda a estrutura escolar, no entanto, ele salienta que existem muitas concepções equivocadas e que talvez, esses equívocos, colaborem com a perda de espaço do Conselho de Classe na escola. Na sua opinião “[...] o aluno acha que o Conselho de classe é apenas o lugar para aprová-lo”.

No decorrer das discussões, Bil (AGE1) deixou claro que, assim como para outros professores, a sua própria concepção de Conselho de Classe permanece em construção. No entanto, ele fez questão de evidenciar sua concepção de que “[...] o Conselho de Classe, realmente, mexe com a comunidade acadêmica inteira. Toda a instituição está envolvida” (BIL, AGE1). Para tanto, o colaborador diz que é preciso que todos se envolvam e participem das ações do Conselho de Classe, uma vez que o objetivo é otimizar a atividade educativa.

Durante as discussões, Tim (AGE1) revela sua concepção de Conselho de Classe, atentando-se para a compreensão de que nele a avaliação do aluno precisa ser integral e que, ao fazer isso, a prática do professor também é avaliada. Aqui, mesmo apresentando essa compreensão, o professor/colaborador, deixa claro que, nos moldes nos quais o Conselho de Classe ocorre na escola campo da pesquisa, as contradições quanto a sua importância e as dificuldades em efetivá-lo, são enormes.

Nesse momento Tim (AGE1), traz para a discussão as possíveis causas para a não consolidação do espaço do Conselho de Classe dentro da instituição. De acordo com ele, entre

outras dificuldades, existe a divergência e o embate estabelecido entre professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. O colaborador afirma que “[...] tornou-se um lugar de embate, pois para a maioria dos professores, o pessoal de supervisão, orientação, não tem conhecimento de sala de aula, então só falar é fácil, e para o pessoal da equipe pedagógica “você não faz porque não quer, dá para fazer” (TIM, AGE1).

Na visão de Tim (AGE1) existe uma “disputa” de “poderes” entre professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, e isso, muitas vezes, inviabiliza a reflexão coletiva e a tomada de decisões quanto as demandas apresentadas no Conselho de Classe, contribuindo com os equívocos quanto ao reconhecimento de sua importância e estabelecimento do seu lugar no contexto da escola.

Na fala dos professores/colaboradores, o Conselho de Classe pode se estabelecer como um espaço importante na escola tanto no que se refere a aprendizagem do aluno quanto na atuação da formação do professor, porém, para isso, seria necessária maior interação entre professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. Para eles, essa interação poderia ocorrer a partir da integração de ações e saberes e da valorização e conhecimento do saber do outro.

Por isso, Liz (AGE1) faz questão de dizer que “[...] quem não sabe respeitar e valorizar o conhecimento e o espaço do outro, não consegue conviver em grupo, não consegue trabalhar em grupo e não vai conseguir resultados em grupo [...]”. Já sobre a possibilidade dessa integração de ações e saberes entre professores e a equipe pedagógica, a professora/colaboradora aponta uma sugestão, dizendo:

Por exemplo, ela chega para mim e fala “professora, olha, o aluno veio aqui falou isso, o que está acontecendo? Eu, “olha está acontecendo assim e assim. Eu estou fazendo desse, desse e desse jeito”. Aí com o conhecimento pedagógico dela, ela fala “professora, de repente, se nós fizéssemos assim, a gente poderia conseguir um resultado melhor”. Então precisa de uma boa dose de humildade mesmo, para entender, “isso eu sei, isso eu não sei” [...] (LIZ, AGE1).

Evidenciou-se que a colaboradora acima, tem consciência que essa integração além de necessária, também é possível. E que a inviabilização do trabalho entre docentes e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, esbarra não somente no interesse do professor em aceitar esse suporte pedagógico, mas também em dificuldades de gestão, por exemplo, na insuficiência de servidores do setor Técnico-Pedagógico e na má distribuição de tarefas e isso, muitas vezes, leva a atenção para as ações puramente burocráticas.

Sobre esse aspecto, Tim (AGE1) destaca “[...] eu vejo a mesma coisa que eu observava no Estado, o pessoal da supervisão que tem esse conhecimento pedagógico para fazer

acompanhamento, ficar restrito a atividades burocráticas, eu acho que é um desperdício de potencial”.

Como visto, na fala dos professores, a participação efetiva dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica nas reuniões do Conselho de Classe é tida como indispensável, principalmente, por dois motivos: primeiro, porque viabiliza a execução de ações junto aos professores, os auxiliando nas dificuldades que envolvem a prática da docência. Para isso, de acordo com Liz (AGE1):

[...] é preciso que toda a Equipe de apoio, ela precisa estar presente, porque o que é que a gente vê muito, é tipo um revezamento, é quase um revezamento 4x4. [...] sabe por que eu digo isso? Porque muitas vezes você vê no relato do profissional, você vê que ali está faltando da parte dele uma maturidade profissional, uma maturidade emocional. Está faltando maturidade profissional para enxergar como profissional, não levar para o seu lado pessoal e para saber lidar com esse aluno.

Segundo, porque, muitas vezes, por si só, o professor não consegue perceber suas fraquezas e dificuldades e o olhar atento e profissional da Equipe Técnico-Pedagógica, poderá incentivá-lo, o auxiliando e dando o suporte necessário para a tomada de consciência e no processo de mudança. Pois, como nos traz Liz (AGE1):

[...] o professor ele não tem essa consciência que ele precisa de ajuda, muitas vezes tem um pouco de orgulho [...], porém, se a equipe estiver bem afinada e cada um entendendo qual é a sua função dentro da instituição, eu vejo que pode fazer intervenções.

Um outro aspecto que se fez presente nas discussões do primeiro encontro do grupo, no qual se discutiu o lugar do Conselho de Classe na escola, se refere ao caráter estático e finalístico dado ao Conselho de Classe. A ineficiência quanto às demandas trazidas pelos professores, demandas que envolvem não somente a relação do ensinar e do aprender, mas também a relação professor/aluno, aluno/conhecimento e aluno/aluno, estão relacionadas, diretamente, com o valor atribuído ao Conselho de Classe e ao espaço que ele tem ocupado na escola.

Para os professores/colaboradores, durante o Conselho de Classe, as demandas são postas, mas, ao discuti-las, pouco se faz para resolvê-las. De acordo com Tim (AGE1), assim como para os professores, para os alunos, o Conselho de Classe não provoca mudanças, tão pouco atende as necessidades expostas por eles. Na sua fala, diz:

[...] eu converso algumas vezes com os alunos durante as aulas. E percebo que esse descrédito do Conselho chega até os alunos. Quando eles falam algo, eu falo “gente, olha, vocês têm o Pré-Conselho e vocês têm a oportunidade, desde que seja de forma justa, consistente e coerente fazer as reclamações [...]. E aí a resposta deles. ‘Há professor, não acontece nada [...]’.(TIM, AGE1).

Na visão dos professores/colaboradores, evidenciou-se a consciência de que, muitas vezes, as demandas levadas da sala de aula para o Conselho de Classe, permanecerão lá, se repetindo conselho após conselho, sem que, efetivamente, elas sejam tratadas, discutidas, demandadas e, de fato, resolvidas. O professor desabafa, dizendo que, o que se espera, é que a teoria e a prática andem juntas no Conselho de Classe. Esse andar junta, na fala da professora/colaboradora, seria possível, da seguinte forma:

No primeiro Conselho do ano, por exemplo, você tem lá vinte encaminhamentos, eu acredito que mesmo que você não resolveu nenhuma das vinte situações, as vinte tem que voltar para os professores no próximo Conselho. Como? Foram dados esses encaminhamentos, foram feitos esses procedimentos (LIZ, AGE1).

A falta de acompanhamento e descontinuidade dos processos oriundos do Conselho de Classe, conforme foram discutidas e evidenciadas pelos professores/colaboradores, mostram que, direta e/ou indiretamente, provocam rupturas no processo de ensino e aprendizagem. Isso implica em prejuízos tanto na aprendizagem do aluno, na prática do professor em sala de aula, como na sua formação e aprimoramento. Tal situação pode ocorrer porque, ao se ignorar uma dificuldade manifestada pelo professor durante a reunião do Conselho de Classe, ignora-se também a possibilidade de sua superação.

Na visão do grupo, quando os problemas e dificuldades do aluno são trazidos para o Conselho, espera-se que demandas e ações sejam discutidas, encaminhadas e, por fim, efetivadas, evitando com isso, nas palavras de Liz (AGE1), a “Blindagem” do aluno e sua aprovação pelo Conselho no final do ano letivo. Para eles, essa blindagem seria fruto da falta de integração e efetivação de ações oriundas do Conselho de Classe.

Por isso, das discussões e reflexões do grupo durante o primeiro encontro, evidenciou-se que a superação das rupturas no Conselho de Classe, implica, diretamente, na superação de rupturas no processo de ensino-aprendizagem. Supera, ainda, a falta de um espaço definido na escola e o caráter de avaliação finalística, de ação fora do processo.

A partir das reflexões e relatos dos professores/colaboradores, percebemos que, embora para alguns a concepção de Conselho de Classe, ainda, esteja em processo de construção, existe, conscientemente, uma convicção quanto a sua importância dentro da instituição e da necessidade que ele venha a se tornar um espaço de relevância atuação no contexto escolar.

Do primeiro encontro do Grupo Colaborativo, compreendemos que para que o Conselho de Classe possa ocupar um lugar de referência na estrutura da escola, seria necessário a superação de muitos desafios, entre eles, a falta de efetividade dos encaminhamentos feitos

pelos professores e demais profissionais; a inexistência de acompanhamento pedagógico dos professores e a maneira estática com que é organizado. Para superar esses desafios, ao final do nosso primeiro encontro, os colaboradores apresentaram como possibilidade, o alinhamento das ações entre os professores, Equipe Técnico-Pedagógica e Gestão da escola.

Professores abertos para trazer suas demandas de sala de aula e as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem. A Equipe Técnico-Pedagógica alinhada, atenta e apta para orientar, suportar e sugerir ações no propósito de alcançar as dificuldades de alunos e também a superação das deficiências didático-pedagógicas dos professores. E a gestão atuando no sentido de viabilizar as ações de cunho técnico/administrativo e que influem também no processo de ensino-aprendizagem.

Após tantas discussões e, diante das reflexões, realizamos a avaliação e autoavaliação do encontro, a partir das falas dos participantes, agradecemos a presença de todos e fizemos o agendamento do segundo encontro.

2.3.2.2 Segundo Encontro: O lugar do professor no Conselho de Classe no IFRO

O Segundo Encontro do Grupo Colaborativo teve como objetivos: a) identificar qual o espaço do professor no Conselho de Classe do IFRO e b) refletir sobre em quais aspectos o Conselho de Classe atua na formação de professores da EPTNM do IFRO. Do segundo Encontro participaram cinco (5) professores, dos seis (6) convidados.

De acordo com o planejado, iniciamos as discussões no Grupo Colaborativo (Figura 9) com duas questões norteadoras: “Qual o lugar do professor no Conselho de Classe no IFRO?” e “Em quais aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação do professor da EPTNM?”

Figura 9 - Discussões do Grupo Colaborativo no Segundo Encontro



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

As discussões iniciaram com a primeira questão orientadora “Qual o lugar do professor no Conselho de Classe do IFRO?”. A partir desse questionamento, houve um breve momento de silêncio dos participantes, seguido de risos e troca de olhares. Tais reações eram esperadas, dado a complexidade do questionamento. Afinal, qual o lugar do professor no Conselho de Classe? Haveria lugar para o professor no Conselho de Classe? Seria possível concebê-lo como um espaço em que todos os envolvidos têm seu lugar definido e respeitado? Na atual organização do Conselho de Classe no IFRO, seria possível identificar qual lugar seria ocupado pelo professor no processo? Nesse momento, quebrando o silêncio, Liz (AGE2) diz:

É porque, no mundo ideal é uma coisa diferente, agora no que realmente ocorre, é difícil olhar para o lugar que o professor ocupa no Conselho de Classe. Eu digo que, muitas vezes, o que parece é que ocupa uma posição de “carrasco” né? Como alguém que julga e que condena.

Ana (AGE2) indaga “Seria o lugar de juiz? Respondendo a indagação da colega, Liz (AGE2) diz:

Só que de juiz não me parece que é, porque o juiz você teria que estar ali numa posição de quem diz que o aluno não vai, não tem condições, o que, de fato, não é. Porque você está ali mais constatando uma construção. Mas, muitas vezes, a ideia quem têm é de que você é um juiz.

Ana (AGE2), continua e diz que:

Na prática, a maioria, vai com uma visão de juiz mesmo, de julgar, de analisar os pontos, mas não deixa de estar ali julgando, em prol ou não, a favor ou não, para que o aluno passe ou não. Não é o ideal, mas a maior parte das vezes é o que ocorre.

A discussão sobre o lugar do professor no Conselho de Classe continuou até que Lia (AGE2) se manifestou dizendo, soando um desabafo “Eu acho que no nosso caso aqui, é um pouquinho pior. Nós estamos abaixo da legislação institucional, nem como juiz nós não estamos exercendo” e justifica dizendo:

Eu estou aqui desde o início, eu dava aula para o ensino superior e vim dar aula para o técnico somente no ano de 2015, não posso muito sobre a realidade do Estado porque eu nunca vivi. Mas uma coisa que, na minha opinião, o IFRO tem perdido com esse modelo engessado de Conselho de Classe. Está mais fácil, a tendência é o seguinte, a tendência é não ter discussão nenhuma. Por quê? Porque a gente tem que se enquadrar, agora ‘olha, o aluno com média abaixo de 30, retido, média igual ou superior a 30, aprovado’. É um rito, é só isso. (LIA, AGE2).

Na fala de Lia (AGE2) a organização estática do Conselho de Classe e a inexistência de discussões entre os profissionais, prejudicam, não só o papel do professor no Conselho, mas também a própria funcionalidade dele, como um espaço de avaliação de todo o processo educativo e da possibilidade de formação. Por isso, segundo Liz (AGE2) fala:

Para mim, o que deveria acontecer seria o seguinte: a Equipe Técnico-Pedagógica acompanhando mais de perto, acompanhamento mesmo. Se não tiver isso, a resposta para o questionamento “Qual o lugar do professor no Conselho de Classe no IFRO?” Seria, um iludido, no meu caso. Porque o professor fala no primeiro conselho, não se faz nada. Fala no segundo a mesma coisa, acreditando que dessa vez resolve, nada também. Fala no terceiro e ninguém faz nada também. Aí chega o quarto conselho, aí, vem um pelotão de salvamento. Vem um exército intervir.

Nesse momento, para enriquecer as discussões, apresentamos ao grupo a segunda questão orientadora “Em quais aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação do professor da EPTNM?”. Os professores/colaboradores foram unânimes em dizer que, nos moldes em que o Conselho de Classe era organizado, essa atuação seria pouco provável.

Lia (AGE2) se manifesta justificando o porquê da impossibilidade de se pensar na atuação do Conselho de Classe na formação docente, nas reais condições do Conselho atualmente. E desabafa dizendo:

Eu fico um pouco incomodada com o Conselho de Classe. Assim, eu acho ridículo com algumas coisas no Conselho de Classe, sabe por quê? Porque se fosse só para ir lá simplesmente dizer, “olha, você tem 5 minutos para falar sobre o aluno nessas duas etapas”. Então para que serve o acompanhamento do aluno? Para que serve a CAED? Eu fico me questionando. Se é um negócio tão eficaz, tem tantas regras, a gente não precisa ir nem para lá. Eu acho que o modelo é ridículo nesse aspecto. Na minha visão de sala de aula, o acompanhamento seria, como eu faço em sala de aula, acompanho o menino. Um trabalho de acompanhamento, porque, no final, tu vais ter o resultado do teu trabalho de acompanhamento. E isso começa no início, tu viste que aquele aluno não está fazendo a atividade e aí você verifica ‘E aí o que está acontecendo?’. O menino está dormindo mal, ‘Olha vou te encaminhar para a psicóloga, para ela fazer uma avaliação’. Isso para mim é conselho de Classe. Agora, essa coisa de reunir, ‘olha, 30’, aí fica falando da vida pessoal do menino, o que ele fez, o que ele não fez. Eu acho desnecessário, eu acho que perde a função que é de acompanhamento (LIA, AGE2).

Pela fala da colaboradora, percebemos que a atuação do Conselho de Classe no processo formativo seja do aluno ou do docente, exige algumas ações, destacamos o acompanhamento. Esta mesma compreensão ficou evidente na fala de outros colaboradores. Por exemplo, na fala de Liz (AGE2) quando, ao falar sobre a importância do acompanhamento, diz que:

O acompanhar, tem que ocorrer durante o ano, pois o Conselho de Classe, enquanto processo, ele é feito desde a primeira Etapa, a professora traz lá “olha, estou acompanhado esses alunos, estou enxergando isso, isso e isso” falou da vida pessoal do aluno, tudo bem, desde que isso esteja interferindo na aprendizagem dele. Diante disso, qual seria a ação? Uma ação em cima da necessidade apresentada, para que, no próximo Conselho de Classe, você já não está mais com a mesma angústia ou, pelo menos, você saberia o que foi feito.

Essa visão de processo, o que de fato é o Conselho de Classe, um processo avaliativo que deve fomentar os processos decisórios e as ações pedagógicas da instituição, com vistas a promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, acaba por se perder no decorrer dos bimestres, tornando-se uma ação compartimentada. Por isso que, na visão de Lia (AGE2) “O Conselho de Classe deixa de ser um processo, aqui a gente trata o Conselho como se fosse uma fatia”.

Sobre essa compartimentalização do Conselho de Classe, demonstrando o caráter descontínuo com que suas ações são realizadas, Liz (AGE2) diz:

Eu vejo da seguinte forma, no mundo ideal, o Conselho de Classe deveria servir para dar as indicações para a equipe pedagógica, como falamos no nosso último encontro, tanto com relação a orientação dos alunos quanto para a equipe de supervisão no que diz respeito a auxiliar o professor porque, por exemplo, o professor está com um problema com a turma, não está conseguindo desenvolver com eles, aí vem o suporte pedagógico “professor, o que podemos fazer? Vamos tentar isso? Vamos tentar aquilo? ”, mas isso requer acompanhamento.

A partir da fala de Liz (AGE2), reforçamos a importância do acompanhamento realizado antes, durante e depois do Conselho de classe. Como observamos, esse acompanhamento deve ser direcionado tanto aos alunos, por meio do serviço oferecido pela equipe de multiprofissionais do campus, quanto para o professor por meio dos profissionais especialistas que atuam no serviço de supervisão docente. De acordo com a colaboradora Eva (AGE2), muitas situações e problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem na escola, poderiam ser evitados caso houvesse acompanhamento pedagógico. A colaboradora diz “Você vê que não precisaríamos chegar nem a esse tipo de processo, se tivéssemos um acompanhamento realmente”.

A partir dessas discussões, os professores/colaboradores trazem para o grupo a importância da interação e integração entre docentes e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. Para os colaboradores, a integração entre os profissionais poderia contribuir com a superação das rupturas presentes no Conselho de Classe, bem como com a sua atuação na formação de docentes e na formação dos próprios alunos. Sobre a necessidade de interação e integração entre os profissionais, Tim (AGE2) diz:

Eu vejo que nós vamos chegando a um ponto de necessidade de articulação dos setores, por exemplo, o aluno tem uma dificuldade, aí o professor fala lá no Conselho, temos uma problemática e então entra as diversas ações, envolvendo psicólogo, assistente social, orientador, superviso, a família, o professor, o próprio aluno. Vejo que se não tiver uma articulação com essas partes, não tem jeito, não resolve.

A fala do colaborador retoma a discussão sobre a importância e necessidade de integração entre os profissionais do ensino da instituição. Esse processo de integração de saberes seria uma forma de potencializar as ações do Conselho de Classe e sua atuação de fato no processo de ensino e aprendizagem como um todo e na superação das dificuldades dos alunos. Essa integração envolveria um suporte e acompanhamento contínuo dos alunos e dos docentes. Sobre isso, Lia (AGE2) se questiona e apresenta possibilidades ao fazer os seguintes questionamentos:

Sabe uma coisa que eu não consigo entender no instituto? Os alunos ficam aqui três, quatro anos, certo? O mesmo aluno que você trabalhou no primeiro, será o que você irá trabalhar no quarto. Por que não tem um critério para acompanhar esse aluno do primeiro ao quarto ano? Sabe que o aluno tem dificuldades, no primeiro bimestre já mandar um e-mail, chamar os professores desses alunos e discutir sobre essas dificuldades e como serão trabalhadas.

Da fala do colaborador, três fatores poderiam influenciar diretamente na atuação do Conselho de Classe nos processos formativos de docentes e são eles: a) acompanhamento pedagógico do professor; b) acompanhamento do aluno no decorrer do curso e não somente durante um ou outro bimestre e c) diálogo constante entre os profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e os professores.

Para os professores/colaboradores a forma como o Conselho de Classe tem sido visto e organizado na instituição, todas as oportunidades de atuação na formação de docentes, são desperdiçadas. Sobre isso, Lia (AGE2) diz:

Diante disso, sabe o que eu acho? Vejo que tem um impacto negativo na questão apresentada anteriormente, em quais aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação do professor na EPTNM? Nos moldes atuais, nenhum. Não tem como ter formação, pois a gente estagnou, não discutimos, não refletimos. Porque se você não reflete, você não critica, você não se forma.

Pela fala de Lia (AGE2), podemos perceber que ela traz, novamente, para a discussão do grupo, a importância da reflexão para a formação profissional do docente. Sobre isso, Liz acrescenta (AGE2): “Isso que falei, como no modelo atual de Conselho de Classe, não refletimos, não discutimos as dificuldades. Ele acaba atuando, no contexto atual, contrariamente à formação do professor, atuando, muitas vezes, na deformação do professor”. Lia (AGE2) acrescenta:

Isso pode ocorrer assim, por exemplo, a professora Liz, é conhecida pelas listas de atividades. Só que aí, chega um tempo que ela vai ouvir, “mas, o aluno ficou só contigo professora?”. Então ela vai deixando de fazer, sutilmente. E é o que está acontecendo no instituto, tem

professores que estão assim, “deixando de fazer”, deixando de se importar porque “não, não compensa”.

Após essa fala anterior, Tim (AGE2) diz que uma possibilidade para a formação a partir do Conselho de Classe seria mudar o modelo e objetivo das reuniões do Conselho de Classe, de repente, organizando reuniões menores, promovendo o encontro de professores por curso. Segundo o colaborador, seria mais objetivo e produtivo, sendo possível discutir, avaliar e propor ações de fato formativas para alunos e para os docentes.

Na visão de Lia (AGE2), a melhor opção seria uma maior integração, discussão e comunicação entre as diferentes áreas, os diversos setores e profissionais, evitando o abismo criado entre professores e técnicos, entre os professores das disciplinas do Núcleo comum e os professores das disciplinas do Núcleo técnico. Lia (AGE2) diz que:

O problema é que não conversamos. Não tem discussão. Os professores têm medo dos técnicos, os técnicos têm medo dos professores. Aí fica, todo mundo apagando incêndio. O setor pedagógico abarrotado de serviço, só apagando incêndio. Ninguém contesta. Sabe, é preciso a gente parar e dizer ‘nós vamos fechar para balanço’.

A falta de discussões coletivas envolvendo todos os setores e profissionais da instituição, bem como a inexistência de espaços para se ouvir continuamente os profissionais e as demandas setoriais, têm impactos negativos diretos no Conselho de Classe. Sobre isso, Liz (AGE2) afirma que:

Por falta desse sentar todo mundo para discutir, pensar o que a gente é, para onde a gente está indo e para onde queremos ir, é que, sempre no início de todo Conselho de Classe tem um esboço nesse sentido, discussão que não é para ser feita ali. Gente, são reclamações de cunho geral, questões administrativas, coisas de material, a gente está reclamando de ar condicionado no Conselho de Classe.

Retomamos novamente as questões norteadoras do encontro a fim de compreender como a falta de interação e integração, influencia na atuação do Conselho de Classe, especificamente, nos processos de avaliação do aluno e na formação do docente. Como os colaboradores apresentaram durante o encontro, os equívocos quanto à organização, objetividade e falta de direcionamento do Conselho de Classe impactam diretamente na sua atuação. Conforme nos traz o Tim (AGE2) esse processo sem direcionamento acaba provocando no professor uma sensação de desvalia e frustração no trabalho docente:

Quando eu começo a refletir sobre o meu trabalho, minha disciplina, eu não consigo ver uma finalidade. Tem dia que eu saio que parece que não faz sentido, que eu não consigo ver uma finalidade. Eu penso que se todo mundo não caminha no mesmo sentido para formar o aluno, caminhando em direções contrárias, nos frustramos (TIM, AGE2).

A fala de Tim (AGE2) trouxe novamente à discussão, o reconhecimento da importância da atuação dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica no acompanhamento do docente, principalmente, no Conselho de Classe, momento em que o professor pode sentir-se desvalorizado e frustrado diante dos desafios inerentes à docência. De acordo com as falas, a Equipe Técnico-Pedagógica tem um papel muito importante na formação do docente, pois podem, a partir das necessidades evidenciadas, interferir com ações formativas. Vejamos como Liz (AGE2) nos traz isso:

Voltando a discussão do primeiro encontro. Eu falei que, por exemplo, no Conselho de Classe, no momento onde você expõe o que você está passando com o aluno em sala, suas dificuldades, se tem uma equipe te escutando, não é área dela, mas é da área do Ensino. Então, esses profissionais são profissionais que entendem do Ensino.

A fala da colaboradora, apresenta um dos vieses sob os quais seria possível pensar a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes: a partir da atuação direta dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. Por isso, salienta a necessidade de diminuir a distância criada entre esses profissionais e a importância de incentivar a participação efetiva de todos no Conselho de Classe. Para isso, segundo Liz (AGE2):

Esse trabalho só vai acontecer, se existirem duas coisas: primeiro, o não revezamento de cadeiras; todo mundo participa de todo o processo; segundo o professor que vai receber esse suporte também tem que está aberto profissionalmente, uma abertura de quem está recebendo. Porque tem gente aqui que não tem essa abertura, o profissional vai falar algo aqui, ele vai olhar o pedagogo e vai dizer que ele não sabe nada. “É minha aula, eu sei”. Esse orgulho, essa vaidade também não serve para nada.

Infere-se aqui, a importância de se perceber e trabalhar as dificuldades do professor, mesmo que ele, pelo receio, muitas vezes, de “mexer nos seus brios” e autonomia, não apresente, diretamente, essas dificuldades no Conselho de Classe.

Para finalizar o Segundo Encontro do grupo, realizamos a avaliação e autoavaliação daquele momento. Diante do discutido e apresentado pelos professores, foi possível sintetizar as apreensões do encontro, compreendendo que o Conselho de Classe pode atuar na formação de docentes e nos processos de ensino e aprendizagem. Porém, para que essa atuação ocorra efetivamente são necessários e importantes os processos de acompanhamento pedagógico, integração e interação profissional, por fim, a criação de espaços e momentos de discussão entre os diversos profissionais e setores.

Inferimos que, além da necessidade de acompanhamento pedagógico de professores e alunos a partir do Conselho de Classe, existe a necessidade de efetivação das ações pedagógicas

que emergem no Conselho de Classe. Dessa forma, o Conselho de Classe assumiria o caráter processual, superando a visão fragmentada e o caráter estático que tem atualmente.

No decorrer de todo o segundo encontro, os professores/colaboradores enfatizaram a necessidade de envolvimento do trabalho docente com a atuação dos profissionais da Equipe Técnico-pedagógica. Essa situação que surgiu nas discussões dos professores, foi posta anteriormente por Dalben (1992) ao afirmar que, infelizmente, o Conselho de Classe que seria um espaço, fundamentalmente, para a integração do trabalho entre técnicos e professores, acaba por afastá-los ainda mais.

A partir do discutido, encerramos o encontro e programamos o terceiro encontro do grupo. E dado a relevância do assunto abordado, a atuação do Conselho de Classe no processo de formação do professor, continuamos as discussões no terceiro encontro, conforme apresentamos a seguir.

2.3.2.2.3 Terceiro Encontro: Atuação do Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor

Após abordarmos nos encontros anteriores, entre outras questões, o espaço do Conselho de Classe no IFRO, o lugar do professor no Conselho de Classe no IFRO e em quais aspectos o Conselho de Classe poderia atuar na formação de docentes da EPTNM, no terceiro encontro, partimos do seguinte questionamento “Conselho de Classe: é possível pensar um Conselho de Classe que atue efetivamente no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor, como? ”.

Do terceiro encontro participaram cinco (5) colaboradores. O objetivo do encontro foi discutir e refletir sobre o “lugar” do Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor a partir da realidade na qual está inserido: IFRO campus Ji-Paraná, conforme a Figura 10.

Figura 10 - Discussões e apresentação de propostas do Grupo Colaborativo no Terceiro Encontro



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

No terceiro encontro, as discussões do grupo iniciaram com a realização de uma autoavaliação das ações realizadas até aquele momento, ou seja, nos encontros anteriores. Os colaboradores foram indagados sobre o que haviam aprendido ou apreendido a partir dos encontros. Para os colaboradores, a importância do grupo, até aquele momento, esteve, principalmente, em ter dado voz para que eles pudessem falar sobre suas angústias, desafios e dificuldades na escola, em sala de aula e, precisamente, no Conselho de Classe. Os professores destacaram que, ao falar e discutir com o grupo, acabaram refletindo sobre tudo e sobre a sua prática docente, sobre as relações de trabalho. Sobre isso, vejamos a fala dos colaboradores:

Eu gosto da ideia da discussão porque nós podemos falar do que nos angustia mesmo. Até acho que a ideia do grupo colaborativo. Eu, inclusive acho que essa ideia de grupo colaborativo, a gente deveria ter para discutir outros assuntos. Porque aqui a gente consegue ver como o outro se sente também, a visão dos outros colegas professores (LIZ, AGE3).

Então, diante de tantas angústias, eu acho que esse diálogo que o grupo possibilitou, deveria ter sido feito antes, pela própria reitoria. O melhor desse encontro é que a gente vai poder ver o Conselho de Classe de vários ângulos. Por exemplo, vai dizer “Olha, existe uma angústia do professor com relação a isso. Para solucionar isso, penso que poderíamos propor tal ação (LIA, AGE3).

Lia (AGE3), fazendo uma avaliação do aprendido e apreendido no grupo, especialmente, sobre o Conselho de Classe diz:

A partir das discussões, é que percebemos o quanto continuamos fazendo um trabalho cartesiano. Continuamos separados por caixinhas. O que é departamento de ensino, é ensino. Departamento de extensão, é extensão. Pesquisa é só pesquisa. Não existe integração. E aí você imagine, o aluno ele tem que ficar juntando todas essas caixinhas. Por exemplo, o DAPE não

trabalha de forma integrada com a CAED. O que, de repente, se trabalhassem integrados, teríamos mais resultados. Então a gente sofre, assim como os alunos, com o trabalho cartesiano da instituição.

Feitas as considerações de alguns colaboradores, lançamos o seguinte questionamento: “Conselho de Classe: é possível pensar um Conselho de Classe que atue efetivamente no processo de ensino-aprendizagem e na formação do professor? Como?”. Diante da questão orientadora, os professores apresentaram algumas propostas.

A partir das discussões iniciais, o grupo considerou as possibilidades de um Conselho de Classe, de fato, atuante na formação de docentes e no processo ensino e aprendizagem como um todo. Por isso, apresentaram como possibilidades algumas ações a serem implementadas pela gestão da instituição e que poderiam fomentar essa atuação do Conselho de Classe.

Nas discussões, tanto no sentido micro como macro, o grupo apresentou oito (8) propostas para potencializar a atuação do Conselho de Classe na formação de docentes e no processo de ensino e aprendizagem. Tais ações foram as seguintes: a) Periodicidade nos encontros e reuniões administrativas e pedagógicas; b) Investimento em projetos que busquem o fortalecimento da maturidade emocional e profissional dos servidores, docentes e técnicos; c) Redimensionamento do trabalho da Equipe Técnico-Pedagógica, supervisão pedagógica, para a atuação, de fato, no suporte dos docentes e d) Elaboração e implementação de um instrumento orientador para a organização e direção do Conselho de Classe (Elaboração de indicadores de avaliação para professores, alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica); e) Condições e espaços dignos para o atendimento do aluno no pós-Conselho; f) participação do aluno no Conselho de Classe; g) Integração do trabalho docente e dos profissionais da Equipe técnico-Pedagógica e h) suporte da gestão no trabalho docente.

Diante das proposições e sugestões dos professores/colaboradores, o grupo se comprometeu em construir no próximo encontro do Grupo Colaborativo uma proposta prática de intervenção no Conselho de Classe, de modo contemplar as principais demandas apresentadas pelo grupo e a fomentar sua atuação na formação de docentes do IFRO.

2.3.2.2.4 Quarto Encontro: Possibilidades de um Conselho de Classe formativo

O Quarto Encontro do Grupo Colaborativo, contou com a participação de todos os professores/colaboradores, teve como objetivo a elaboração de propostas para o projeto de um novo Conselho de Classe formativo e também avaliar as ações e atividades realizadas no decorrer dos quatro encontros do grupo. Para isso, como questão orientadora das discussões,

apresentamos o seguinte questionamento “A partir do discutido e das reflexões feitas, quais as nossas proposições para o Conselho de Classe Formativo no IFRO?”.

Por se tratar, efetivamente, do último encontro do grupo colaborativo, uma vez que, de acordo com o planejado, o quinto encontro seria para a avaliação da proposta pelo grupo, a organização desse evento envolveu um misto de saudades, de “falta algo mais”, “vamos continuar” e “Que bom que tudo deu certo”. Associado a isso, predominou o sentimento de gratidão em relação aos colaboradores e por todas discussões, reflexões e conhecimento construídos ao longo de três meses (Figura 11).

Figura 11 - Organização do Quarto Encontro do Grupo Colaborativo



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

O quarto encontro teve início com os agradecimentos aos colaboradores pela presença, posteriormente, apresentamos a dinâmica do encontro que teve início com a seguinte questão orientadora: “A partir do discutido e das reflexões feitas, quais as nossas proposições para o Conselho de Classe Formativo no IFRO?”. Como temas secundários propomos os seguintes: “Conselho de Classe formativo: algumas propostas” e “construindo uma proposta didático/pedagógica para um Conselho de Classe Formativo no IFRO”.

Após apresentarmos os temas a serem discutidos pelo grupo, deram início as reflexões e a apresentação de proposições. O grupo começou refletindo sobre a possibilidade de promoção da formação de professores na EPTNM a partir da atuação do Conselho de Classe. Diante disso, discutimos sobre os desafios, percalços e as políticas adotadas pelo MEC/SETEC para garantir, “teoricamente”, que os professores em exercício da docente ou os que estão em processo de formação, fossem preparados para as especificidades da Educação Profissional, no caso específico da EPTNM.

Após a fala dos professores, apresentamos o “esqueleto” da proposta para o Conselho de Classe formativo na EPTNM. A proposta trouxe organizados os elementos sugeridos pelos

colaboradores no decorrer de todos os encontros, especificamente, as propostas apresentadas no terceiro encontro. Discutimos as ideias e sugestões do grupo, fizemos novas sugestões, algumas supressões, e surgiu a indicação de organização de um instrumento que pudesse ser utilizado como Guia, Cartilha ou como uma Proposta para a elaboração de um Conselho de Classe formativo.

A ideia de um instrumento orientador surgiu porque, no decorrer de todos os encontros, entre outros desafios, evidenciou-se a necessidade de um direcionamento para o Conselho de Classe. Para os professores/colaboradores, além de ser ineficaz, a dinâmica e a forma desconexa com que o Conselho de Classe vem sendo organizado, acaba impactando diretamente no fortalecimento de concepções equivocadas do Conselho, na ineficiência e pouca atuação no processo de ensino e aprendizagem e, principalmente, na falta de atuação na formação dos docentes.

Discutida a possibilidade de elaboração de uma proposta para o Conselho de Classe formativo, os professores sugeriram possíveis formatos, aos conteúdos que deveriam ser inseridos na proposta e como esta seria apresentada para os demais professores, para os profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e para a equipe Gestora da instituição, campo da pesquisa.

Durante as discussões sobre o instrumento proposto, os professores foram enfáticos em trazer à tona algumas necessidades institucionais que, segundo eles, influenciariam diretamente na implementação da proposta do novo Conselho de Classe. O grupo indicou que na proposta para o Conselho de Classe formativo deveriam conter orientações quanto à necessidade de periodicidade nas reuniões administrativas e pedagógicas, o que evitaria utilizar parte do tempo do conselho para tais discussões, permitindo a objetividade e foco apenas em assuntos referentes ao processo de ensino e aprendizagem e às necessidades formativas.

Ao justificar a necessidade de inserção dessas orientações, Liz (AGE) diz “Muitas vezes, nós perdemos o foco no Conselho de Classe porque são discutidos assuntos administrativos e de cunho pedagógico que não estão relacionados com o processo de ensino e aprendizagem”. Essa fala, particularmente, nos fez recordar que, com frequência, as reuniões de Conselho de Classe são utilizadas para prestação de conta da Direção-Geral, algumas vezes, para “lavar roupas sujas”.

Ana (AGE4) diz que a “Ausência de momentos para discutir, avaliar e decidir como o processo de ensino e aprendizagem irá ocorrer, discutindo as normativas, resoluções de forma mais franca e aberta, prejudica não somente o Conselho de Classe, mas todo o processo”. Nesse

momento, a professora falou sobre a falta que sente de discussões periódicas e mais aprofundadas sobre assuntos relevantes ao ensino.

A partir dessa fala e diante de outras inferências feitas pelos colaboradores no decorrer dos encontros, percebemos que o trabalho com o Grupo Colaborativo se configurou, realmente, como uma importante oportunidade para discutir, propor e realizar ações frente às problemáticas encontradas pelos professores no exercício da docência na EPTNM, especialmente, àquelas que envolvem o Conselho de Classe. Por isso, o trabalho com Grupo Colaborativo apresentou-se como um importante instrumento no processo formativo do professor.

Ainda, no Quarto Encontro do Grupo Colaborativo, com base nas sugestões apresentadas no encontro anterior pelos colaboradores, discutimos e avaliamos a possibilidade de construção de indicadores para serem utilizados no Conselho de Classe com fins de otimizar os processos de avaliação, autoavaliação e acompanhamento das ações de docentes, de alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. Por isso, surgiu a proposta de produzir formulários, os quais foram denominados de “Fichas”. Estas fichas seriam incluídas na proposta para o Conselho de Classe formativo.

Os professores/colaboradores sugeriram, indicaram e ampliaram as possibilidades da proposta para o Conselho de Classe formativo, sugeriram, inclusive, a criação de um sistema ou software para o cruzamento e armazenamento das informações coletadas nas fichas, a fim de integralizar os processos de autoavaliação, avaliação e acompanhamento dentro da instituição (Figura 12).

Figuras 12- Momento de discussão e propostas para a organização do Conselho de Classe Formativo



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

O quarto encontro do grupo foi de discussão sobre a criação de instrumentos e propostas para o Conselho de Classe, também para a avaliação do trabalho desenvolvido no e pelo Grupo Colaborativo. Foram feitas sugestões quanto a criação de indicadores avaliativos e a construção de fichas, instrumentos de avaliação, autoavaliação e acompanhamento. E, para avaliar o trabalho do grupo, aplicamos um questionário avaliativo, devido ao tempo e a necessidade de refletir sobre as questões apresentadas, os professores/colaboradores solicitaram um tempo maior para entregar os questionários, o que foi atendido prontamente. Por isso, marcamos o prazo de uma semana para a entrega dos questionários e das novas sugestões para as fichas e para a proposta do Conselho de Classe formativo.

Feitas essas considerações, o espaço foi aberto para que os colaboradores, pudessem falar sobre as experiências apreensões vivenciadas no Grupo Colaborativo. Foram muitas discussões, depoimentos e reflexões realizadas pelo grupo de professores ao longo de todos os encontros e nesse, em particular, por ser o último da fase de implementação, o sentimento que prevaleceu foi o de gratidão. Liz (AGE4) disse “[...] eu agradeço pela confiança, momentos como esses proporcionados por você são muito importantes para nós, pois a discussão e a reflexão sempre vêm acompanhadas de crescimento e de formação. Fico muito grata. Parabéns pela iniciativa”.

Tim (AGE4) acrescentou “Eu também agradeço pela oportunidade, pelos encontros de muita aprendizagem”. Ana (AGE4) também se demonstrou grata ao falar “Eu amei ter participado desse grupo, para mim, foi uma excelente ideia, pois reunir, refletir e discutir é sempre formativo”. Portanto, prevaleceu um sentimento de gratidão a todos os professores por terem aceitado o desafio e por terem desenvolvido o projeto do Grupo Colaborativo e, com isso, juntos, não apenas termos aprofundado os conhecimentos quanto ao Conselho de Classe, mas, acima de tudo, termos possibilitado a formação dos participantes. Evidenciou-se que, quando trabalhamos com a pesquisa colaborativa, o processo vai além do investigar e do participar, é um processo que leva a coprodução de novos conhecimentos e a formação dos envolvidos (Figura 13).

Figura 13- Momento de interação e agradecimento entre pesquisadora e colaboradores



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

Encerramos os quatro encontros e além de gratidão e da certeza de que coproduzimos novos conhecimentos sobre o Conselho de Classe, permaneceu a compreensão e anseio do Grupo Colaborativo por uma educação de qualidade que passa, necessariamente, pelo “acompanhamento” por parte dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e pelo suporte da Direção Geral. Tais aspectos mostraram-se essenciais tanto para a garantia da qualidade do ensino, como para a superação das necessidades formativas dos professores em exercício docente.

2.3.2.3 Avaliação

Ao compreendermos que a avaliação é necessária em toda e qualquer ação humana, durante a realização das atividades do grupo Colaborativo, ela se manteve presente, fosse implicitamente, ao observarmos a participação dos professores/colaboradores nas discussões e reflexões propostas, ou explicitamente, por meio de questionamentos diretos e aplicação de questionário avaliativo.

Sobre essa última possibilidade, no quarto encontro, de acordo com o planejado, aplicamos um questionário avaliativo para os colaboradores, com questões abertas e fechadas. Intitulamos o questionário de “Conselho de Classe-possibilidades de atuação na formação continuada de professores a partir de grupos colaborativos”. O principal objetivo do questionário foi, a partir do vivenciado e do coproduzido no grupo colaborativo, avaliar de que forma ele contribuiu com sua formação dos professores colaboradores (Apêndice D).

A seguir, em vista dos objetivos da pesquisa, indicamos como foram organizados os dados produzidos em todas as fases da Pesquisa Colaborativa.

2.4 Organização dos dados para a análise

De posse dos dados produzidos durante a pesquisa, com o objetivo de facilitar o processo de análise, demos início a organização dos dados. Organizamos os dados e os instrumentos utilizados na coleta, em seguida digitamos e os arquivamos em pastas digitais. Para facilitar essa organização, tomamos o cuidado de, após cada ação realizada, fazermos uma síntese com os principais pontos e assuntos abordados.

Assim, começamos organizando os dados coletados na fase do Diagnóstico. Para isso, os registros dos diários de campo da pesquisadora foram lidos, digitados e as informações foram sintetizadas em textos, posteriormente os salvamos em pastas digitais. Já com relação aos questionários aplicados para (professores, alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica), após lidos e digitados, foram armazenados em duas pastas, sendo uma física e a outra digital sequencialmente.

As respostas apresentadas nos questionários aplicados na fase diagnóstica foram digitadas e organizadas em quadros, seis (6) no total, cada quadro apresentando as respostas dadas por professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos participantes da primeira fase da pesquisa. A construção desses quadros mostrou-se muito importante no momento de análise, pois facilitou a localização das respostas de cada participante.

Da segunda e terceira etapas (Planejamento e Implementação), tendo como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de ações para discutir junto aos professores o Conselho de Classe, surgiram muitos dados. Esses dados foram provenientes das gravações de áudios dos encontros do Grupo Colaborativo. Os áudios foram ouvidos pela pesquisadora, transcritos e arquivados em pastas digitais, sendo enumerados de acordo com o encontro. As transcrições desses áudios foram impressas, os participantes identificados por códigos previamente adotados pelo grupo, e entregue uma cópia para cada professor/colaborador, a fim de que pudessem ler e fazer as considerações necessárias.

Os dados oriundos da última etapa da pesquisa Colaborativa, avaliação, foram coletados tanto no decorrer de cada encontro, nas avaliações implícitas, como no último encontro do grupo, por meio da aplicação de um questionário com questões estruturadas. Os questionários foram lidos e as respostas digitadas e organizadas em um quadro. Por isso, após organizarmos, nos deparamos com um número significativo de dados e, nesse caso, precisávamos de um método capaz de dar conta de melhor compreendê-los e comunicá-los.

Optamos por analisar e comunicar os dados a partir da ATD (Análise Textual Discursiva). Tal escolha se justificou por diferentes aspectos, mas principalmente porque a

ATD não está preocupada apenas em descrever o fenômeno, comprovar ou refutá-lo, ela está mais preocupada em destrinchá-lo e compreendê-lo em sua profundidade. Moraes e Galiazzi (2011, p.12) definem a ATD a partir dos elementos que a constituem e, nesse sentido, afirmam:

[...] a análise textual discursiva pode ser compreendida por um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

Assim, durante o processo de análise, foi comum a sensação de que estávamos mergulhados em um “tornado” de informações. E, portanto, em uma aparente “bagunça” inicial, denominada pelos autores de desconstrução. Posteriormente, essa bagunça encaminhou-se para a reconstrução, culminando a aprofundada compreensão do fenômeno.

Acreditamos ser relevante destacar os elementos que constituem a ATD e como eles são importantes para no processo de análise. Retomamos a explicação anterior, quando apresentamos os elementos que constituem a Análise Textual Discursiva: a) desconstrução e unitarização; b) categorização e c) Comunicação (MORAES; GALIAZZI, 2011).

A desconstrução e unitarização do texto ou “corpus” da pesquisa é a primeira etapa para a compreensão do fenômeno e são entendidos como sendo o processo em que os textos em questão são desmontados e os seus elementos principais são postos em destaque, a fim de que eles se tornem referenciais para as demais etapas. Tais elementos, denominados de elementos principais, para Moraes e Galiazzi (2011) conduzem as Unidades de análises, ou Unidades de sentido. A partir dessas Unidades de Análises ou Unidades de Sentido, surgem as categorias de análises.

Sobre o processo de categorização, os autores afirmam que são o agrupamento ou reunião dos elementos que possuem uma aproximação de significado. Para se chegar a essas categorias, Moraes e Galiazzi (2011) dizem que podem ser utilizados diferenciados métodos de interpretação dos dados, entre eles, o método dedutivo, o método indutivo e/ou o método dedutivo-indutivo.

Ao refazermos o processo da ATD, compreendemos que, a partir do Corpus da pesquisa, passando pela desconstrução e unitarização, chegamos a categorização. E da categorização, chegamos a comunicação dos “metatextos”. Sobre a comunicação, Moraes e Galiazzi (2011, p. 43) afirmam ser “[...] um exercício de explicitação das novas estruturas emergentes da análise. Concretiza-se em metatextos em que novos “insights” atingidos são expressos em forma de linguagem e em profundidade e detalhes”.

Compreendemos que a ATD constitui um movimento cíclico de desconstrução-construção-desconstrução-construção-compreensão-comunicação. Ou seja, a análise não se encerra em si tão pouco apresenta uma conclusão. A ATD é, antes de tudo, a apresentação da compreensão de determinado fenômeno sob o ponto de vista de um investigador. E é, sob esse olhar, que apresentaremos, no capítulo a seguir, as compreensões desse estudo que teve como objetivo geral investigar sob quais aspectos o Conselho de Classe atua na formação de docentes da EPTNM.

3 CONSTRUÇÕES E COMPREENSÕES DO PROCESSO

*Tudo possibilidade, mas reais se forem construções
a vários corações, a várias mentes, a várias mãos.
(Brandão)*

*Na qualidade não vale o maior, mas o **melhor**; não
o extenso, mas o **intenso**; não o violento, mas o
envolvente; não a pressão, mas a **impregnação**.
Qualidade é estilo **cultural**, mais que tecnológico;
artístico, mais que produtivo; **lúdico**, mais que
eficiente; **sábio**, mais que científico.
(Demo)*

Neste capítulo, como achados iniciais, apresentamos a construção dos metatextos. Esta ação, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2011), é o objetivo fim das demais fases da ATD, que são: unitarização e categorização. Porém, antes de começarmos as apresentações dos metatextos, esclarecemos que os dados foram organizados e analisados de acordo com cada fase da Pesquisa Colaborativa, portanto, a apresentação também será feita de acordo com cada fase: diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. Sendo que as três últimas fases foram agrupadas, constituindo-se um único texto de análise.

Na fase diagnóstica, surgiram duas seções, a 3.1 e a 3.2. Na seção 3.1, apresentamos a primeira categoria de análise e suas quatro subcategorias. Como primeira categoria, apresentamos a seguinte compreensão “O Conselho de Classe tem diferentes concepções na EPTNM”. Para chegarmos a essa primeira categoria, percorremos um longo caminho. Ela surge da busca em compreender o olhar de professores, alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica para o Conselho de Classe, ou seja, como esses autores veem e se veem no Conselho. Dessa categoria, emergiram quatro subcategorias e são elas: a) O Conselho de Classe é espaço coletivo de avaliação do aluno; b) O Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno; c) O Conselho de Classe é espaço que retira a autonomia do professor e c) O Conselho de Classe é espaço de formação do professor.

Na seção 3.2, apresentamos a segunda categoria qual seja, “O Conselho de Classe é ação que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem na EPTNM”. Para chegarmos a ela, buscamos compreender qual o sentido e importância do conselho de classe no contexto da prática de professores e profissionais da Equipe Técnico-pedagógica e no processo de ensino e aprendizagem de alunos. Dessa categoria, emergiram as subcategorias seguintes: a) O Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor; b) O Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes.

Das fases de Planejamento, Implementação e Avaliação, emerge a terceira categoria, a 3.3, que foi compreendida como “O Conselho de Classe pode subsidiar as intervenções da Equipe Técnico-Pedagógica na formação de docentes”. Dessa categoria de análise, surgem duas subcategorias, assim definidas: a) O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor e b) O Conselho de Classe é um meio para se promover a formação de professores a partir do Grupo colaborativo.

Para facilitar a visualização, a seguir, apresentamos um quadro-síntese (Quadro 10), contendo as categorias de análises e suas respectivas subcategorias.

Quadro 10- Categorias e subcategorias de análises

Categorias de análise	Resumos	Subcategorias
3.1 O Conselho de Classe possui diferentes concepções no contexto escolar	As análises dos dados evidenciaram que, no contexto escolar, o Conselho de Classe é visto de diversas maneiras, portanto, a depender do olhar e do sentido a ele atribuído, assume diferentes concepções. A partir dessa compreensão é relevante entender que muitos fatores podem influenciar nas concepções que se tem de Conselho de Classe, entre outros, a trajetória pessoal e profissional dos participantes, suas histórias de vida, as escolhas profissionais, as experiências adquiridas ao longo da carreira, as concepções e o sentido atribuído aos processos de ensino e de aprendizagem, bem como a concepção de educação.	3.1.1 O Conselho de Classe é um espaço coletivo de avaliação do aluno; 3.1.2 O Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno; 3.1.3 O Conselho de Classe é um espaço de formação do professor; 3.1.4 O Conselho de Classe é um espaço de resistência do professor em favor da sua autonomia.
3.2 O Conselho de Classe é ação que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem	A partir desta categoria tornou-se mais clara a compreensão de que o Conselho de Classe, enquanto ação, influencia o processo de ensino e aprendizagem diretamente. Isto implica entender que o processo de ensino e aprendizagem pode ser transformado a partir das ações do Conselho de Classe. Nos instiga então a voltar o olhar para o Conselho de Classe enquanto ação transformadora da prática, do ensinar, do aprender e, por que não dizer, ação transformadora da escola.	3.2.1 O Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor; 3.2.2 O Conselho de Classe atua na Interação dos professores e na integração de saberes.
3.3 O Conselho de Classe como subsídio para as intervenções da Equipe Técnico-Pedagógica na formação de docentes.	Foi nas discussões e reflexões com os professores no Grupo Colaborativo que chegamos a essa categoria de análise. Ela reforça a compreensão de que além de ser espaço e ação de avaliação do aluno, o Conselho de Classe é também um meio para que a Equipe Técnico-Pedagógica possa atuar, intervindo nas necessidades formativas do docente.	3.3.1 O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor; 3.3.2 O Conselho de Classe é um meio para se promover a formação de professores a partir do Grupo colaborativo.

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

A seguir, apresentamos o emergente das categorias construídas a respeito das diferentes concepções de Conselho de Classe e em quais aspectos ele atua na formação de docentes na EPTNM, as categorias 3.1 e 3.2. Posteriormente, apresentamos a categoria 3.3. Nesta última, comunicamos o emergente das fases de planejamento, implementação e avaliação do Grupo Colaborativo.

3.1 O Conselho de Classe possui diferentes concepções no contexto escolar

Presente no cenário educacional brasileiro há mais de meio século, o Conselho de Classe tem adquirido diferentes concepções no meio escolar. Ao indagarmos o que é o Conselho de Classe para professores, alunos e para demais profissionais da educação, é comum obtermos diferentes respostas, sob os mais diversos sentidos. Isso se deve a fatores diversos, entre eles, destacamos as experiências vivenciadas pelos sujeitos, suas trajetórias profissional e pessoal e como se deram os encontros e desencontros com e no Conselho de Classe durante a caminhada, portanto, pareceu-nos pouco provável encontrar uma única concepção de Conselho de Classe.

Essa categoria traz em sua essência, a compreensão de que o conselho de Classe, ainda, não conseguiu se estabelecer como um espaço e ação pedagógica imprescindível dentro do processo de ensino e aprendizagem. Optamos pelo termo ensino e aprendizagem por acreditar que o Conselho de Classe atua direto e indiretamente em todo o processo de ensino e aprendizagem. Seja pelo viés do ensino, implicando em mudanças na prática e formação de professores em sala de aula, seja pelo viés da aprendizagem, ao impactar diretamente no processo de aprendizagem do aluno.

As falas descritas no decorrer do texto foram retiradas das respostas emitidas por professores (P), profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (TP) e alunos (A) ao questionário aplicado na fase diagnóstica da pesquisa (QI). Assim, o código (QI), faz referência ao instrumento utilizado, questionário, e as letras (P, TP e A) fazem referência aos respondentes.

A seguir, apresentamos as subcategorias que emergiram dessa primeira categoria de análise. Inicialmente, no entanto, nos pareceu importante justificar o porquê do número de subcategorias, quatro no total. Esse fato justificou-se pela a variedade de concepções que o Conselho de Classe tem adquirido na escola e por julgarmos importante, para a compreensão do fenômeno, apresentar todas elas. As subcategorias foram: O Conselho de Classe é um espaço coletivo de avaliação do aluno; O Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno; O Conselho de Classe é um espaço de formação do professor; O Conselho de Classe é um espaço de resistência do professor em favor da sua autonomia.

3.1.1 O Conselho de Classe é um espaço coletivo de avaliação do aluno

Nessa subcategoria tratamos de evidenciar a compreensão de que o Conselho de Classe é um espaço coletivo cujo objetivo principal é a avaliação do aluno. Ela surge como resultado da análise feita a partir da visão que professores, alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica têm do Conselho de Classe.

Ao analisarmos os dados coletados, principalmente os provenientes do questionamento “Como você vê e se vê no Conselho de Classe? ”, uma das questões levantadas na aplicação do questionário na fase diagnóstica da pesquisa, evidenciou-se que, na visão de professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos da EPTNM, o Conselho de Classe é um espaço coletivo cujo o objetivo central é a avaliação do aluno. Além dessa, outras visões e concepções foram evidenciadas.

O fato do Conselho de Classe ser visto sob diferentes óticas está associado, por exemplo, às experiências dos participantes no Conselhos de Classe ao longo da sua trajetória, também ao grau de envolvimento do sujeito com o processo educativo, ainda, à maneira como o conselho de Classe tem sido estruturado na instituição em que atuam, também à formação inicial do professor, à área de atuação, entre outros. Sobre isso, Dalben (2004, p.58) diz que “A palavra Conselho de Classe possui significados variados para as pessoas e esse fato possibilita diversificação no que tange à sua conceituação”.

Para a autora, além dos fatores já mencionados, destacam-se também os fatores subjetivos dos sujeitos envolvidos, ou seja, os valores, as expectativas, as preferências e as referências ideológicas dos professores e demais profissionais, e estes estão diretamente relacionados às concepções construídas sobre o Conselho de Classe (DALBEN, 2004). Inferimos que os dados apresentados a seguir, bem como as compreensões que buscamos apreender, evidenciam mais do que a visão construída sobre o Conselho de Classe, elas também apresentam os sentidos, o valor e a importância que tem a instância no contexto escolar.

Na visão do professor, o Conselho de Classe é um espaço genuinamente coletivo, por isso é um lugar de múltiplos olhares, diferentes saberes e experiências. É o lugar que, pela diversidade, possui as características necessárias para que se faça a melhor avaliação do aluno. Isso pode ser percebido na fala do professor, quando ele nos afirma que vê o Conselho de Classe como:

[...] uma oportunidade importante para poder ter uma visão da turma ou do aluno individualmente, permitindo olhar pela perspectiva de outros professores, e do corpo técnico, colaborando para uma intervenção mais acertada no processo de ensino e aprendizagem [...] (P6, QI).

Em suma, é possível afirmar que o Conselho de Classe, ainda, é o único espaço dentro da instituição escolar em que todos os professores, por interesse ou “obrigação”, se reúnem, periodicamente, para discutir, refletir, avaliar e decidir quais os melhores caminhos a serem percorridos quando se trata do ensino e da aprendizagem do aluno. Essa qualidade de coletividade é destacada por P17 (QI) quando diz que, enquanto espaço de avaliação coletiva, o Conselho de Classe é “Um momento importante para o acompanhamento do aluno na instituição, onde podemos discutir com todos os professores a sua evolução”.

Destacamos a importância do aspecto coletivo do Conselho de Classe no processo de avaliação do aluno, por isso a necessidade de participação de demais profissionais relacionados ao ensino, especialmente, dos profissionais da equipe Técnico-Pedagógica. Esse aspecto é apresentado por TP3 (QI) quando diz que vê o Conselho de Classe como um “[...] espaço em que professores e equipe pedagógica se reúnem para discutirem questões relacionadas a aprendizagem dos alunos”.

Dessa concepção de espaço coletivo de avaliação do aluno, destacamos a valorização da avaliação enquanto processo meio e não processo fim e que deve ser visto de forma integral, e não uma parte descontextualizada do todo que é o processo de ensino e aprendizagem. Por isso o professor diz que vê o Conselho de Classe como uma oportunidade de “Acompanhar de uma forma geral o nosso corpo discente” (P17, QI), ou seja, é essa coletividade que, na fala do professor P35 (QI) “[...] ajuda a avaliar melhor os alunos” e que promove a “[...] realização de um levantamento mais completo da turma, uma forma de saber como está o andamento da aprendizagem dos alunos (P7, QI) ”.

Esse entendimento é compartilhado por alguns alunos, de acordo com eles, o Conselho de Classe possibilita a avaliação coletiva das turmas. Essa avaliação feita sob diferentes olhares é vista como determinante, principalmente, quando se busca superar as dificuldades percebidas pelos professores. Diante disso, eles afirmam que o Conselho de Classe, enquanto espaço coletivo de avaliação, pode ser visto como uma “Maneira que os professores usam para discutir o rendimento dos alunos” (A4, QI). Também como “[...] uma ferramenta para a avaliação do aluno e os demais atributos apresentados pelo mesmo em sala [...]” (A4, QI). De acordo com A14 (QI) “O Conselho de Classe é, na minha perspectiva, onde os professores discutem as necessidades que os alunos têm e suas deficiências, buscando ajuda-los na superação delas”.

Outros alunos, ainda que indiretamente, compreendem o Conselho de Classe como sendo um espaço coletivo, cuja a finalidade principal é a avaliação dos alunos e das turmas como um todo. Vejamos como eles veem o Conselho de Classe, a partir dos fragmentos de textos abaixo, quando eles dizem que o Conselho de Classe é:

Uma boa solução para acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno (A15, QI);

Uma reunião para expor as dificuldades, e o que deve ser melhorado no desempenho escolar (A23, QI);

Uma reunião entre professores para analisar os alunos e o andamento de uma sala (A26, QI).

O que pode ser observado é que, tanto na visão de professores quanto de alguns alunos, o Conselho de Classe é concebido como um espaço coletivo cujo objetivo principal é a avaliação do aluno. Essa avaliação, pelo caráter coletivo, garante uma maior diversidade de aspectos a serem discutidos, refletidos e demandados. Como fim, essa avaliação pode sugerir, propor e ou adotar práticas que contribuam com a superação das dificuldades diagnosticadas.

A concepção apresentada vai, portanto, ao encontro com o apresentado por Dalben (2004) quando diz que as discussões coletivas presentes no Conselho de Classe devem ter um fim claro, que é superar as dificuldades e sanar as necessidades de todos os espaços e práticas no universo escolar. Nesse mesmo sentido, A33 (QI) diz vê “o Conselho de Classe como um meio de melhorar a aprendizagem, pois nas reuniões de conselho são apontadas ideias para melhora tanto do aluno quanto a prática realizada pelo professor para ensinar”.

Aqui destacamos que, além dessa concepção de espaço coletivo de avaliação do aluno, o Conselho de Classe, pelas suas características, enquanto espaço de múltiplos saberes e olhares, deve promover a superação das dificuldades diagnosticadas, mas também possibilitar o processo formativo, o que pode contribuir como uma educação, de fato, transformadora para todos.

3.1.2 O Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno

A subcategoria “O Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno” emerge, principalmente, no discurso de alunos, mas não apenas deles, evidenciou-se também na fala de muitos professores participantes da pesquisa. Tendo se evidenciado, principalmente, na reunião do Conselho de Classe da qual tivemos a oportunidade de participar. É inegável que, mesmo implicitamente, para alguns professores, o Conselho de Classe acaba se tornando um espaço em que eles detêm o poder de dizer “esse aluno é bom” ou “esse aluno é ruim”, e que, de algum modo, essa fala acabe “sentenciando” determinado aluno a uma reprovação ou aprovação, ainda que ambas as afirmativas sejam totalmente incoerentes do ponto de vista pedagógico e da concepção de formação integral do aluno.

Vale destacar que esse “espaço de julgamento” não diz respeito apenas à qualidade de ser um espaço em que se aprova ou reprova o aluno. Quando apresentamos a subcategoria, relacionamos a visão que se apresentou do Conselho de Classe, concebido como um espaço em que entre acusações, testemunhas e defesas, existe um veredicto que, na maioria das vezes, ignora parte do processo de ensino e aprendizagem e foca apenas em uma situação ou ação isolada.

É latente na fala dos alunos o discurso de que o Conselho de Classe é o lugar em que, sem que possam se defender, são julgados e, muitas vezes, condenados pela acusação. Para evidenciar o argumento acima, apresentamos fragmentos de textos com as falas de alguns alunos quando perguntamos como eles veem e se veem no Conselho de Classe no seu campus:

O Conselho de Classe para mim é uma forma dos professores falarem mal dos alunos [...] (A2, QI);

Me vejo sendo posta em julgamento, sem as devidas cartas na mesa [...]

(A12, QI);

É uma reunião onde os professores falam dos alunos, sobre seu comportamento e desempenho (A25, QI);

[...] algumas vezes, me sinto ameaçado, pois nem sempre me sinto representado no Conselho de Classe (A12, QI).

Destacamos aqui que essa não é uma concepção apenas do corpo discente, para uma parcela expressiva de professores participantes da pesquisa, o Conselho de Classe, também se apresentou como um espaço de julgamentos, de condenações e absolvições. Isso pode ser evidenciado nos trechos que apresentamos a seguir. Neles, os professores enfatizam a discrepância entre o que poderia ser o Conselho de Classe e como, de fato, é, um espaço de julgamento do aluno:

Há discrepância entre o que se deveria ser e o que é. Predomina-se, apesar de certa retórica, o julgamento e a simples, constatação da mensuração numérica, vulgarmente conhecida como nota (P21, QI);

Parece-me que, para alguns, o Conselho de Classe é o momento de “vingar-se” do aluno, classificando-o sem muita reflexão (P43, QI).

Nota-se na fala dos professores que o Conselho de Classe, ainda que seja o espaço para que se possa fazer uma rica avaliação de todo o processo, nos moldes nos quais ocorre, tornou-se um espaço em que o julgamento e o “vingar-se” do aluno, é mais evidente e o que, de fato, muitas vezes, acaba ocorrendo. De acordo com P29 (QI) “[...] há, ainda, no formato utilizado, mecanismos punitivos quando se pensa no subjetivo para avaliar as aprovações por conselho

daqueles alunos que não atingiram os resultados esperados”. P12 (QI), ao olhar para o Conselho de Classe, diz:

Vejo o Conselho de Classe como um momento positivo no qual se manifestam as preocupações e inquietações com o desempenho individual e coletivo dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, pode ser também um momento de julgamento, o que se desvia dos seus objetivos.

Percebemos, a partir da fala dos professores que uma das justificativas para que o Conselho de Classe tenha se transformado nesse espaço de julgamento do aluno é, justamente, a falta de objetividade, a falta de um direcionamento tanto para as avaliações propostas nesse espaço, quanto para as ações de intervenção que deveriam ser oriundas dele.

Fato é que, para muitos professores participantes, existe a necessidade de um conselho de Classe eficaz, capaz de orientar as reflexões e avaliações do grupo com relação aos alunos, as turmas e ao próprio trabalho docente. O que se apresentou foi que, da forma como ele é pensado e conduzido, termina por reforçar a prática de julgamentos e alargar, ainda mais, as rupturas do processo. Percebemos isso na fala de P20 (QI) quando afirma “ O Conselho de Classe é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem, todavia, a maneira que acontece nem sempre atende aos propósitos do mesmo”.

Concordamos com Cruz (2015) quando diz que o que se observa no Conselho de Classe é que, embora todos compreendam que ele é uma ação muito maior do que a simples mensuração de notas, permanece funcionando como lugar de julgamento, centrado, na maioria das vezes, nas questões disciplinares e nas atitudes comportamentais dos alunos. Esse aspecto contribui de forma decisiva com a realização unilateral da avaliação, em que o foco de todo o processo é voltado apenas para o aluno, em que pouco se reflete e se avalia os demais aspectos do processo, como por exemplo, a avaliar a ação docente dos professores e a atuação dos demais profissionais que estão, diretamente, envolvidos com a aprendizagem do aluno.

3.1.3 O Conselho de Classe é um espaço de formação do professor

A subcategoria “O Conselho de Classe é um espaço de formação do professor”, embora tenha emergido de forma implícita nas respostas dos participantes da pesquisa na primeira fase, diagnóstico, está atrelada à concepção de formação aqui defendida, uma formação reflexiva, que se dá a partir da ação do docente.

Por isso, de forma sutil, a subcategoria foi sendo evidenciada. A medida que fomos lendo as respostas dadas ao questionário aplicado para professores e alunos, percebemos que esse sentido, implicitamente, estava presente nos discursos. A partir desses, fomos construindo

o entendimento de que, ainda que indiretamente, o Conselho de Classe é um espaço de formação do professor.

De acordo com os trechos a seguir, compreendemos que, para alguns professores, o Conselho de Classe torna-se uma oportunidade de aperfeiçoamento do trabalho docente por ser, na opinião de P4 (QI) “[...] um espaço para se discutir possibilidades de ações para melhorar a prática escolar como um todo (dentro e fora da sala)”. A resposta desse professor vai, justamente, ao encontro de Cruz (2015) quando ele diz que o Conselho de Classe contribui com o crescimento individual e coletivo dos sujeitos participantes, permitindo uma tomada de consciência quanto ao processo educativo como um todo e não apenas com relação ao aluno.

Na mesma direção, P10 (QI), ao ser perguntado sobre qual era o sentido do Conselho de Classe para sua prática, responde “O Conselho seria a hora de amadurecer as nossas práticas pedagógicas, contudo no atual modelo não discutimos isso, apenas nos detemos a discutir os resultados, sem buscar entender o processo”. Vejamos que o professor associa a possibilidade de amadurecimento da prática, para nós, esse amadurecimento corresponde ao processo de formação docente e ao rompimento da concepção do Conselho de Classe focado apenas as notas dos alunos.

Romper com essa visão é abrir as possibilidades também para o processo de autoavaliação do docente no Conselho de Classe. É compreender que, ao avaliar o aluno, o professor também se avalia, avalia os serviços pedagógicos, avalia a escola, por isso, de acordo com os professores a seguir, o Conselho de Classe promove a formação de docentes pelo viés da autoavaliação:

O Conselho de Classe é também oportunidade para autoavaliação dos pares quanto as estratégias de aprendizagem utilizadas no processo educativo (P10, QI);

Oferece oportunidade de verificar, o aproveitamento da minha disciplina diante das outras. Além de promover autoavaliação do processo educativo e repensar as práticas utilizadas (P30, QI).

Essa autoavaliação deve ser fomentada no Conselho de Classe nas discussões reflexivas, em que deve ser dado ao professor a oportunidade de falar e refletir sobre sua prática cotidiana, sobre os processos pelos quais passam os alunos e também sobre a escola. Por isso, quando perguntados sobre o sentido do Conselho de Classe na prática, alguns professores responderam, que ele é um momento que os leva a avaliar, refletir e transformar seu fazer em sala de aula. Isso pode ser percebido nos trechos a seguir:

O Conselho de Classe é um meio para o aprimoramento do processo de ensino, com o objetivo de melhorar a aprendizagem e avaliação dos alunos (P6, QI);

O Conselho de Classe é um momento oportuno para rever minhas práticas pedagógicas (P10, QI);

Para mim, o Conselho de Classe significa o momento de ver e rever minha metodologia (P11, QI);

O Conselho de Classe é um momento de discussão e reflexão sobre nossas práxis e os resultados dos nossos alunos de certa maneira instigar as reflexões e as mudanças para uma prática mais significativa (P28, QI);

[...] promover autoavaliação do processo educativo e repensar as práticas utilizadas pela análise e reflexão (P39, QI);

[...] abrimos os olhos para outras verdades, outras ideias, nossa verdade deixa de ser a verdade absoluta na tomada de decisão acerca dos alunos. O Conselho de Classe amplia a nossa mente (P42, QI).

Essa concepção de que o Conselho de Classe é um espaço de reflexão e autoavaliação, nos pareceu ser um caminho sob o qual pudemos compreender de que forma o Conselho de Classe se torna um espaço de formação de docentes e como pode atuar na formação reflexiva desse profissional. Vale ressaltar que, para os professores, o fato do Conselho de Classe ser um espaço de reflexão sobre a prática docente, não o exonera da função principal que é a avaliação da aprendizagem do aluno. Isso pode ser percebido no trecho a seguir:

O Conselho de Classe é um momento de verificação dos resultados dos discentes, observando os aproveitamentos e as falhas eventuais do processo.

Mas, é também uma oportunidade para autoavaliação dos pares quanto as estratégias de aprendizagem utilizadas no processo educativo (P29, QI);

O Conselho talvez seja um excelente momento de discussão e análise do nosso trabalho e da vida acadêmica do aluno (P39, QI).

Se para os professores, o Conselho de Classe atua na prática docente por meio dos processos reflexivos e auto avaliativos, para os alunos, essa atuação se materializa em sala de aula, a partir das mudanças ocorridas nas práticas dos professores. Essa compreensão foi possível, quando analisamos as respostas dos alunos ao questionário aplicado. Quando perguntados como eles veem o Conselho de Classe, um aluno respondeu “Eu vejo o Conselho de Classe como necessário para melhorar o ensino, quando são feitas as mudanças necessárias, seja no comportamento do aluno ou na didática, no método de ensino em geral [...]” (A31, QI).

Nos fragmentos de textos a seguir essa compreensão pode ser percebida, quando os alunos afirmaram que o Conselho de Classe atua diretamente no processo de ensino e aprendizagem, ao provocar mudanças na prática dos professores em sala de aula. Vejamos alguns trechos que evidenciam essa concepção:

Acredito que o Conselho de Classe influencia no processo de ensino e aprendizagem, pois através das opiniões obtidas no Conselho, os professores

podem fazer com que os métodos de ensino mudem, fazendo com que os alunos aprendam mais (A1, QI);

Em alguns casos influencia positivamente e, em outros casos, negativamente. Algumas vezes (maioria) há melhora dos professores a respeito da didática, já em outras vezes aconteceu de o professor adquirir um certo ‘rancor’ pela turma, o que pode prejudicar muito (A17, QI);

O Conselho de Classe influencia no processo de ensino e aprendizagem porque algumas questões que são levantadas no conselho e, a maioria, afeta a aprendizagem, com as mudanças realizadas tanto pelos alunos como os professores (A31, QI);

O Conselho de Classe pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem, pois serve para ouvir os alunos e mostrar a opinião de uma sala em relação a determinada matéria ou ao modo como o conteúdo pode ser aplicado. E, ao discutir sobre isso, o professor pode modificar a forma como leciona o que ajuda o aluno a entender melhor o conteúdo (A38, QI).

É importante observar que, assim como havíamos suposto, o Conselho de Classe como espaço de formação docente, promove a transformação da prática docente em sala de aula. E essa transformação pode ser possibilitada a partir de processos de reflexão e autoavaliação do professor. Entendemos que, para que o Conselho de Classe venha a se tornar um espaço de formação de professores que atuam na EPTNM, é necessário que ele se torne um espaço de discussões, em que os professores e os alunos possam ter voz e em que suas dificuldades sejam expostas, ouvidas, discutidas e, de alguma maneira, sejam orientadas à superação.

3.1.4 O Conselho de Classe é um espaço de resistência do professor em favor da sua autonomia

Essa subcategoria surge mais explicitamente nas respostas dos professores ao questionário aplicado na fase diagnóstica da pesquisa, porém, também esteve presente, ainda que implicitamente, nas falas dos professores em outros momentos da pesquisa, a exemplo, durante a observação colaborativa realizada em um Conselho de Classe.

Ela emerge, antes de tudo, em tom de desabafo e crítica de muitos professores com relação a atuação do Conselho de Classe na EPTNM. Isto porque, para muitos deles, o Conselho de Classe tornou-se o espaço de “nivelamento” e “camuflagem” dos gargalos presentes na educação profissional. De acordo com alguns professores, o objetivo final do Conselho de Classe, nem sempre, tem sido o de avaliar as habilidades e competências adquiridas pelos alunos, mas, tem sido usado apenas para deliberar sobre a aprovação daqueles que não conseguiram os conhecimentos mínimos para serem aprovados durante o ano letivo, o que estaria apenas maquiando a realidade.

A crítica está justamente no fato de que, pela instituição não conseguir alcançar os percentuais de aprovação desejados, restaria aos professores, a partir de um processo que seria tudo, menos avaliativo, aprovar o aluno para o ano seguinte, tendo como meio o Conselho de Classe. Por isso que, ao ser perguntado como o professor vê e se vê no Conselho de Classe, o professor respondeu “Na prática, o Conselho de Classe funciona como um instrumento de interferência e de violação da autonomia didático- pedagógica do professor” (P39, QI).

Para alguns professores, quando o Conselho de Classe interfere na autonomia do professor, transforma-se em um espaço de combate, o que pode ser percebido na fala do participante, quando diz “[...] para mim o Conselho de Classe é uma trincheira de batalha! Sabendo que lá, vou ter que lutar para reconhecem meu trabalho. É uma situação bem desconfortante, onde se vem à tona todos os problemas de aluno e o professor é, simplesmente, ignorado” (P2, QI).

Nos moldes apresentados pelos professores, é possível supor que, assim como pode favorecer as discussões, reflexões e autoavaliação dos docentes, quando mal direcionado, o Conselho de Classe pode se tornar um ambiente de conflitos, em que os professores sentem seu trabalho desvalorizado e sua autonomia retirada. Em muitos casos, alguns professores foram categóricos ao afirmar que o Conselho de Classe se tornou não um lugar de avaliação coletiva, mas um espaço de resistência, em que seria necessário lutar para ter seu trabalho considerado, sua voz ouvida.

Os trechos das falas retratados abaixo, justificam essa compreensão, vejamos como alguns professores o veem na EPTNM:

Vejo o Conselho, muitas vezes, como uma reunião que ignora e desfaz o trabalho docente (P9, QI);

Muitas vezes o conselho ajuda a tomada de decisões e algumas vezes “passa por cima” de situações onde o professor titular do componente curricular deveria deliberar sem ter que sofrer a pressão de alguns (P15, QI);

O Conselho para mim seria a hora de amadurecer as nossas práticas pedagógicas, contudo no atual modelo não discutimos isso, apenas nos detemos a discutir os resultados, sem buscar entender o processo. Nesse sentido, me vejo perdido sem um processo claro e definido (P10, QI).

Mesmo que alguns professores vejam no Conselho de Classe uma possibilidade de amadurecimento da prática pedagógica (P10, QI), a maneira como ele tem sido direcionado, tem apenas contribuído para o fortalecimento da visão de que ele é um espaço que atua na contramão do trabalho docente, e a este cabe apenas a tarefa de resistir de todas as formas para ter a sua opinião e voz ouvida e o seu trabalho respeitado. Toda essa dinâmica, faz com que o

professor, muitas vezes, se sinta fora de todo o processo e se sinta útil apenas para aprovar o aluno. Isso pode ser percebido na resposta do professor quando disse: “Eu me vejo e me sinto no Conselho como uma peça que deve se adequar a um sistema que quer apenas aprovar o aluno” (P20, QI).

O que percebemos, entre as subcategorias apresentadas, é que existe um elemento em comum e nessa, especificamente, o que ficou mais evidente foi a crítica quanto ao objetivo, a dinâmica, organização e direcionamento dado ao Conselho de Classe na EPTNM. Entendemos que a forma como o Conselho de Classe é realizada tem sido determinante na construção das suas diferentes concepções e da forma equivocada com que, na maioria das vezes, tem se visto o Conselho de Classe.

A próxima categoria de análise nos traz como o Conselho de Classe reflete no processo de ensino e aprendizagem.

3.2 O Conselho de Classe é ação que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem

Para chegarmos a essa categoria, analisamos o sentido atribuído ao Conselho de Classe pelos professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos da EPTNM. Pelo analisado, evidenciou-se que o Conselho de Classe é tido como espaço, mas também como ação e, enquanto ação, tem refletido diretamente no processo de ensino e aprendizagem, a partir das mudanças provocadas na sua prática de professores e nos impactos que causam em sala de aula.

O sentido, importância e significado atribuídos ao Conselho de Classe na EPTNM, emergiu das respostas dadas ao questionário aplicado para professores, alunos e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, especificamente, quando perguntados qual o sentido/importância/atuação do Conselho de Classe na prática deles no IFRO.

No decorrer do texto, na descrição das falas, utilizamos, assim como na categoria anterior, as respostas emitidas por professores (P), profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (TP) e alunos (A) ao Questionário aplicado na fase diagnóstica da pesquisa (QI). Portanto, o código (QI) se refere ao questionário utilizado e as letras (P, TP e A) aos respondentes, professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e Alunos, sequencialmente.

Dessa categoria de análise, surgiram duas subcategorias, sob as quais tratamos a seguir: a) O Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor e b) O Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes.

3.2.1. O Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor

Essa subcategoria nos ajuda a compreender de que forma o Conselho de Classe tem atuado na atualização didático-pedagógica do professor e na transformação da sua prática docente em sala de aula. O Conselho de Classe, tendo como princípio a avaliação, ao promover a avaliação da aprendizagem do aluno, atua diretamente nos processos de ensino em sala de aula, com isso, evidentemente, atua também na avaliação e na transformação da prática do professor.

Quando falamos de avaliação da prática do professor, referimo-nos a um processo avaliativo que se dá indiretamente, a partir da avaliação do aluno. E esse processo por ser implícito, muitas vezes, pode passar despercebido pelo professor durante o Conselho de Classe. O que se evidenciou é que, ao retornar à sala de aula, tendo refletido sobre as dificuldades de determinado aluno ou turma, muitos professores têm feito mudanças, seja nos instrumentos de avaliação ou nos métodos adotados para explicar o conteúdo. Esse processo pode ser compreendido como um processo de atualização e transformação didático-pedagógica.

Para ilustrar essa compreensão, utilizamo-nos de alguns recortes das respostas dadas ao questionamento que fizemos aos participantes da pesquisa, sobre o sentido do Conselho de Classe para sua prática. Vejamos alguns trechos que enfatizam essa compreensão:

É um instrumento importante para a realização de uma avaliação pedagógica do trabalho (P6, QI);

Meio para aprimoramento do processo de ensino, visando melhorar a avaliação (P7, QI);

Visualizar os possíveis problemas do ensino e aprendizagem dos alunos através da realização de uma melhor avaliação (P41, QI).

Infere-se que a atuação do Conselho de Classe na atualização didático-pedagógica do professor se torna possível a partir do momento que, enquanto espaço pedagógico, oportuniza a discussão e reflexão dos professores sobre a sua prática docente e os orienta sobre os possíveis caminhos a serem seguidos. Ao refletir sobre a sua prática, tendo o suporte pedagógico necessário, o professor pode produzir mudanças nas suas concepções, na prática e com isso, em sala de aula. Por isso, quando bem dirigido, é importante que na reunião do Conselho de Classe se possa discutir e colocar em xeque os processos e instrumentos utilizados no ensino, entre eles, destacamos, os processos avaliativos utilizados em sala de aula pelos professores.

Além de promover a atualização didático-pedagógica do professor, a partir de mudanças nos processos avaliativos, o Conselho de Classe corrobora com a atualização

didático-pedagógica do professor, quando os mobiliza a refletir e avaliar seus métodos e a didática utilizada em sala de aula. Essa compreensão, embasada pela autoavaliação pode ser sustentada por Dalben (1992, p.113) quando afirma que a partir do Conselho de Classe “[...] desenvolve-se a análise recíproca de “passar em revista” também o rendimento dos profissionais da educação, fazendo uma “[...] análise de metodologias, currículos ou outras variáveis que possam interferir nos resultados obtidos” (DALBEN, 1992, p.113). E esse processo culmina com a atualização didático-pedagógica do professor.

Alguns professores entendem que a atuação do Conselho de Classe na atualização didático-pedagógica se dá pela possibilidade que têm de “ver” e “rever” suas metodologias. Podemos perceber isso, no recorte a seguir:

O Conselho de Classe significa o momento de ver e rever minha metodologia diante das dificuldades e pontos positivos apresentados pelos meus colegas em relação ao desempenho acadêmico das turmas e/ou alunos (P11, QI).

De acordo com o P29 (QI) “O Conselho de Classe possibilita a discussão e reflexão sobre nossas práxis, e os resultados dos nossos alunos, de certa maneira, instiga as reflexões e as mudanças p/ uma prática mais significativa”. Essa provocação à reflexão sobre a prática feita pelo professo, ao nosso ver, é um fio condutor que pode levar à autoavaliação e, conseqüentemente, a transformação da prática docente. Por isso, para alguns professores, o fato do Conselho de Classe ocorrer na coletividade, é um condicionante para essa autoavaliação e para a atualização didático-pedagógica do docente. Isso pode ser percebido na resposta do professor a seguir. Para ele:

O Conselho de Classe tem o sentido/importância por oferecer a oportunidade de verificar o aproveitamento da minha disciplina diante das outras. Além de promover autoavaliação do processo educativo e repensar as práticas utilizadas (P30, QI).

Quando perguntados sobre qual o sentido do Conselho de Classe para sua prática, os profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica demonstraram a compreensão de que o Conselho de Classe atua na prática pedagógica de todos os profissionais envolvidos no processo e não apenas na prática do professor. De acordo com TP2 (QI) “O Conselho de Classe faz todo o sentido, pois é um momento em que devemos discutir sobre a nossa prática pedagógica”. Na concepção de TP3 (QI) “O sentido e importância do Conselho de Classe está em promover o aperfeiçoamento da metodologia e didática dos profissionais”.

Fato é que, quando o professor discute, reflete e avalia sua prática docente, seja no Conselho de Classe ou em outro espaço, transformações acontecem e os impactos evidenciam em sala de aula, o que promove ganhos ao processo de ensino e aprendizagem. Para melhor

compreender esse aspecto, questionamos os alunos sobre as influências do Conselho de Classe no seu processo de ensino e aprendizagem, a partir das reflexões deles, foi possível identificar nas respostas como isso ocorre. Vejamos nos fragmentos dos textos a seguir:

O Conselho de Classe influencia no processo de ensino e aprendizagem porque algumas questões levantadas no conselho, na maioria das vezes, terminam com mudanças realizadas tanto pelos alunos como pelos professores (A31, QI);

Acredito que o Conselho de Classe influencia no processo de ensino e aprendizagem porque, através das opiniões obtidas no Conselho, os professores podem fazer com que seus métodos de ensino mudem, fazendo com que os alunos aprendam mais (A21, QI);

Dependendo de como a situação é abordada no Conselho, pode ser favorável para o ensino e/ou aceitando sugestões de mudança da didática apresentadas pelos alunos (A23, QI);

Quando o problema é apontado, às vezes, o professor pode buscar outro método de ensino que pode ser o mais adequado ou até mais difícil, por isso, o Conselho de Classe influencia sim (A32, QI);

Eu acredito que o Conselho de Classe pode influenciar o processo de ensino e aprendizagem, porque através dele os professores podem mudar um pouco seu método de ensino e com isso podemos aprender melhor[...] (A33, QI);

[...] o Conselho de Classe serve para ouvir os alunos e mostrar a opinião de uma sala em relação a determinada matéria ou modo como o conteúdo pode ser aplicado e, ao discutir sobre isso, o professor pode modificar a forma como lecionar e ajudar o aluno a entender totalmente o conteúdo (A38, QI).

Destacamos aqui a necessidade de constante diálogo entre professores e alunos, bem como a importância da participação desses últimos nas ações do Conselho de Classe. Essa participação e diálogo pareceu-nos possível pelo viés da mediação e acompanhamento dos profissionais que possuem habilidades técnicas e formação pedagógica para isso, no caso, dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.

Nessa subcategoria, evidenciou-se o anseio por um Conselho de Classe que possa, de fato, atuar em todo o processo de ensino e aprendizagem, entre outros aspectos, na atualização didático-pedagógica de docentes. Essa necessidade ficou evidente na resposta de alguns professores, quando responderam sobre o sentido/ importância e atuação do Conselho de Classe em sua prática. Conforme apresentamos a seguir, para alguns professores, o Conselho de Classe perde sua importância e sentido para a prática docente porque perdeu seu foco, objetivo. Vejamos o que dizem:

Hoje, infelizmente, da forma como ele ocorre, não contribui para a melhora e direcionamento do meu trabalho (P4, QI);

Atualmente e no atual modelo, não é um fator determinante em minhas tomadas de decisão. Consubstancia-se no mais do mesmo (P21, QI);

O modelo praticado aqui não faz muito sentido. Embora nos dois últimos bimestres tenham melhorado. Houve uma dinâmica mais positiva. Mas, para mim o grande problema é mesmo a ausência de reuniões pedagógicas, penso que se elas existissem o Conselho de Classe não fugiria de seus objetivos reais e, portanto, seria mais proveitoso (P23, QI);

Hoje, infelizmente, o Conselho de Classe não contribui para a melhora e direcionamento do meu trabalho. Participo, mas não vejo progresso nas discussões pois faltam, entre outras coisas, ações da gestão para que sejam sentidas mudanças efetivas (P42, QI).

Aqui, para encerrar as discussões dessa subcategoria, retomaremos um apontamento feito anteriormente quanto ao sentido e atuação do Conselho de Classe: a forma como ele atua na atualização didático-pedagógica do professor apresentou-se, muitas vezes, ser negligenciada pela forma como suas ações têm sido organizadas e acompanhadas.

3.2.2 O Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes

A subcategoria “O Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes” emergiu do questionamento feito para professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica sobre o sentido, a importância do Conselho de Classe para sua prática. Também, porque o Conselho de Classe, enquanto ação em si mesmo, já subtende um trabalho de avaliação coletiva e, para que ocorra, se faz necessário interação e integração de saberes dos envolvidos.

Essa afirmação encontra justificativa em Dalben (2004, p.33) quando diz que o Conselho de Classe, ainda, é “[...] um dos poucos espaços na escola que permitem a discussão pedagógica do ensino e da aprendizagem de forma situada e integrada, revelando aí, a sua importância”.

Por isso, entendemos que, ainda, que para alguns professores e profissionais, o Conselho de Classe esteja situado no hall das atividades mais burocráticas e desnecessárias da escola, continua sendo o único espaço legalmente institucionalizado na escola para se discutir, refletir e avaliar coletivamente o processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão nos traz à tona o sentido original do Conselho de Classe, onde [...] sua implementação se deu por uma necessidade sentida pela comunidade escolar e por reivindicação pedagógica dos professores, ocasionada por essas características de fragmentação e isolamento presentes na organização da escola [...] (DALBEN, 2004, p.35).

A partir dos fragmentos de textos que apresentamos a seguir, podemos perceber que o professor tem essa compreensão e veem no Conselho de Classe uma oportunidade de

rompimento da individualização das disciplinas e do ensino “em caixinhas”, onde cada professor cumpre com seus conteúdos e passa para o aluno a árdua tarefa de integrá-los. E essa compreensão pode ser justificada por Tardif (2014, p.49) quando diz:

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente na rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes [...].

É possível ver essa mesma compreensão manifestada por P32 (QI) quando diz “O Conselho de Classe ainda representa um momento democrático para viabilizar a superação das barreiras entre as disciplinas”. Vejamos como os demais professores veem este aspecto do Conselho de Classe:

No conselho de Classe, a interação com o grupo de professores é importante para partilhar não apenas problemas encontrados em sala de aula, mas também as soluções (P3, QI);

O Conselho promove a interação com o grupo de professores. É importante para partilhar não apenas problemas, mas soluções. Diferentes experiências compartilhadas em um conselho podem aprimorar os processos ou procedimentos adotados no IFRO (P4, QI);

Para mim, o Conselho de Classe é um momento ímpar de socializar o trabalho com os demais colegas no que diz respeito ao desenvolvimento dos alunos e sua aprendizagem (P8, QI);

O sentido do Conselho de Classe para meu trabalho é integração. É o momento em que percebo os demais aspectos desse trabalho, que é de todos, mas que fica individualizado, compartimentado. Ao conhecer o processo desenvolvido pelos demais colegas, posso visualizar como seria, para o aluno, esse mesmo percurso. É como se pudesse juntar os pontinhos (P13, QI);

O Conselho de Classe, para mim, é o momento oportuno para rever minhas práticas pedagógicas e para compartilhar as experiências (P10, QI);

O sentido do Conselho de Classe para meu trabalho é integração (P12, QI);

É um momento de dividir a responsabilidade com os outros colegas docentes (P13, QI);

Para mim, o sentido do Conselho de Classe está em poder expor algumas ideias e/ou dificuldades encontradas durante o ano letivo. É uma possibilidade para troca de experiências positivas com os colegas (P31, QI);

Interação dos docentes (P36, QI);

[...] é possível colocar em discussão os diversos problemas relacionados dos alunos, onde ouvindo a opinião de cada um torna-se mais fácil chegar a uma solução (P37, QI);

Na minha opinião o Conselho de Classe ajuda o professor em seu trabalho na medida em que, nele, é possível colocar em discussão os diversos problemas relacionados aos alunos, onde ouvindo a opinião de cada um torna-se mais fácil chegar a uma solução (P38, QI).

Em tempos em que o trabalho coletivo é cada vez mais escasso e instituições onde existem poucos momentos em que professores, profissionais da equipe pedagógica e demais sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, podem refletir e discutir coletivamente (DALBEN, 2004), o Conselho de Classe atua no sentido de promover essa aproximação entre os diversos saberes dos diferentes profissionais.

A partir dessa compreensão, é essencial no Conselho de Classe o elemento participação, que deve ocorrer de forma direta, efetiva e “entrelaçada” entre os diversos profissionais que participam do processo. Essa valorização da participação reforça o caráter interdisciplinar que tem o Conselho de Classe, onde o foco é a avaliação, porém, não somente do aluno, mas de todos os processos que envolvem o ensino e aprendizagem (DALBEN, 2004).

O sentido de interação e integração atribuído ao Conselho de Classe também aparece na fala de profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. O aspecto é evidenciado por TP2 (QI) quando diz que “[...] o Conselho como um órgão colegiado que reúne e une todas as informações de turma e classes e pode unificar o trabalho compartimentado dos componentes curriculares”.

Além de integrar as diversas áreas do conhecimento, o Conselho de Classe é um espaço e ação de convergência entre o trabalho de técnicos, especialistas e professores. Isso pode ser visto na fala de TP3 (QI) quando diz que, no Conselho de Classe “ [...] professores e equipe pedagógica se reúnem para discutirem questões relacionadas a aprendizagem dos alunos”, por isso, ele o considera “Como um momento de extrema necessidade na instituição”.

Dalben (2004, p.32) salienta a necessidade de integração do trabalho, como sendo um importante elemento no fortalecimento da prática educativa, a partir da reflexão e discussão coletiva. Segundo a autora:

[...] as possibilidades de participação efetiva e entrelaçada pela análise direta de questões vividas cotidianamente pelos diferentes profissionais na sala de aula e na escola, permitem que se desenvolva o processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre o fazer de toda a escola, permitindo um olhar conjunto [...].

Até aqui evidenciou-se que, para os professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, o Conselho de Classe atua tanto na interação dos profissionais quanto na integração do currículo escolar. E isso implica, diretamente, na diminuição da distância entre os profissionais, por isso vai além da integração de disciplinas e conhecimentos, promovendo discussões mais abrangentes e uma visão macro da escola. Esse aspecto em destaque contribui com superação do trabalho compartimentado, que, embora seja, legalmente, “integrado”,

permanece sendo oferecida em “caixinhas” separadas por paredes, por turmas, por áreas e por disciplinas.

Romper com essa visão compartimentada tão presente no ambiente escolar, que separa não apenas alunos de professores ou especialistas de professores, mas também, professores de professores, é superar também a individualização do saber tão presente na escola, onde, pelo medo de ter seu “universo” de dominação invadido, cada um, na sua área de domínio, se fecha e se isola, impossibilitando o trabalho coletivo e a integração de saberes (DALBEN, 1992).

Sobre esse aspecto, P33 (QI) diz que “O Conselho de Classe representa um momento democrático para viabilizar a superação das barreiras entre as disciplinas”. Por isso, nos importa fazer um destaque quanto a compreensão dos alunos. Para os alunos, o Conselho de Classe oferece a possibilidade de integração não apenas entre os professores e os diferentes saberes construídos a partir da integração das disciplinas, mas destacam a integração entre professores e alunos. Sobre isso, A6 (QI) diz que “[...] no Conselho de Classe, ao expor a opinião da turma é como se a escola ligasse ainda mais os estudantes com os professores”. Outro aluno reforça essa compreensão ao dizer que:

[...] quando o problema é exposto e de ambos os lados tem uma colaboração com o desempenho do aluno na sala de aula, ajuda muito, não só entre o aluno e professor e sim entre aluno, professor e sala (A30, QI).

Do discutido, demonstramos a importância do Conselho de Classe para os processos de interação e integração na escola. Tais ações podem ser otimizadas pelo viés da participação. A participação de todos: professores, alunos, especialistas e gestores e que, a partir desse trabalho integrado, cada ator, dentro da sua competência e em interação com os demais, poderá favorecer a atuação do Conselho de Classe na EPTNM.

3.3 O Conselho de Classe pode subsidiar as intervenções da Equipe Técnico-Pedagógica na formação de professores

Para se chegar a essa categoria de análise, utilizamos os registros feitos nos encontros do Grupo Colaborativo. Deles foi possível perceber a importância que os professores colaboradores atribuem ao acompanhamento e a presença dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica no Conselho de Classe. Nos dados analisados, evidenciou-se que o Conselho de Classe pode ser um instrumento de apoio a partir do qual os profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica conseguem coletar informações sobre as necessidades formativas dos professores, sendo possível planejar e implementar ações interventivas a partir delas.

Dessa categoria de análise, emergiram duas subcategorias: 3.3.1 O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor; e 3.3.2 O Conselho de Classe é um meio para se promover a formação de professores a partir do Grupo colaborativo.

Nas descrições a seguir, as falas dos professores são oriundas de duas fontes: a) de questionário de avaliação das atividades do grupo (QII); b) dos áudios de gravação realizados durante os encontros do Grupo Colaborativo. Por isso, utilizaremos o código (AGE) para fazermos referência ao instrumento de coleta de dados utilizado. Para identificar os professores colaboradores utilizamos os nomes fictícios Ana, Bil, Eva, Lia, Liz e Tim. Nesse sentido, quando fizemos a descrição Liz (QII), estamos fazendo referência resposta dado por Liz ao Questionário II; quando fizemos a descrição Liz (AGE1), estamos fazendo referência à fala da colaboradora Liz no primeiro encontro do Grupo Colaborativo, e assim sucessivamente.

3.3.1 O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor

A subcategoria “O Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor” surge durante as discussões e reflexões realizadas no Grupo Colaborativo, onde os colaboradores apontaram o Conselho de Classe como uma oportunidade de atuação dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica na formação de professores. Nesse sentido, vai ao encontro de Cruz (2015) quando diz que o Conselho de Classe possibilita a toda a equipe maior conhecimento de sua dinâmica e sua atuação enquanto grupo.

Sob essa perspectiva do Conselho de Classe, como espaço de diagnóstico, o autor enfatiza que o Conselho de Classe deve ser visto como uma oportunidade para se perceber as dificuldades dos professores, confrontá-las e juntos, buscar meios para solucioná-las. De acordo com Cruz (2015, p.18, grifo nosso) “[...] a coordenação deve ter claro que, também aqui, a avaliação (**diagnóstica**) não é para classificar o professor e sim para ajudá-lo a desempenhar melhor o seu trabalho”.

Em tese, essa avaliação deve servir como base para que ações formativas sejam realizadas. Hoffman (2001) acrescenta dizendo que à medida que a avaliação no Conselho de Classe assume o compromisso com as ações futuras, deixa de ser explicativo ou comprobatório e transforma-se em ponto de partida para a ação pedagógica. Sobre isso, Liz (AGE2) diz:

No mundo ideal, o Conselho de Classe deveria servir para dar as indicações para a equipe pedagógica, tanto com relação a orientação dos alunos quanto para a equipe de supervisão no que diz respeito a auxiliar o professor porque por exemplo, o professor está com um problema com a turma, não está

conseguindo desenvolver com eles, aí vem o suporte pedagógico “professor, o que podemos fazer? Vamos tentar isso? Vamos tentar aquilo?”, mas isso requer acompanhamento. Acompanhamento dar respaldo porque gera processo.

De acordo com Liz, o Conselho de Classe é um espaço de diagnóstico das necessidades formativas do professor, para isso, destaca que se faz necessário um efetivo acompanhamento por parte da Equipe Técnico-Pedagógica, especificamente, da supervisão pedagógica. E para que isso se aproxime da realidade pretendida, é importante superar a distância entre professores e demais profissionais. Sobre esse desafio, Dalben (1992, p.75) diz que:

[...] a relação de professores com professores, entre professores e especialistas, de especialistas com especialistas, entre professores e diretores, de especialistas com diretores tem ficado restrita a busca de um lugar na organização, baseando-se todos em processos normativos, por meio da definição burocrática de papéis para a sua atuação [...] ou mesmo por meio de uma infinidade de aspectos que correspondem mais a concepção de um coletivo fragmentado do que a concepção de um coletivo com a interação de forças que convergem para um ponto central de reflexão sobre a razão de ser da instituição.

A aproximação e articulação entre os profissionais, sejam eles gestores, professores e especialistas (profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica) constitui, portanto, um aspecto relevante no Conselho de Classe como espaço de diagnóstico e atuação na formação de professores. Sobre essa integração os professores dizem:

Eu vejo que nós vamos chegando a um ponto onde o que mais se necessita é de articulação dos setores. Por exemplo, o aluno tem uma dificuldade, aí o professor fala lá no Conselho, temos uma problemática e então entra as diversas ações, envolvendo psicólogo, assistente social, orientador, superviso, a família, o professor, o próprio aluno. Vejo que se não tiver uma articulação com essas partes, não tem jeito, não resolve (TIM, AGE1);

O que eu tenho visto, a partir das discussões, é que nós continuamos fazendo um trabalho cartesiano. Continuamos separados por caixinhas. O que é departamento de ensino, é ensino. Departamento de extensão, é extensão. Pesquisa é só pesquisa. Não existe integração. E aí você imagine, o aluno ele tem que ficar juntando todas essas caixinhas. Por exemplo, o DAPE não trabalha de forma integrada com a CAED. O que, de repente, se trabalhassem integrados, teríamos mais resultados. Então a gente sofre, assim como os alunos, com o trabalho cartesiano da instituição (LIZ, AGE3).

De um modo geral, nós já aprendemos a trabalhar sobre remendo. Só apagando fogo. Só tomamos uma atitude quando precisamos resolver algo, sempre fazendo remendo. Antes de ter uma discussão com quem faz a coisa acontecer, fazem as coisas e depois remendam. Não tem discussão, construção junto (LIA, AGE3).

Para Tim, o processo de diagnóstico presente no Conselho de Classe, exige a articulação entre os diferentes setores e profissionais, inclusive, a necessidade de articulação

das ações com o aluno e com a família dele. De acordo com o professor, esse trabalho integrado pode promover a aproximação e o acompanhamento de forma articulada e objetiva. O que justifica a fala de Liz (AGE2) quando nos diz:

Para mim, o que deveria acontecer: a equipe técnico-Pedagógica acompanhando mais de perto, mas acompanhamento mesmo porque se não tiver isso o lugar ocupado pelo professor no Conselho de Classe será de um iludido. Porque o professor fala no primeiro conselho, não se faz nada. Fala no segundo a mesma coisa, acreditando que dessa vez resolve, nada acontece novamente. Fala no terceiro e ninguém faz nada. Aí chega o quarto conselho, não tem como mais intervir.

A fala dos colaboradores vai ao encontro do que diz Cruz (2015) quando afirma que a fala do professor sobre o seu trabalho e sobre a avaliação que faz do aluno nas discussões do Conselho de Classe deve servir como base para a intervenção técnico-pedagógica da equipe. O que o professor fala ou deixa de falar o Conselho de Classe deve servir como alerta, meio, portanto, são indicadores genuínos das dificuldades que estão enfrentado em sala de aula. Essa compreensão pode ser percebida na fala de Liz (AGE2), quando diz:

[...] muitas vezes você vê no relato do profissional, você vê que alí está faltando da parte dele uma maturidade profissional, uma maturidade emocional. [...] A própria supervisora educacional, porque ela pode olhar para aquela fala do professor e verificar que aquele professor, ele está pedindo ajuda, mesmo que ele não perceba. Então, na fala do professor quando ele diz “a aquele aluno não gosta de mim, eu não gosto dele, não tem como a gente trabalhar bem junto”. Você tem que perceber que, de certa forma, ele está pedindo socorro, então, quem pode dar esse socorro? A equipe de apoio.

Ao abrir espaço para a fala do professor, atentando-se aos detalhes trazidos tanto implícito como explicitamente, a Equipe Técnico-Pedagógica pode atuar, intervindo pedagogicamente nas necessidades apresentadas por ele, porém esse processo de acompanhamento deve ser vivenciado durante o ano inteiro, bimestre após bimestre, evitando com isso a situação apresentada a seguir por Liz (AGE2):

Aí assim, tudo o que você fala durante o ano, ninguém te escuta. [...] não vem alguém assim ‘professora, vamos agir assim’; ‘professora, vamos fazer esse momento aqui, eu você, ela, pai, mãe, o periquito, o papagaio e o cachorro’, ‘vamos tentar resolver?’ Ninguém. Só que daí, chega o final do ano, ele não atingiu nada e você, dentro das suas limitações humanas, acredita que fez o que podia. Porque a gente também tem limitações, dentro da nossa formação humana. Chega, o final não deu, aí a blindagem diz ‘tem que dar’.

O acompanhamento, portanto, é visto como o ponto crucial na compreensão do Conselho de Classe como espaço de diagnóstico e intervenção nas necessidades formativas de professores. Sobre a importância do acompanhamento, Lia (AGE3) diz:

Acompanhamento dá respaldo porque gera processo. Tanto por um lado como por um outro, porque, por exemplo, o aluno está com problemas, está sendo acompanhado desde o início do ano, ele procurou a equipe pedagógica. Aí a equipe procura o professor e conversa “professor, o aluno está se sentindo perseguido, na primeira etapa, o que está acontecendo?”. Aí vamos verificar o que está acontecendo e aí você tem a possibilidade de levá-lo a enxergar que ele não está sendo perseguido, que ele tem que estudar.

Quando a Equipe Técnico-Pedagógica acompanha os processos do/no Conselho de Classe, ela é capaz de compreender que, muitas vezes, o silêncio ou a fala do professor é, na verdade, um pedido de suporte, apoio e direcionamento. Vejamos o que Liz (AGE2) diz sobre isso:

Quando se escuta você falando, vê que, na verdade, você está pedindo socorro porque na sua fala você expõe tanto o que você está fazendo quanto as suas fragilidades. Aí, esse profissional que entende de ensino, ele vem com a intervenção “Professora, depois que você falou aquilo no Conselho, eu pensei, que a gente poderia tentar uma estratégia assim, o que é que você acha? Aí você vai, utilizou e, de repente ainda não deu certo, aí o profissional “Então vamos mudar, vamos fazer assim?”

Outro aspecto é destacado por Ana (QII) quando diz que, durante o Conselho de Classe, a partir do outro e das intervenções feitas pelos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, o professor olha para sua prática e para os aspectos que a constituem. De acordo com Ana (QII):

Ao participar do processo do Conselho de Classe, o professor percebe detalhes que poderiam ter sido diferentes em suas aulas, que poderia ter lidado com determinado aluno de forma diferente, que poderia ter avaliado diferente. Penso que o conselho de classe para o professor serve como um processo de auto-avaliação e nas discussões com os colegas contribui para que busque mais conhecimentos e para que troque experiências e isso, faz toda diferença no seu processo de formação.

Os profissionais a Equipe Técnico-Pedagógica podem se utilizar do Conselho de Classe para fazer suas observações, inferências e para garantir que as dificuldades apresentadas pelos professores sejam trabalhadas posteriormente, a partir do suporte e acompanhamento profissional. De acordo com Eva (QII), no Conselho de Classe, quando o professor socializa suas ideias e experiências, além de superação, ele traz também suas carências formativas, podendo ser diagnosticadas e sanadas com o apoio da Equipe Técnico-pedagógica da instituição, ou seja,

Por meio da socialização de ideias e experiências é possível elaborar e discutir encaminhamentos necessários para maximizar a forma de atuar na sala de aula enfrentando os problemas diagnosticados, bem como direcionar as ações para sanar esses problemas e outros que por ventura surjam ao longo do processo (QII).

A mesma compreensão nos traz Lia (QII), ao dizer que:

O Conselho de Classe bem executado e organizado é uma ferramenta poderosa de acompanhamento do aluno e um termômetro das ações dos professores, assim como um elo norteador para os demais atores envolvidos, no nosso caso, CAED, DAPE E DE, assegurando um ensino de excelência de maneira humana e justa.

Tim (QII) também compreende que a partir do Conselho de Classe é possível a promoção de ações formativas, afirmando que “O conselho de Classe é um espaço de discussão no ambiente escolar que serve para nortear as ações pedagógicas. Ele é uma ferramenta fundamental para sabermos o que estamos fazendo e para onde queremos ir”.

Entendamos que esse “nortear as ações formativas” está diretamente relacionado a função diagnóstica do Conselho de Classe, ou seja, um espaço norteador de ações posteriores tanto com relação ao aluno quanto com relação ao professor em seu processo formativo. O que também pode ser visto em Hoffmann (2001, p.27, grifo nosso) quando diz:

[...] minha crítica dirige-se ao significado desses momentos (Conselho de Classe) no sentido de atender ao princípio de uma ação voltada ao futuro. Insisto, novamente, no privilégio ao passado, ao caráter constatativo e de proferição de sentenças parciais ou finais nesses momentos, em detrimento ao seu caráter necessariamente interativo, reflexivo e deliberador quanto ao futuro [...].

Eva (QII) diz que o Conselho de Classe, a partir das discussões e reflexões nele realizadas pode “[...] fornecer a bagagem para corrigir erros e desenvolver métodos que se enquadre nas necessidades de cada turma”. Nesse sentido, a autora citada anteriormente, acrescenta dizendo os encontros no Conselho de Classe:

Só têm significado se forem construídos com o propósito de aprofundar a análise epistemológica e didática do processo de aprendizagem dos alunos, de deliberar ações conjuntas que contribuam com o aprimoramento das ações futuras do corpo docente, dos alunos e de toda a escola (HOFFMANN, 2001, p.28).

A partir disso, Liz (QII) conclui dizendo que o Conselho de Classe enquanto espaço de diagnóstico deve ser orientado pelo seguinte processo “Diagnóstico; Planejamento das ações; Retorno, avaliação após a ação; Novas demandas; Novo diagnóstico”.

Do exposto, concordamos com Hoffmann (2001, p.28) quando defende um Conselho de Classe onde os processos e a avaliação têm “[...] um compromisso de futuro, o olhar para trás deixa de ser explicativo ou comprobatório e transforma-se em ponto de partida para a ação pedagógica”. Isso reforça a concepção e importância do Conselho de Classe como espaço de diagnóstico das necessidades formativas não apenas dos alunos, mas também de professores.

3.3.2 O Conselho de Classe é um meio para se promover a formação de professores a partir do Grupo colaborativo

A subcategoria “O Conselho de Classe é um meio de se promover a formação de professores a partir do Grupo Colaborativo” surge, da compreensão de que é importante promover espaços para reflexão, discussão e escuta do professor sobre assuntos que interferem diretamente na sua atuação docente. Por isso, o trabalho com o Grupo Colaborativo surge como uma possibilidade de formação de professores dentro da própria instituição de ensino, partindo de situações-dilemas relacionadas à docência e utilizando como meio, um assunto que muito os incomoda, o Conselho de Classe.

Pesquisas envolvendo o trabalho com grupos de professores não são recentes e nem raras no meio acadêmico. Muitas, partem da compreensão de que, quando se pensa em formação de professores, é importante criar espaços de discussão para que as experiências e a fala do professor possam ser ouvidas e as principais dificuldades discutidas a fim de se chegar a proposições e resoluções possíveis.

Sobre a importância da criação desse “lugar” de reflexão com os professores, o que nomeamos de Grupo Colaborativo, tomamos como referência o que diz Tardif (2014) quando afirma ser importante reduzir o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino e sobre professores, promovendo àquelas pensadas “[...] para o ensino e com professores”, pois “[...] se a pesquisa universitária vê nos professores sujeitos do conhecimento, ela deve levar em consideração seus interesses, seus pontos de vistas, suas necessidades e suas linguagens, e assumir isso através de discursos e práticas acessíveis, úteis e significativas para os práticos” (p. 239).

Outro trabalho que tomamos como referência foi o desenvolvido por Acker (2016) com um grupo de professores. A autora defende que o trabalho com os professores promove a reflexão sobre a ação docente e “[...] a reflexão sobre a ação constitui o lastro de uma nova profissionalidade mais adequada a responder aos problemas enfrentados pelos docentes” (p.39).

Por isso essa subcategoria evidencia como, tendo o Conselho de Classe como tema de discussão no Grupo Colaborativo, é possível promover a formação de docentes participantes. Disso, apresenta a percepção dos professores colaboradores do Grupo no qual o Conselho de Classe foi o tema tratado. A seguir detalharemos, na visão de alguns colaboradores, como os encontros e o tema tratado no Grupo Colaborativo contribuíram com sua formação:

Todos os encontros que participei foram muito produtivos e a discussão com os colegas foi essencial para pensar minha atuação. E a vontade de todos falarem e contribuir, pode sugerir mais encontros para a discussão do assunto ou encontros com um tempo maior de duração (LIZ, QII).

Os assuntos discutidos foram relevantes para minha formação, pois para quem nunca havia parado para refletir sobre o processo do Conselho de Classe. (ANA, QII).

Venho de uma formação técnica, e sempre tive desconfiança no conselho de classe, achava que era apenas para aprovar alunos, porém, desde o primeiro encontro do grupo colaborativo, desconfiei que estivesse enganado sobre o que realmente é um conselho de classe, ao ouvi os problemas dos colegas, começou a clarear sobre a importância do conselho de classe. Acho que aprendi a importância do conselho de classe, e recomendaria que esse trabalho fosse realizado com todos os professores bacharéis, mas que fosse realizado em pequenos grupos, assim como foi feito esse. (BIL, QII).

Fico muito grata pela oportunidade de ter participado destes encontros, pois foram primordiais para minha formação enquanto professora, não apenas em relação ao conselho de classe, mas me permitiu refletir sobre a minha prática pedagógica, por meio das discussões do grupo. (EVA, QII).

As falas dos professores mostram que o trabalho desenvolvido no Grupo Colaborativo os levou à reflexão não apenas sobre o tema central, o Conselho de Classe, mas também sobre a prática docente como um todo, evidenciando o potencial que tem o Grupo Colaborativo no desenvolvimento de ações formativas docentes, especialmente, como nos trouxe Bil, para aqueles docentes que não tiveram formação pedagógica (bacharéis, tecnólogos e engenheiros).

Tim (QII) destaca a importância e a valorização dadas pelo Grupos Colaborativo às experiências profissionais dos professores ao longo da sua carreira, sobre isso, ele diz:

O Grupo Colaborativo foi um momento importante para o meu crescimento profissional, não só pela pauta das reuniões, mas, principalmente, por sermos participantes com experiências diferentes, o que enriqueceu os debates e discussões. Ao entrar em contato com diferentes percepções a respeito do Conselho de Classe e da prática pedagógica, pude verificar a necessidade de melhorar o planejamento, organização e a execução das minhas próprias ações pedagógicas.

Esse olhar também é compartilhado pelas professoras colaboradoras Eva e Lia (QII) quando nos apresentam suas percepções sobre os encontros do Grupo Colaborativo e como a discussão do tema Conselho de Classe influenciou na formação:

Por meio dos encontros foi possível ver o conselho de classe sob outra perspectiva, como momento de reflexão sobre o desempenho dos alunos (turma), bem como ampliar o olhar sob a minha própria prática, aprendendo com as experiências dos colegas a tomar atitudes que poderão proporcionar melhorias no ensino (EVA, QII).

O Grupo Colaborativo possibilitou realizar, pela primeira vez, em nove anos, um verdadeiro Conselho de Classe. O Conselho de Classe deve ser balizado de ações, principalmente, institucional que norteará as ações dos discentes e demais atores envolvidos. (LIA, QII).

Além de ser um espaço aberto à discussão e reflexão da atuação de docentes, o que está diretamente relacionado a sua formação, o trabalho com Grupo Colaborativo contribui com a desconstrução e reconstrução de concepções pedagógicas ultrapassadas e, muitas vezes, fragmentadas. Isso pode ser visto na fala de Eva (QII):

Todos os conteúdos e assuntos foram de extrema importância para desconstrução de algumas ideias que estavam cristalizadas, devido experiências malsucedidas no passado, e proporcionou uma reconstrução de ideias e pensamentos promovidos pelas discussões realizadas pelo grupo de forma que abriu para mim um leque de novas informações e perspectivas a respeito do conselho de classe.

Justificando a percepção da professora colaboradora Eva, sobre o leque de possibilidades que as discussões em grupo e a reflexão sobre a prática oferece, Dalben (2004, p.75) diz que nesse “[...] contato com a situação prática, o professor tem chances de adquirir e construir novas teorias, novos esquemas e novos conceitos, assim como vivenciar seu próprio processo de aprendizagem”.

Para Liz (QII), um dos aspectos mais importantes do Grupo Colaborativo é a possibilidade de discussão coletiva, de escuta e troca de experiência o que leva ao crescimento como pessoal e como profissional. Sobre esse olhar, menciona:

Essa foi minha primeira experiência com Grupo Colaborativo. Gostei muito dos encontros, das discussões propostas e da temática. Poder ouvir e ser ouvido, perceber nos outros suas angústias e buscas por soluções, agrega muito em mim além de força, formas de ir ao encontro de soluções para as dificuldades encontradas no cotidiano. O Grupo trouxe crescimento pessoal e profissional nesse sentido.

Nesse fragmento de texto, Liz (QII) faz um importante apontamento sobre a importância do Grupo Colaborativo como possibilidade de formação docente. Isso porque, além de proporcionar o trabalho de integração entre os profissionais, envolve a discussão de assuntos que estão diretamente relacionados a ação docente e, portanto, implicam, em maior ou menor grau, na formação destes.

Ao analisarmos as falas dos professores, compreendemos a importância que teve o Conselho de Classe no trabalho realizado no e pelo Grupo Colaborativo. No grupo, foi possível olharmos para o Conselho de Classe sob outro ângulo e em profundidade, (re)conhecer suas potencialidades e compreender como é possível a sua atuação na EPTNM em uma visão formativa. A partir disso, foi possível (re)pensarmos nossas concepções sobre o Conselho de Classe, também (re)construímos concepções sobre ele, sobre os processos avaliativos e formativos que os envolvem. Esse processo, além de resultar em novos conhecimentos sobre o tema, oportunizou a formação dos colaboradores, tanto da pesquisadora como dos professores.

A seguir apresentamos a avaliação da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, produto educacional desta pesquisa, que é apresentado como apêndice da dissertação.

4 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONSELHO DE CLASSE FORMATIVO NA EPTNM

*A razão falha, mas a própria razão,
sabendo pensar, pode redimir-se.*

(Demo).

Neste capítulo, apresentamos a avaliação da “Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM” (Apêndice F), que é o produto educacional desta pesquisa, uma exigência para os mestrados profissionais.

A proposta tem como base a valorização da participação, a promoção da reflexão, da autoavaliação e avaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e nasceu do trabalho colaborativo com e no grupo de professores participantes da pesquisa, conforme descrição feita no capítulo II desta pesquisa. Nesse grupo colaborativo, pudemos elaborar, implementar e avaliar ações em que o Conselho de Classe foi tema central e tais ações culminaram com a elaboração do Produto Educacional da pesquisa.

Uma vez elaborado, o Produto Educacional que tem por finalidade colaborar com a (re)configuração do Conselho de Classe no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), tendo como base a participação, a reflexão e avaliação/autoavaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, e foi submetido a avaliação de onze (11) avaliadores para emitirem seus pareceres sobre a viabilidade da proposta, tendo em vista seu objetivos.

Dos onze avaliadores convidados²², dez (10) realizaram a avaliação, sendo três (3) profissionais de Equipes Técnico-Pedagógicas que atuam na EPTNM, seis (6) são professores da EPT e participaram das atividades do grupo colaborativo que se formou durante a pesquisa (de AV1 a AV6), e um (1) profissional convidado, com experiência nas áreas de avaliação e planejamento. A seguir, (Quadro 11), apresentamos uma breve caracterização dos avaliadores.

²² Como critério de seleção dos avaliadores, optamos por profissionais que estivesse, de alguma forma, envolvidos com as ações do Conselho de Classe, seja atuando diretamente nele ou o pesquisando. Dos onze (11) avaliadores, cinco foram contatados via e-mail. Na ocasião, receberam a Proposta e o Questionário de avaliação em formato digital, juntamente com a solicitação de reenvio da avaliação no prazo médio de vinte (20) dias. Para os demais avaliadores, seis (6), a Proposta bem como o Questionário de avaliação, foram entregues impressos e em mãos. Dos onze (11) avaliadores contatados, apenas um (1) deles, por motivos que não conhecemos, não reenviou sua avaliação.

Quadro 11- Caracterização dos avaliadores da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM

Código de Identificação	Formação	Experiência com o Conselho de Classe
AV 1 a AV6 ²³	—————	—————
AV7	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2003) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (2014). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão, formação de professores, sala de recursos multifuncionais, educação e estratégias de ensino.	Atua na educação há 15 anos. Desde o início da carreira sempre participou de conselhos de classe, em diferentes funções. Na educação profissional, atuou dois anos na função de supervisora pedagógica em cursos subsequentes, e três anos na função de orientação educacional em cursos técnicos integrados ao ensino médio.
AV8	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2007). Pós-graduação Lato Sensu Em Visão Interdisciplinar (Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar). Pós-graduação Lato Sensu em Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior. Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR.	As principais experiências iniciaram-se quando começou a trabalhar no IFRO em 2013, quando percebeu que havia uma problemática de como era realizado o processo do Conselho de Classe, em que docentes não viam produtividade e significado nesse espaço. Foi quando começou a pesquisar essa temática com leituras e conversas com a equipe pedagógica, coordenadores e professores. A partir dessa problemática desenvolveu a pesquisa do mestrado com a temática Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas.
AV9	Possui graduação em Pedagogia (2002) e Letras (2014) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialista em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa e Educação Matemática nas séries iniciais do Ensino fundamental. Mestre em Educação Escolar (2016) também pela UNIR.	Suas principais experiências com o Conselho de Classe foram como professor da Rede Estadual de Rondônia, no período entre 2004 e 2013 e como Técnico em Assuntos Educacionais, desde 2013, acompanho o Conselho de Classe em um Campus do IFRO, coordenando entre 2016 e 2018 a equipe do Departamento de Apoio ao Ensino do referido campus.
AV10	Possui graduação em Pedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1998).	Autor de obras que tratam do tema Conselho de Classe. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional. Atua, principalmente, nos temas de Didática, currículo, disciplinarização epistemologia e Tema Gerador.

Fonte: Elaboração a partir do Questionário de avaliação do produto (Apêndice E), 2019.

²³ Os avaliadores (AV1 a AV6) são os mesmo que participaram do Grupo Colaborativo e já foram apresentados no cap. 2, quadro 6.

Para avaliar a Proposta, os avaliadores receberam o Questionário de Avaliação da Proposta (APÊNDICE E). Neste, os itens de avaliação foram organizados em três partes, dispostas da seguinte forma: Parte I - Avaliação Específica, organizada em vinte e quatro itens que compõem a proposta; Parte II- Avaliação Geral, composta por seis itens específicos para uma avaliação qualitativa da proposta; e Parte III- Parecer Final, composta por item para um Parecer Final da Proposta, recomendando sua aprovação ou reprovação, conforme apresentamos no quadro a seguir (Quadro 12).

Quadro 12 – Organização do Questionário de Avaliação da Proposta

Parte avaliada	Orientação	Itens avaliadas
<p>Parte-I Avaliação Específica</p>	<p>Propõe que cada item apresentado seja avaliado de forma discursiva. Para isso, orienta-se que sejam utilizados como parâmetros os termos Ótimo, Bom, Regular ou Insuficiente, seguido de apresentação de justificativa do avaliador</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da Proposta; 2. Objetivo Geral; 3. Estrutura da Proposta; 4. Parte I- Definição e organização do Grupo Colaborativo; 5. Parte II- Sobre a Proposta do Conselho de Classe formativo; 6. Estrutura do Conselho de Classe Formativo; 7. Etapa 1- Autoavaliação dos Participantes Como é a autoavaliação no conselho de classe formativo? 8. Autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica; 9. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com discentes; 10. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com docentes; 11. Autoavaliação de Professores; 12. Ficha de autoavaliação de professores; 13. Autoavaliação de Alunos e/ou Turma; 14. Ficha de autoavaliação de Aluno e/ou Turma; 15. Etapa 2- avaliação diagnóstica individual; 16. Avaliação Diagnóstica Individual do Professor; 17. Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor; 18. Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma; 19. Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma; 20. Etapa 3 -Avaliação Diagnóstica coletiva; 21. Como fazer o registro de um Conselho de Classe Formativo? 22. Ficha Modelo de Ata para o Conselho de Classe Formativo; 23. Etapa 4- Planejamento Coletivo e Acompanhamento das ações do Conselho de Classe formativo;

		24. Ficha de Acompanhamento dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.
Parte-II Avaliação Geral	Propõe que cada item apresentado seja avaliado de forma objetiva, tendo como parâmetro os termos Sim , Não ou Em parte .	1. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui clareza em sua exposição? 2. A Proposta para Conselho de Classe Formativo está bem estruturada? 3. Os objetivos apresentados são claros? 4. Esta Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui caráter pedagógico? 5. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM deixa claro qual é a sua relevância? 6. A Proposta para Conselho de Classe Formativo é exequível no contexto escolar da EPTNM?
Parte-III Parecer Final	Propõe que o avaliador apresente uma síntese com o seu parecer final, aprovando ou reprovando e descrevendo sobre os pontos que precisam ser revistos, bem como fazendo sugestões sobre a Proposta analisada.	1. Apresente um Parecer Final sobre a Proposta, recomendando sua aprovação ou reprovação, explanando sobre suas impressões e sugestões em relação à Proposta para Conselho de Classe Formativo.

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de Avaliação da Proposta, 2019.

O principal objetivo da avaliação da Proposta foi verificar, sob o ponto de vista de profissionais envolvidos diretamente com o Conselho de Classe, seja pesquisando-o ou vivenciando-o, as possibilidades de utilização do Conselho de Classe Formativo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

A seguir apresentamos a Avaliação da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, organizada em três partes, conforme Questionário de Avaliação, quais sejam: 4.1 Parte I: Avaliação específica; 4.2 Parte II: Avaliação Geral e 4.3 Parte III: Parecer Final.

4.1 Parte I: Avaliação Específica

Na Parte I, Avaliação Específica, propomos aos avaliadores a análise discursiva dos itens específicos da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, por isso, orientamos que utilizassem como parâmetro os termos **Ótimo**, **Bom**, **Regular** ou **Insuficiente** e que tecessem uma justificativa sobre cada item, se julgassem necessário.

Nesta parte foram apresentados vinte e quatro (24) itens: Apresentação da Proposta, Objetivo Geral, Estrutura da Proposta, Parte I: Definição e organização do Grupo Colaborativo, Parte II: Sobre a Proposta do Conselho de Classe Formativo, Estrutura do Conselho de Classe

Formativo e as quatro (4) Etapas do Conselho de Classe Formativo e, em média, três fichas para cada etapa. A seguir apresentamos a avaliação de cada um dos vinte e quatro itens.

Os itens avaliados foram organizados em um quadro, posteriormente tecemos os comentários e fizemos as considerações de acordo com as sugestões e/ou justificativas apresentadas por cada avaliador. A seguir (Quadro 13) a avaliação da Parte I-Avaliação Específica.

Quadro 13- Avaliação da Parte I da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM

Item Avaliado	Avaliação e justificativa						
	AV1	AV2	AV3 a AV6 ²⁴	AV7	AV8	AV9	AV10 ²⁵
1. Apresentação da Proposta	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
2. Objetivo Geral	Regular	Ótimo	Bom	-	Ótimo	Bom	
3. Estrutura da Proposta	Regular	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
4. Parte I- Definição e organização do Grupo Colaborativo	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
5. Parte II- Sobre a proposta do Conselho de Classe formativo	Ótimo	Ótimo	Bom	Regular	Ótimo	Ótimo	
6. Estrutura do Conselho de Classe Formativo	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
7. Etapa 1- Autoavaliação dos Participantes Como é a autoavaliação no conselho de classe formativo?	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
8. Autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
9. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com discentes	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
10. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com docentes	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
11. Autoavaliação de Professores	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
12. Ficha de autoavaliação de professores	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
13. Autoavaliação de Alunos e/ou Turma	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
14. Ficha de autoavaliação de Aluno e/ou Turma	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	

²⁴ Os avaliadores AV3, AV4, AV5 e AV6 optaram por se reunir e, em grupo, avaliar a Proposta. Neste caso, apresentaram as avaliações e as devidas considerações em um único questionário, por isso aparecerão no decorrer dos textos da seguinte forma AV3 a AV6.

²⁵ O avaliador AV10 optou por não seguir a estrutura de avaliação proposta no questionário, tendo tecido suas considerações em um único texto. Assim sendo, suas avaliações serão apresentadas apenas no corpo do texto e não nos quadros.

15. Etapa 2- avaliação diagnóstica individual	Ótimo	Ótimo	Boa	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
16. Avaliação Diagnóstica Individual do Professor	Ótimo	Ótimo	Boa	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
17. Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
18. Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
19. Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma	Ótimo	Ótimo	Bom	Regular	Ótimo	Ótimo	
20. Etapa 3 -Avaliação Diagnóstica coletiva	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
21. Como fazer o registro de um Conselho de Classe Formativo?	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
22. Ficha Modelo de Ata para o Conselho de Classe Formativo	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
23. Etapa 4- Planejamento Coletivo e Acompanhamento das ações do Conselho de Classe formativo.	Ótimo	Ótimo	Bom	Ótimo	Ótimo	Ótimo	
24. Ficha de Acompanhamento dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.	Ótimo	Ótimo	Bom	Regular	Ótimo	Ótimo	

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Com relação aos itens analisados na Parte I da avaliação, AV1 classificou a maioria como “Ótimo”, exceto o Objetivo Geral e Estrutura da Proposta. De acordo com AV1, esses itens não foram apresentados de forma clara. Para atender as observações do avaliador, realizamos ajustes e reescrevemos os itens citados, conforme apresentamos a seguir (Quadro 14).

Quadro 14- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV1

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
A Proposta elaborada tem por finalidade colaborar com o planejamento e realização do Conselho de Classe formativo, no sentido da formação do aluno e para a formação do professor, por meio do processo de reflexão e autoavaliação da prática docente. Ainda, contribuir com a (re)configuração do Conselho de Classe no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo como base a participação, reflexão e avaliação/autoavaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.	A Proposta tem por finalidade colaborar com a (re)configuração do Conselho de Classe no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo como base valorização da participação, reflexão, avaliação e autoavaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica, como sendo processos importantes à formação dos envolvidos. Está organizada em duas partes: a primeira apresenta o trabalho com o Grupo Colaborativo como possibilidade para a formação de docentes na EPTNM, tendo o Conselho de Classe como meio

	conductor; a segunda parte apresenta uma proposta que poderá contribuir com a estruturação do Conselho de Classe, a partir de um olhar formativo.
--	---

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

AV2, ao avaliar a Parte I da Proposta, classificou todos os itens como “ótimo” e não fez nenhuma sugestão. Neste caso, seguimos para a análise da avaliação realizada pelos avaliadores de AV3 a AV6. Para esses avaliadores, todos os itens da Parte I da Proposta, foram considerados como “Bom”.

No item sete (7) que versa sobre a Primeira Etapa do Conselho de Classe Formativo, que versa sobre a autoavaliação dos participantes, os avaliadores fizeram a seguinte observação “Para a realização do Conselho de Classe Formativo na EPTNM e a mediação de suas etapas, sugerimos a criação de uma equipe de trabalho permanente, no mínimo por dois anos” (AV3 a AV6). Considerando a relevância da observação, acolhemos a sugestão e acrescentamos à Proposta, conforme apresentamos a seguir (Quadro 15).

Quadro 15- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
A Proposta para o Conselho de Classe Formativo tem início com a Autoavaliação dos participantes (professores, profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica e alunos). Para essa Etapa do Conselho de Classe Formativo, é importante a utilização de um instrumento que possa instigar o processo auto avaliativo, uma vez que a autoavaliação, ainda, é vista com certo receio por qualquer indivíduo.	A Proposta para o Conselho de Classe Formativo tem início com a definição da equipe e/ou profissional responsável pelo processo de mediação do grupo. A depender da estrutura e organograma institucional, esse trabalho pode ser realizado pelos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (supervisores e orientadores) ou mesmo por um professor ou outro profissional que, manifestadamente, tenha interesse em organizar esse trabalho. Outra possibilidade é a formação de uma equipe multiprofissional permanente. Neste caso, a equipe de profissionais, pedagogos supervisores, orientadores, psicólogos, assistentes sociais e professores, seriam convidados e comporiam a equipe responsável pela coordenação das etapas do Conselho de Classe Formativo na EPTNM.

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Acreditamos que a formação de uma equipe multiprofissional responsável pela execução das etapas do Conselho de Classe Formativo pode favorecer, objetivamente, a ações da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, por isso, a sugestão foi aceita e incluída.

O próximo item no qual os avaliadores de AV3a AV6 fizeram apontamentos significativos foi o item nove (9), que trata da Ficha de autoavaliação de profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica que trabalham com os discentes. Neste item, os avaliadores fizeram a

seguinte sugestão “[...] sugere-se que seja acrescentado um item que contemple a necessidade de devolutiva sobre as ações e intervenções realizadas pela equipe de profissionais no e do Conselho de Classe para os alunos”. A partir da sugestão dos avaliadores, o item foi acrescentado e o texto reescrito, ficando com a seguinte redação (Quadro 16).

Quadro 16- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
O item não constava na ficha.	4. Dou uma devolutiva para os alunos (a partir do representante de sala) no Conselho de Classe seguinte sobre as ações e intervenções feitas nos casos encaminhados pelo Conselho. Se SIM, como? Se NÃO, por quê? Se ÀS VEZES, por quê? Se AINDA NÃO, por quê? () sim () não () às vezes () ainda não _____ _____

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Quanto ao item dez (10), que trata da Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com docentes, os avaliadores fizeram a seguinte consideração “Sugere-se que acrescente em todas os itens da ficha, a opção “se às vezes e Por quê?”. É importante ressaltar que ao propor uma autoavaliação a partir de tais questionamentos, o objetivo maior é que todos os envolvidos no processo educativo escolar e com o Conselho de Classe possam participar de todas as ações e, como nos traz Dlaben (2004), que todos sejam:

[...] chamados a pensar, avaliar e agir coletivamente, diante das necessidades apontadas pelas relações educativas, percorrendo um caminho que se construa com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto. Nesse trajeto, a equipe de profissionais vai traçando os objetivos que nortearão a construção das ações cotidianas, encontrando sua forma original de trabalho (p.56).

Feita essa consideração e acreditando que a sugestão poderia promover maior reflexão e enriquecer, ainda mais, o processo de autoavaliação dos profissionais em questão, aceitamos a sugestão e acrescentamos à ficha, conforme apresentamos a seguir (Quadro 17).

Quadro 17- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
7. Acompanho o processo de ensino e aprendizagem do professor, dando suporte técnico e pedagógico quando necessário. Se SIM, como? Se NÃO, por que? () sim () não () Às vezes	7. Acompanho o processo de ensino e aprendizagem mediado pelo professor, dando suporte técnico e pedagógico quando necessário. Se SIM, como? Se NÃO, por quê? Se ÀS VEZES, por quê? Se AINDA NÃO, por quê? () sim () não () às vezes () ainda não _____ _____

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

No item doze (12), que apresenta a possibilidade de uma ficha para auxiliar na autoavaliação de professores, os avaliadores sugeriram o acréscimo de um item. De acordo com eles, seria importante suscitar a autoavaliação também a partir do tipo de relação estabelecido entre o professor e os demais setores da instituição de ensino, nesse caso, os avaliadores de AV3 a AV6 sugeriram “[...] seria interessante acrescentar um item que auxilie o professor a refletir sobre como ele se relaciona com a instituição a partir dos diversos setores? ”.

Para justificar o aceite dessa sugestão, fazemos referência a Dalben (2004, p. 174) quando, ao discutir a importância da interação e das ações coletivas na formação social do sujeito, diz:

[...] será por meio da inter-relação e do diálogo com os outros sujeitos e com a realidade que o circunda, que se dará o processo de compreensão das informações disponíveis como dados da realidade. Isso porque o ser humano se faz na relação com a realidade, assim como faz a realidade ao atuar sobre ela.

Acreditamos que o processo de autoavaliação, embora seja uma decisão tomada individualmente, no Conselho de Classe Formativo, não prescinde da relação com o outro, seja esse outro, um professor, um profissional da equipe técnica, um aluno ou qualquer outro que, mesmo indiretamente, atue no processo educativo.

No item treze (13), Autoavaliação de Alunos e/ou da Turma, os avaliadores de AV3 a AV6, fizeram a seguinte consideração “[...] sugere-se o seguinte: “Criar um manual de instruções para orientar a autoavaliação dos alunos”. Embora, a sugestão seja interessante, acreditamos que a Proposta, por si só, já apresenta as informações necessárias sobre cada etapa na realização do Conselho de Classe Formativo na EPTNM. Por isso, pensamos que não haveria necessidade de se criar um manual apenas para isso. Neste sentido, a sugestão não foi acrescentada à Proposta.

Sobre o item quatorze (14) que apresenta a Ficha de autoavaliação de Aluno e/ou Turma, os avaliadores fizeram as seguintes considerações:

Sugerimos acrescentar um item com a seguinte pergunta ‘como a turma avalia a atuação dos setores: CAED, DAPE, DE, DG, CIEC, DEPEX, CSG, cantina, serviço de limpeza, portaria, técnicos de laboratórios e coordenações de curso?’ (AV3 a AV6).

Ao analisarmos as considerações feitas pelos avaliadores, optamos por incluir a sugestão, e acrescentamos a Ficha de Autoavaliação do Aluno e/ou da Turma, conforme segue (Quadro 18).

Quadro 18- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
O item não constava na ficha.	Abaixo, apresentamos outra questão que pode fazer parte desta ficha. m) Como a turma avalia a atuação dos setores e serviços abaixo: DG (Direção Geral) bom () ótimo () regular () ruim ()
	DE (Direção de Ensino) bom () ótimo () regular () ruim ()
	DAPE (Departamento de Apoio ao Ensino) bom () ótimo () regular () ruim ()
	CAED (Coordenação de Apoio ao Educando) bom () ótimo () regular () ruim ()
	Coordenação de Curso bom () ótimo () regular () ruim ()
	CGP (Coordenação de Gestão de Pessoas) bom () ótimo () regular () ruim ()
	CIEEC (Coordenação de Integração Escola Empresa Comunidade) bom () ótimo () regular () ruim ()
	DEPEX (Departamento de Extensão) bom () ótimo () regular () ruim ()
	CSG (Coordenação de Serviços Gerais) bom () ótimo () regular () ruim ()
	Cantina bom () ótimo () regular () ruim ()
	Serviço de limpeza bom () ótimo () regular () ruim ()
	Portaria bom () ótimo () regular () ruim ()
	Técnicos de laboratórios bom () ótimo () regular () ruim ()

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

O próximo item no qual os avaliadores apresentaram sugestões foi o item dezessete (17) que apresenta a Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor. Sobre o item, avaliado como “Bom”, foram feitas as seguintes considerações:

Sugere-se acrescentar em todos os itens a opção ‘sim, todos; sim, a maioria e sim, alguns’. Também acrescentar o item: como avalia a atuação dos setores: CAED, DAPE, DE, DG, CIEC, DEPEX, CSG, cantina, serviço de limpeza, portaria, técnicos de laboratórios, coordenações de curso.

Acrescentar no item três (3) uma lista com os alunos da turma e opções a serem marcadas pelo professor com os principais problemas encontrados com campo de observação (AV3 a AV6).

Considerando que as sugestões poderiam tornar o processo mais claro e contribuir com a qualidade da avaliação realizada por cada professor, os itens sugeridos pelos avaliadores, foram aceitos e acrescentados à ficha. Para isso, além das opções de respostas “sim, todos; sim, a maioria e sim, alguns”, acrescentamos um novo item com a seguinte redação “Abaixo, apresentamos outra questão que pode fazer parte desta ficha: 1) com relação aos setores da instituição, eles influenciaram no processo de ensino e aprendizagem da turma? Sim ou Não e Como?”.

Ao avaliar o item dezenove (19), que apresenta a Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou da Turma, AV3 a AV6 fizeram as seguintes considerações:

Sugere-se as seguintes alterações: acrescentar no item 1 espaço para escrever o nome das disciplinas que os alunos queiram citar na avaliação; esclarecer o que são os termos: objetivos estabelecidos e ferramenta avaliativa. Acrescentar um item para avaliar os setores: CAED, DAPE, DE, DG, CIEC, DEPEX, CSG, cantina, serviço de limpeza, portaria, técnicos de laboratórios e coordenações de curso.

As sugestões feitas nesse item foram aceitas e, dada à relevância, foram acrescentadas à Proposta. A partir das sugestões, apresentamos como ficou a proposta da ficha (Quadro 19).

Quadro 19- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV3 a AV6

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
<p>5.2.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno (Turma)</p> <p>Etapa de Ensino: ____ Curso: _____ Ano/Turma: _____ Data: ____/____/____</p> <p>A ficha de avaliação Diagnóstica do Aluno (turma) contém questões objetivas e visa auxiliar a turma na avaliação dos processos didático/pedagógicos e metodológicos utilizados pelos professores no decorrer da etapa de ensino e que influenciaram diretamente o processo de ensino e aprendizagem.</p>	<p>2.3.2.2.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou da Turma</p> <p>Etapa de Ensino: ____ Curso: _____ Ano/Turma: ____ Data: ____/____/____</p> <p>A ficha de avaliação Diagnóstica do Aluno (turma) contém questões objetivas e visa auxiliar a turma na avaliação dos processos didático/pedagógicos e metodológicos utilizados pelos professores no decorrer da etapa de ensino e que influenciaram diretamente o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>1. Avalie as Disciplinas nas quais a turma apresentou dificuldades que influenciaram no processo de ensino e aprendizagem no decorrer da Etapa (Bimestre):</p>

1. Avalie as Disciplinas nas quais a turma apresentou dificuldades que influenciaram no processo de ensino e aprendizagem no decorrer da Etapa (Bimestre): Disciplina (s): _____	Disciplina	Dificuldade encontrada pela turma

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

AV7, ao avaliar a Parte I da Proposta, considerou a maioria dos itens apresentados como “Ótimo”, exceto os seguintes: item 5. Parte II- Sobre a proposta do Conselho de Classe Formativo, considerado como “Regular”. Sobre o item em questão, AV7 diz que “As etapas ficaram confusas na forma de apresentá-las”. Com o objetivo de tornar a estrutura da Proposta mais clara e objetiva, organizamos separadamente cada etapa do Conselho de Classe Formativo.

O item dezenove (19), que apresenta a Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do aluno e/ou da Turma, também foi avaliado como “Regular”. Sobre este, AV7 diz “[...] será necessário rever como as questões da dois (2) em diante serão respondidas no caso de a turma relacionar mais de uma disciplina na questão um (1)”. A partir dessa observação, foram feitas as alterações, conforme apresentamos a seguir (Quadro 20). Tomamos o item dois (2) como modelo para exemplificar a alteração feita nos demais itens contidos na ficha.

Quadro 20- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV7

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
<p>5.2.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno (Turma)</p> <p>Etapa de Ensino: _____ Curso: _____ Ano/Turma: __ Data: __/__/__</p> <p>A ficha de avaliação Diagnóstica do Aluno (turma) contém questões objetivas e visa auxiliar a turma na avaliação dos processos didático/pedagógicos e metodológicos utilizados pelos professores no decorrer da etapa de ensino e que influenciaram diretamente o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>1. Avalie as Disciplinas nas quais a turma apresentou dificuldades que influenciaram no</p>	<p>2.3.2.2.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou da Turma</p> <p>Etapa de Ensino: _____ Curso: _____ Ano/Turma: __ Data: __/__/__</p> <p>A ficha de avaliação Diagnóstica do Aluno (turma) contém questões objetivas e visa auxiliar a turma na avaliação dos processos didático/pedagógicos e metodológicos utilizados pelos professores no decorrer da etapa de ensino e que influenciaram diretamente o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>1.Avalie as Disciplinas nas quais a turma apresentou dificuldades que influenciaram no processo de ensino e aprendizagem no decorrer da Etapa (Bimestre):</p>

<p>processo de ensino e aprendizagem no decorrer da Etapa (Bimestre):</p> <p>Disciplina (s):</p> <hr/> <p>2. Avalie a (s) disciplina (s) citada (s) com relação à Apresentação do programa do curso. Refere-se à apresentação do plano de curso (programa com os conteúdos da disciplina). Indique se o professor:</p> <p>() apresenta e discute a programação da disciplina (objetivos da disciplina, conteúdos, estratégias, métodos, técnicas, procedimentos avaliativos) a serem trabalhadas.</p> <p>() não apresentou a programação da disciplina (objetivos da disciplina, conteúdos, estratégias, métodos, técnicas, procedimentos avaliativos) a serem trabalhadas.</p> <p>() outros aspectos importantes _____</p>	<p>Disciplina Dificuldade encontrada pela turma</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>2. Avalie a (s) disciplina (s) citada (s) com relação à Apresentação do programa do curso. Refere-se à apresentação do plano de curso (programa com os conteúdos que serão trabalhados na disciplina durante a etapa/bimestre). Indique se o professor:</p> <p>na(s) disciplina(s) _____, _____, _____</p> <p>() apresenta e discute a programação da disciplina (objetivos da disciplina, conteúdos, estratégias, métodos, técnicas, procedimentos avaliativos) a serem trabalhadas.</p> <p>na(s) disciplina(s) _____, _____, _____</p> <p>() não apresentou a programação da disciplina (objetivos da disciplina, conteúdos, estratégias, métodos, técnicas, procedimentos avaliativos) a serem trabalhadas.</p> <p>() outros aspectos importantes _____</p>
---	--

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

No item vinte e três (23), que trata da Quarta Etapa do Conselho de Classe Formativo, o Planejamento Coletivo e Acompanhamento das ações do Conselho de Classe formativo, AV7 sugeriu que “ Poderia propor formas do planejamento das ações também de forma individual, pois na realidade que temos, muitas vezes, apenas um profissional realiza o acompanhamento das ações”. Sobre a sugestão, consideramos que o item já atende à necessidade pontuada pelo avaliador, pois, ao planejar a ação, a equipe e/ou setor responsável pela direção do Conselho de Classe Formativo, pode nomear o profissional e/ou os profissionais responsáveis pela execução e acompanhamento.

AV8, ao avaliar a Parte I da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, considerou todos os itens como “Ótimo”. Sobre o item o primeiro item, Apresentação da Proposta, o avaliador fez a seguinte observação “O conselho de classe é um espaço pedagógico

riquíssimo que muitos, ainda, desconhecem o real objetivo no processo de ensino e aprendizagem” (AV8).

A concepção apresentada pelo avaliador, Conselho de Classe como um rico espaço avaliativo no contexto escolar, vai ao encontro do que nos apresenta Dalben (1992, p.111) quando afirma que:

O Conselho de Classe surge embasado no pressuposto de num processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objetivo que se avalia, para obter, conseqüentemente, tomadas de decisão mais acertadas.

Sobre o item dois (2), Objetivo Geral da Proposta, AV8 avaliou como “ótimo” e acrescentou que:

Se faz necessário repensar a estrutura dessa instância colegiada, que não seja meramente um momento burocrático durante o ano letivo e sim um momento de formação e autoformação de todos envolvidos, que seja contemplado com reflexões e ações de nossas práticas educativas.

A proposta pode ajudar a sensibilizar novos horizontes quanto às práticas de conselhos de classe em uma perspectiva no contexto histórico social em que todos nós podemos ser sujeitos de nossas ações e não objetos delas.

Ao avaliar o item quatro (4) que propõe a Definição e Organização do Grupo Colaborativo, AV8 afirma:

Avalio todos os itens como ótimos, porém vejo a necessidade do cuidado de não se ter informações para a perspectiva quantitativa e sim que possa ser conduzida para a forma qualitativa. Penso que pode dar uma enfatizada também sobre a importância do professor conselheiro da turma e o seu papel (AV8).

Acrescenta, ainda, “Vejo que a metodologia do Grupo Colaborativo é o caminho dessa construção em que experiências e saberes são compartilhados para a construção de novos. É a imersão da formação continuada no chão da escola”. Sobre a formação do professor no próprio trabalho, Dalben (2004) faz a seguinte inferência:

Em última análise, pode-se concluir que a avaliação escolar se constrói por meio de um processo de reflexão e leitura da prática pedagógica. Esse processo de reflexão/avaliação e a expressão do conhecimento produzido pelo professor em suas experiências de vida e nas inter-relações com os outros; é um processo contínuo e que possibilita a formação do professor no próprio trabalho (p.184).

Ao avaliar a primeira parte da Proposta, Avaliação Específica, AV9 considerou todos os itens como “Ótimo” ou “Bom”. Sobre o primeiro item, Apresentação da Proposta, AV9 acrescenta que foi “Desenvolvida de forma clara e bem objetiva permite que tenhamos uma visão adequada do que será apresentado ao longo do texto”.

Posteriormente, sobre o Objetivo Geral, AV9 continua “O verbo escolhido (colaborar) representa, de modo amplo, o objetivo pretendido pela Proposta. Fica como sugestão de que esse objetivo se desdobre em objetivos específicos, já que é possível inferi-los ao longo do texto”. Acreditamos que a consideração é muito pertinente, porém não a acrescentamos à Proposta, ficando a critério de cada instituição a criação de seus objetivos específicos, a partir do objetivo geral proposto.

Já sobre o item três (3) que apresenta a Estrutura da Proposta, o avaliador fez a seguinte consideração “Muito interessante a forma com que as autoras organizaram a estrutura da Proposta, sustentando-a nos três pilares: participação, autoavaliação e acompanhamento. Pilares estes muito caros ao fazer educativo e que necessitam ser bem compreendidos”.

Ao avaliar o item 4 da Proposta, o qual apresenta a Definição e organização do Grupo Colaborativo, AV9 fez as seguintes considerações:

Quanto à definição, penso que poderiam trazer outros autores para enriquecer ainda mais o texto. Com relação à forma de organização dos grupos, as autoras apresentam muito bem as diversas formas e merece destaque a sugestão de comissões constituídas pela equipe multiprofissional. As sugestões para os encontros também podem ser aproveitadas na íntegra ou adaptadas sem prejuízos à Proposta.

Consideramos importante a sugestão apresentada pelo avaliador, no entanto, acreditamos que, para o que propomos neste trabalho, a referência utilizada na definição de Grupo Colaborativo, é suficiente.

Mais adiante, ao avaliar a Parte II da Proposta do Conselho de Classe formativo, AV9 afirma que “As etapas cumprem adequadamente o papel formativo da Proposta”. Especificamente sobre o item sete (7) que apresenta a Primeira Etapa do Conselho de Classe Formativo, a Autoavaliação dos Participantes. AV9 faz a seguinte observação “A etapa detalha muito bem a forma de conduzir a autoavaliação em todos os segmentos participantes no conselho de classe formativo”.

No item quinze (15) que trata da Segunda Etapa do Conselho de Classe Formativo, Avaliação Diagnóstica Individual, ao avaliar como “Ótimo”, AV9 acrescenta “Os múltiplos olhares desta etapa é o que permite um diagnóstico mais detalhado”. De fato, ao propormos a avaliação diagnóstica a partir do olhar dos diferentes sujeitos envolvidos no Conselho de Classe, pensamos na avaliação enquanto processo dinâmico. Neste sentido, a avaliação “[...] desenvolve-se dentro de um movimento dialético no qual nos colocamos inteiros, trazendo à tona nossos sentimentos, nossa capacidade intelectual, habilidades, nossas ideologias, colocando a nosso serviço todos os nossos sentidos” (DALBEN, 1992, p.131).

Ao avaliar o próximo item, Avaliação Diagnóstica Individual do Professor, AV9 complementa que “Talvez seja o mais resistente, pois a maioria concebe esse tipo de atividade como mais uma burocracia. Portanto, o papel dos mediadores é fundamental para quebrar essa resistência”. Por isso, como nos traz Cruz (2015), essa avaliação proposta no Conselho de Classe Formativo deve criar [...] um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem”. Conclui dizendo que, portanto, “Não é apenas um espaço burocrático de entrega de nota dos alunos à coordenação” (p.10).

A seguir, no item dezessete (17), que apresenta a Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor, AV9 diz que ela “[...] permite que o docente lance o olhar e reflita sobre pontos que o dia a dia, às vezes, não o faz perceber”. Além disso, ao propormos caminhos possíveis para a avaliação no Conselho de Classe Formativo, reforçamos a compreensão de que o Conselho de Classe é um:

[...] espaço de avaliação do trabalho individual e coletivo da equipe de professores e da Coordenação Pedagógica sobre o próprio trabalho, o conselho é a busca conjunta de alternativas de ações concretas/attitudes que levem à execução dos objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico (CRUZ, 2015, p.12).

Essa compreensão também é suscitada por AV9 ao avaliar o item vinte (20), que apresenta a Terceira Etapa do Conselho de Classe Formativo, a Avaliação Diagnóstica coletiva. Para ele, essa etapa é “De fato, um dos momentos mais ricos do Conselho de Classe Formativo”. Além disso, essa etapa ajuda “[...] a criar a consciência da força da ação coletiva pela fragilidade da ação individual” (CRUZ, 2015, p.16).

A seguir, no item vinte e dois (22), que apresenta como proposta uma Ficha de Ata para o Conselho de Classe Formativo, diferentemente dos demais avaliadores que não teceram nenhum comentário sobre ele, AV9 faz uma importante observação:

Já tive a oportunidade de ler muitas atas de conselho no meu Campus e pude perceber a dificuldade que muitos servidores designados para esta tarefa têm em redigir um texto que seja compreendido por pessoas que não participaram da reunião. Ou são muito resumidas ou registram fatos irrelevantes, omitindo outros bem mais significativos. Sendo assim, o modelo de ata apresentada colabora com a atividade.

Ao propormos esse instrumento, o objetivo maior foi contribuir com a dinâmica do Conselho de Classe Formativo. Entendemos que o registro pode contribuir com a tomada de decisões e com o planejamento das ações coletivas de forma mais acertada e, a partir das necessidades postas pelos participantes do Conselho. Além disso, pode contribuir com a

integração entre as etapas do Conselho de Classe Formativo e entre todos os Conselho no decorrer do ano letivo. Sobre a importância dessa integração, Cruz (2015, p.11) diz:

Entendemos o Conselho de Classe como etapa dinamizadora do trabalho educativo. A dimensão de processo de avaliação pressupõe que os conselhos estejam relacionados uns com os outros e provoquem ações concretas que possam interferir na prática educativa. É necessário que um Conselho esteja estruturalmente relacionado com o anterior para que fique configurada a dimensão de processo orgânico de educação.

Assim, para finalizar a Parte I da avaliação da Proposta, AV9 avalia o item vinte e três (23) que versa sobre a Quarta Etapa, Planejamento Coletivo e Acompanhamento das ações do Conselho de Classe Formativo, dizendo que “Descreve de maneira bem clara as responsabilidades desse acompanhamento”. Vale ressaltar que essa avaliação coletiva está calcada na promoção de ações e na transformação de um espaço tido como burocrático, em um espaço de transformação, um lugar formativo.

Segundo Hoffmann (2001, p.18), esse avaliar com o princípio de promover, transformar, significa “[...] compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando a promoção moral e intelectual dos alunos”. Em que o objetivo seria “[...] o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações interativas”.

AV10, ao avaliar a Parte I da Proposta fez importantes considerações, suscitando muitas reflexões. Sobre a estruturação da Proposta, o avaliador aponta:

A estrutura do conselho de classe formativo está muito boa. Creio que o caminho seja esse. Sobre esses tópicos eu não teria nada a acrescentar. Aquilo a que me referi até agora diz respeito às fichas em si e aos aspectos relacionados com questionários que você propôs como ferramentas. Acho que essas ferramentas podem se reavaliadas e reprogramadas.

No tocante da proposição de fichas como instrumentos ou meios para suscitar a reflexão, autoavaliação, avaliação e acompanhamento no Conselho de Classe Formativo, AV10 faz muitas ressalvas. Para ele:

As fichas têm dimensões contraditórias: por um lado, podem simplificar o trabalho de quem responde, mas ao mesmo tempo, reduzir a capacidade de reflexão, pois quem as preenche (responde) pode julgar que contemplou toda a realidade ao assinalar – ‘sim- não- às vezes’, o que é absolutamente falso. Esse reducionismo da ficha falseia a realidade que se deseja analisar-decompor. Em planejamento, quando propomos a redação técnica de um diagnóstico, a pergunta que se faz é: ‘ATÉ QUE PONTO’, pois até um certo ponto pode ser ‘sim’, de um certo ponto em diante pode ser ‘não’. A dicotomia mata o pensamento complexo, pois certas situações podem ser,

simultaneamente, sim e não. Mesmo que haja outras alternativas de perguntas, serão, de certa forma sempre limitadoras de um olhar mais crítico e criterioso sobre a realidade que se deseja diagnosticar. Por essa razão, vejo sua validade sob suspeita.

De fato, acreditamos que o uso não reflexível das fichas pode sim dar um caráter reducionista aos processos que envolvem a Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, no entanto, quando propomos o uso de fichas, esperamos apresentar possíveis caminhos para se promover a reflexão, autoavaliação, avaliação e acompanhamento no Conselho de Classe.

Como possibilidade de maior reflexividade a partir das fichas, AV10 orienta para que “Se elas forem inevitáveis, se acrescente um ‘**ainda**’ antes do sim e do não, pois o ‘ainda sim e/ou ainda não’ indicam que o trabalho está em processo; não está fechado”. Consideramos relevante a sugestão apresentada pelo avaliador, por isso, fizemos a adequação, conforme apresentamos na questão um (1) da Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor (Quadro 21).

Quadro 21- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
<p>2.5.1.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Professor</p> <p>a) Professor: _____ b) Ano/turma: _____ c) Etapa: _____ d) Componente Curricular: _____ e) Data: ____/____/____</p> <p>1- A partir dos indicadores abaixo, qual o perfil da turma? (Aspectos pedagógicos, atitudinais e disciplinares)</p> <p>a) conseguem articular os conteúdos com a prática e/ou para a resolução de problemas () sim () não () Às vezes</p>	<p>2.3.2.1.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Professor</p> <p>a) Professor: _____ b) Ano/turma: _____ c) Etapa: _____ d) Componente Curricular: _____ e) Data: ____/____/____</p> <p>1. A partir dos indicadores abaixo, qual o perfil dos alunos da turma? (Aspectos pedagógicos, atitudinais e disciplinares)</p> <p>a) Conseguem fazer a articulação dos conteúdos com a prática e/ou para a resolução de problemas do dia a dia? () sim todos () a maioria () alguns () () não todos () a maioria () alguns () () às vezes todos () a maioria () alguns () () ainda não todos () a maioria () alguns ()</p>

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

AV10 destaca, ainda, que o uso de fichas pode promover a burocratização do trabalho dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica. Sobre isso, afirma:

Essa burocratização pode induzir o coordenador a pensar que tem a realidade pedagógica sob controle, quando isso é absolutamente falso, como disse anteriormente. Além disso, pode reforçar a ideia de que o coordenador não é um pesquisador da realidade educacional, mas apenas um burocrata da educação.

Ao propor a estruturação de um Conselho de Classe em que a “participação” é posta como um dos pilares que o sustentam, acreditamos que a possibilidade de controle ou burocratização serão minimizadas, evidenciando os processos de participação, reflexividade e autonomia dos envolvidos.

No que se refere ao à Parte I, Definição e organização do Grupo Colaborativo, AV10 também faz considerações muito pertinentes:

Quanto ao trabalho do Grupo colaborativo. Pode parecer uma insistência simples, mas é importante que haja um **Referencial** para o trabalho. Quando você fala “três momentos principais podem ser organizados para problematizar e buscar soluções para as demandas detectadas: planejamento, implementação e avaliação”, retomando à reflexão já feita [...] Demandas são pedidos da realidade, necessidades da realidade que exigem uma solução. Ora, essas demandas, essas necessidades são fruto de um diagnóstico, que, por sua vez, exigem que se tenha um **Referencial** para ser feito. Não pode haver diagnóstico sem um referencial.

De fato, as considerações de AV10 quanto à necessidade de um referencial para a proposição do Grupo Colaborativo, são muito consistentes. Por isso, no item 1.3 que apresenta um caminho para a organização do Grupo Colaborativo, a Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM propõe o seguinte:

Para a organização do Grupo Colaborativo, é necessário realizar o diagnóstico das principais demandas formativas dos professores, ou seja, ter conhecimento dos problemas que afetam a sua prática docente. Para isso, sugerimos a realização de um encontro inicial, no qual os diversos profissionais da escola (profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica professores, gestores entre outros) devem ser reunir para a construção do diagnóstico de necessidades formativas.

Nesse sentido, deixamos claro que o diagnóstico é a parte central para a formação de um Grupo Colaborativo, seria, pois, a base, sob a qual, é possível planejar, implementar e avaliar as ações formativas do Grupo. Sobre a necessidade do diagnóstico para o trabalho colaborativo, tomamos como referência Ibiapina (2008, p.41) quando afirma que é a partir dele que emergem os “[...] temas de interesse formativo e as sugestões para o preenchimento das lacunas deixadas no decorrer do processo de formação [...]”.

Com relação à Primeira parte da Proposta, sobre a formação do Grupo Colaborativo, AV10 sinaliza o seguinte:

Não há no texto clareza sobre o referencial do projeto que está elaborando; precisar haver alguma referência ao PPP da instituição, com uma finalidade relacionada à sociedade, a pessoa humana, ideal de educação, linha teórico-metodológica. Algo que diga a finalidade de desenvolver o trabalho com um grupo colaborativo e um **diagnóstico** que tenha sinalizado a necessidade desse grupo (e não o trabalho de uma pessoa sozinha).

A proposta do trabalho com o Grupo Colaborativo, a partir do Conselho de Classe surge como uma possibilidade de se propor a formação de docentes na EPTNM, a partir da coparticipação direta dos professores e do trabalho de suas necessidades formativas. A partir dessa compreensão, na Parte I da Proposta, sobre a formação do Grupo Colaborativo, não faz referência a um PPP (Projeto Político Pedagógico) específico, tendo em vista as especificidades de cada instituição, no entanto, consideramos que esse documento é de suma importância para a composição e funcionamento do grupo. A seguir, ainda que implicitamente, fazemos referência ao PPP da instituição.

Quadro 22- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
<p>Para a organização do Grupo Colaborativo, é necessário ter o diagnóstico das principais demandas formativas dos professores, ou seja, ter conhecimento dos problemas que afetam a sua prática docente. Para isso, sugerimos a realização de um encontro inicial, no qual os diversos profissionais da escola (profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica professores, gestores entre outros) devem ser reunir para a construção do diagnóstico.</p>	<p>O trabalho com o Grupo Colaborativo pode ser organizado por qualquer profissional da Equipe Técnico-Pedagógica da instituição escolar, inclusive, havendo interesse e disponibilidade, pode ser proposto e mediado pelo próprio professor da instituição.</p> <p>Dentro da estrutura dos Institutos Federais, propõe-se que seja desenvolvido pelos departamentos e/ou coordenações vinculadas à Direção de Ensino, ou seja, departamentos e/ou coordenações de suporte e apoio ao docente e discente. No, entanto, isso não impede a adoção de outros meios para se desenvolver o grupo colaborativo, por exemplo, a partir da formação de uma comissão constituída por uma equipe multiprofissional.</p>

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Sobre a Parte II da Proposta, especificamente sobre a segunda Etapa do Conselho de Classe Formativo, Avaliação Diagnóstica individual, AV10 faz os seguintes apontamentos:

Ainda sobre o diagnóstico: é preciso que se apontem as CAUSAS. Sem saber o que está causando o problema, não se pode fazer nada; ou então, o que se faz pode ser inadequado e ineficaz, pois não ataca o que provoca a situação indesejada. Veja como isso pode ser incluído ou pelo menos discutido para que se tomem as ações ou atitudes necessárias para sanar os problemas apontados. Muitos dos ditos diagnósticos nas escolas são meras constatações e diante delas não se pode agir adequadamente, exatamente por que não apontam causas do que vai bem nem causas do que vai mal. Às vezes é tão importante saber por que (CAUSAS) as coisas funcionam bem, tanto quanto saber por que funcionam mal.

A partir das indicações feitas por AV10, considerando a importância de um diagnóstico com foco na resolução das dificuldades e não apenas no problema, para realização da Avaliação diagnóstica dos participantes no Conselho de Classe Formativo, sugerimos o estabelecimento de indicadores, conforme o que sinalizamos no trecho do texto da Proposta, apresentado seguir:

Além disso, a partir do estabelecimento de indicadores avaliativos no Conselho de Classe, acreditamos que impactarão diretamente em alguns problemas comumente encontrados nas reuniões de Conselhos de Classe, de acordo com apontamentos feitos por alguns professores, distanciamento dos assuntos relevantes; falta de foco; avaliações focadas na disciplina do aluno ou apenas nas notas; criação de estereótipos e, principalmente, fornecerá subsídios para quais aspectos o Conselho de Classe deve olhar.

O uso de indicadores avaliativos colabora, ainda, com a eficiência do Conselho de Classe no que tange ao estabelecimento e ações concretas sobre as necessidades e possibilidades de mudança, tirando o foco apenas dos problemas diagnosticados.

Além disso, realizamos alterações nas fichas propostas para essa Etapa do Conselho de Classe, Etapa da Avaliação diagnóstica Individual dos participantes. A seguir, para exemplificar essas alterações, apresentamos a primeira parte da Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor (Quadro 23).

Quadro 23- Alterações realizadas a partir da avaliação de AV10

Texto antes da avaliação	Texto com ajuste após a avaliação
<p>2.5.1.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Professor</p> <p>a) Professor: _____ b) Ano/turma: _____ c) Etapa: __ d) Componente Curricular: _____ e) Data: ____/____/_____</p> <p>1- A partir dos indicadores abaixo, qual o perfil da turma? (Aspectos pedagógicos, atitudinais e disciplinares)</p> <p>a) conseguem articular os conteúdos com a prática e/ou para a resolução de problemas () sim () não () Às vezes</p> <p>b) conseguem formular perguntas consistentes sobre os conteúdos trabalhados () sim () não () Às vezes</p>	<p>2.3.2.1.1 Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Professor</p> <p>a) Professor: _____ b) Ano/turma: _____ c) Etapa: __ d) Componente Curricular: _____ e) Data: ____/____/_____</p> <p>1. A partir dos indicadores abaixo, qual o perfil dos alunos da turma? (Aspectos pedagógicos, atitudinais e disciplinares)</p> <p>a) Conseguem fazer a articulação dos conteúdos com a prática e/ou para a resolução de problemas do dia a dia? () sim todos () a maioria () alguns () () não todos () a maioria () alguns () () às vezes todos () a maioria () alguns () () ainda não todos () a maioria () alguns ()</p> <p>b) Conseguem formular perguntas consistentes sobre os conteúdos trabalhados?</p>

	() sim	todos ()	a maioria ()	alguns ()
	() não	todos ()	a maioria ()	alguns ()
	() às vezes	todos ()	a maioria ()	alguns ()
	() ainda não	todos ()	a maioria ()	alguns ()

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Para finalizar avaliação e as interessantes contribuições o AV10, conclui dizendo:

[...] a estrutura proposta, creio ser boa e incentivo a continuar nesse caminho. Você sabe que é difícil, mas ‘Só saberemos os limites do possível, se tentarmos o impossível’, como diz Francis Hinkelamaert. Aliás, fazer o possível, os conservadores o fazem, nós os idealistas é que tentamos ir além.

Assim, ao analisarmos a Parte I da avaliação da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, percebemos que apenas AV2 não apresentou nenhuma sugestão ou propôs alterações. Os demais avaliadores, fizeram pontuações interessantes, das quais, algumas foram acrescentadas à Proposta. Por isso, no que diz respeito à Parte I-Avaliação Específica da Proposta, podemos afirmar que foi considerada relevante pelos avaliadores. Seguimos, portanto para a análise da Parte II- Avaliação Geral.

4.2 Parte II: Avaliação Geral

Feita a avaliação específica da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, apresentamos para os avaliadores a Parte II da avaliação com questões mais gerais sobre a Proposta. Esta parte foi composta por seis (6) itens: 1. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui clareza em sua exposição? 2. A Proposta para Conselho de Classe Formativo está bem estruturada? 3. Os objetivos apresentados são claros? 4. Esta Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui caráter pedagógico? 5. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM deixa claro qual é a sua relevância? E 6. A Proposta para Conselho de Classe Formativo é exequível no contexto escolar da EPTNM?

Para cada item, propomos a avaliação objetiva, tendo como parâmetro os termos **sim**, **não** ou **Em parte**. Os itens avaliados foram organizados conforme apresentamos a seguir (Quadro 24).

Quadro 24- Avaliação da Parte II da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM

Item Avaliado	Avaliação e justificativa						
	AV1	AV2	AV3 a AV6	AV7	AV8	AV9	AV10
1. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui clareza em sua exposição?	Sim	Sim	Sim	Em parte	Sim	Sim	
2. A Proposta para Conselho de Classe Formativo está bem estruturada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
3. Os objetivos apresentados são claros?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Em Parte	
4. Esta Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui caráter pedagógico?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
5. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM deixa claro qual é a sua relevância?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
6. A Proposta para Conselho de Classe Formativo é exequível no contexto escolar da EPTNM?	Sim	Sim	Em parte	Em parte	Sim	Sim	

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Ao analisarmos a Parte II da Proposta, observamos que oito (8) avaliadores consideraram a exposição da Proposta, clara. Apenas um (1) avaliador (AV7) avaliou a clareza da exposição “Em parte”.

Sobre o item dois (2), que avalia a estrutura da Proposta, nove (9) avaliadores consideraram que sim. Desses nove (9), apenas um (AV9) disse que os objetivos da Proposta são claros “Em parte”. Sobre o próximo item, item quatro (4), que buscou avaliar o caráter pedagógico da Proposta, nove (9) avaliadores consideraram que sim, a Proposta tem um caráter pedagógico.

Do mesmo modo, no item cinco (5), que propôs avaliar a clareza da relevância da Proposta, nove (9) avaliadores afirmaram que sim, a Proposta apresentou clareza quanto a sua relevância para a EPTNM.

No último item, seis (6), que buscou avaliar se a Proposta para Conselho de Classe Formativo seria exequível no contexto escolar da EPTNM, quatro (4) avaliadores afirmaram que sim e cinco (5) avaliadores afirmaram que poderia ser exequível em parte.

Assim, atendidas algumas sugestões e feitas as alterações necessárias e possíveis, acreditamos que a Proposta possa atender o seu objetivo primeiro, que é colaborar com a (re)configuração do Conselho de Classe no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível

Médio, tendo como base a participação, reflexão, autoavaliação e avaliação de alunos, professores e profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.

Acreditamos ainda que, observadas as especificidades de cada instituição, a Proposta tenha possibilidades de efetivação no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Isso pode ser melhor compreendido a seguir, na Parte III da avaliação da Proposta, na qual apresentamos o Parecer Final dos avaliadores.

4.3 Parte III: Parecer Final

Após as avaliações específica e geral, propomos aos avaliadores a construção de um parecer final sobre a Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM. Assim, solicitamos que apresentassem um parecer, recomendando sua aprovação ou reprovação e explanando sobre as impressões e sugestões em relação à Proposta avaliada. Conforme a avaliação dos profissionais, a seguir (Quadro 25), apresentamos os pareceres.

Quadro 25- Parecer Final dos avaliadores da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM

Avaliador	Parte III- Parecer Final
AV1	Aprovo esta Proposta, acho que se aplicada vai trazer benefícios para todos os envolvidos no processo de ensino e no contexto escolar. Pode ser que a Proposta precise de algumas adaptações devido à realidade da escola a ser aplicada.
AV2	Essa proposta contempla os diferentes sujeitos participantes do processo e procura fornecer subsídios para que esse momento seja mais construtivo. Portanto, recomendamos a aprovação desse trabalho.
AV3 a AV6	Aprovação com sugestões. A proposta é bem fundamentada, bem dividida. Acreditamos que seja necessário acrescentar algumas perguntas nas fichas que compõem a Proposta para professores, técnicos e alunos quanto à estrutura da instituição, seus setores, departamentos e condições e serviços para que sejam verificados problemas que interferem no processo de ensino/aprendizagem esses problemas não sejam o centro do Conselho de Classe.
AV7	Recomendo sua aprovação com alguns ajustes.
AV8	A proposta está bem elaborada recomendo a aprovação.
AV9	Recomendo a aprovação deste valioso material que, certamente, será ainda melhorado a partir das avaliações feitas e sugiro, por fim, que as autoras, após conclusão e defesa do texto, sejam multiplicadoras da proposta, disseminando as ideias para os Campi com o apoio da PROEN, por meio do Catálogo Institucional de Formadores.
AV10	A estrutura proposta, creio ser boa e incentivo-a a continuar nesse caminho.

Fonte: Elaborado a partir do Questionário de avaliação da Proposta, 2019.

Após as análises dos pareceres dos avaliadores da Proposta para Conselho de Classe na EPTNM, consideramos que apresenta possibilidades de implementação. De acordo com o parecer de AV1 “Pode ser que a Proposta precise de algumas adaptações devido à realidade da

escola a ser aplicada”. De fato, acreditamos que, a depender da realidade e da estrutura da instituição escolar, adequações serão necessárias, por isso que a Proposta é flexível e, feitas as devidas adequações, poderá servir como possibilidade para um novo olhar para o Conselho de Classe em instituições da Educação Básica, especialmente nas instituições da EPTNM.

Ao apresentar seu parecer de aprovação ou reprovação da Proposta, AV2 faz o seguinte apontamento:

A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM está muito bem estruturada e contribuirá para melhorar uma área defasada nas instituições educacionais. Infelizmente o Conselho de Classe, atualmente, apresenta um formato que não atende as demandas dos professores, dos alunos e equipe pedagógica.

Os avaliadores AV3 a AV6 se reuniram para fazer a avaliação da Proposta, portanto, o parecer de aprovado com sugestões foi dado pelo grupo. O grupo de avaliadores fez os seguintes apontamentos:

Acreditamos que seja necessário acrescentar algumas perguntas nas fichas que compõem a Proposta para professores, técnicos e alunos quanto à estrutura da instituição, seus setores, departamentos e condições e serviços para que sejam verificados problemas que interferem no processo de ensino/aprendizagem esses problemas não sejam o centro do Conselho de Classe (AV3 a AV6).

Nesse mesmo viés, AV7, ao apresentar um parecer de aprovação da Proposta, sugere que:

Na apresentação da proposta do conselho formativo, talvez um fluxograma poderia deixar mais clara a proposta e suas etapas. Além de alguns ajustes descritos na avaliação (Parte II), considero morosa a quantidade de fichas e formulários a serem preenchidos. Mas tendo observado seu caráter extremamente pedagógico e reconhecendo sua grande relevância para o contexto educativo, sugiro uma análise da possibilidade de junção do auto avaliação com a avaliação do processo, ou outra forma que não acrescente mais um processo e atividade aos envolvidos, pois pode cair em algo muito extenuante o preenchimento das fichas, fugindo de seu papel de reflexão.

O avaliador AV8, após orientar para a aprovação da Proposta, também fez algumas considerações:

Faz-se necessário discutir os aspectos teóricos desse espaço pedagógico o que pesquisadores ou a literatura abordam sobre a importância desse colegiado para nossas práticas pedagógicas e que possamos compreender a função pedagógica do Conselho de Classe como um espaço avaliador e consequentemente formativo.

Ao recomendar a aprovação da Proposta, o avaliador AV9 apresentou suas considerações, conforme seguem:

Como pesquisador na área da avaliação da aprendizagem, fiquei muito honrado com o convite para avaliar a proposta para o Conselho de Classe

formativo, haja vista que é uma etapa importante da avaliação da aprendizagem escolar.

É um tema que na prática sempre me inquietou, desde a época de professor da Rede Estadual até atualmente em que componho a equipe de apoio ao ensino no IFRO. Inquietava-me porque nunca participei de reuniões nas quais, de fato, houvesse a participação efetiva dos atores envolvidos no processo, a autoavaliação e avaliação por parte desses participantes. A pouca produção acadêmica para estudarmos o tema também deixa a desejar. Basta percebermos as poucas referências utilizadas pelas autoras, simplesmente, porque são escassas. Na EPTNM essa produção é quase inexistente.

O avaliador, ainda, acrescenta:

O trabalho das autoras é muito relevante e representa uma proposta viável de ser aplicada nos Campi, em parte, ou na íntegra. É preciso institucionalizarmos ações de formação continuada em serviço, contextualizadas, que reflitam e busquem soluções para os problemas reais enfrentados pelos professores, de maneira que o grupo colaborativo é uma dessas metodologias que permite que isso ocorra de forma satisfatória (AV9).

Pela relevância, todas as sugestões, apontamentos e ressalvas feitas pelos avaliadores, foram lidas e as devidas correções e adequações, realizadas. Sendo que, desde o início, a Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM, foi pensada e construída por várias mãos e com o objetivo de servir como proposta orientadora e não como produto pronto e acabado. Este aspecto pode ser melhor visto na parte final da Proposta, quando apontamos em “Considerações Finais: possíveis desafios de implementação da Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade do homem e a contingência da história excluem definitivamente a ideia de que tem um fim. [...]. O curso de acontecimento imprevisível que vai à procura da eternidade, transforma-se infinitamente. Assim, os princípios das ciências da cultura permanecem mutáveis num futuro sem limites.

(Maurice Merleau-Ponty)

Nesta parte final da pesquisa, mais do que apresentar uma síntese das considerações e dos resultados alcançados, cabe refletir sobre o questionamento que nos moveu durante a caminhada, qual seja: Em que aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores da EPTMN do IFRO? Na busca por uma compreensão sobre esse tema, caminhamos por meses, ora sozinha, ora acompanhada, mas, em nenhum momento, deixamos de caminhar.

Inicialmente, para situar o Conselho de Classe no processo de formação de docentes da EPTNM, especificamente, foi necessário estabelecermos a relação entre ambos os processos e assim chegamos a um possível entendimento. Pudemos compreender que esse encontro, entre a formação docente e o Conselho de Classe, seria viável a partir das principais dimensões do Conselho: a dimensão avaliativa e a dimensão reflexiva.

Para chegar a esse entendimento foi importante investigar a visão e o sentido do Conselho de Classe para aqueles que estão, diretamente, envolvidos nele, ou seja, conhecer o sentido do Conselho de Classe para professores, alunos e profissionais que atuam na Equipe Técnico-Pedagógica. Esse momento foi crucial porque nos permitiu uma aproximação com o diagnóstico da pesquisa e apresentou informações que, posteriormente, culminariam em categorias de análises e em metatextos.

Pelos desdobramentos iniciais e pelo viés da pesquisa, optamos por utilizar como estratégia metodológica, a pesquisa Colaborativa. Pela escolha, a investigação percorreu quatro fases, fases estas da pesquisa colaborativa: Diagnóstico, Planejamento, Implementação e Avaliação.

Da primeira fase, o Diagnóstico, chegamos as primeiras compreensões, nas quais apresentaram a visão e o sentido do Conselho de Classe para os participantes envolvidos, bem como suas principais necessidades formativas. A partir do diagnóstico, chegamos a algumas compreensões sobre o tema investigado, quais sejam: o Conselho de Classe é um espaço coletivo de avaliação do aluno; o Conselho de Classe é espaço de julgamento do aluno; o

Conselho de Classe é um espaço de formação do professor; o Conselho de Classe é um espaço de resistência do professor em favor da sua autonomia; o Conselho de Classe atua na atualização didático-pedagógica do professor e o Conselho de Classe atua na interação dos professores e na integração de saberes.

Foi a partir do diagnóstico que chegamos ao Grupo Colaborativo da pesquisa e nesse grupo pudemos planejar, implementar e avaliar ações em que o Conselho de Classe foi tratado como tema central. Essas ações culminaram com a proposição colaborativa do Produto da Pesquisa que consistiu na Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM.

É importante dizer que, embora durante essa pesquisa tenhamos recebido o apoio, o interesse e a dedicação dos colaboradores, nem sempre foi simples. Investigar um processo tão complexo como é o Conselho de Classe, ainda mais sob a perspectiva de formação do professor, envolveu um esforço de mente e coração e, acima de tudo, a vontade de fazer e de fazer algo com o outro. Essa percepção nos mostrou, claramente, a importância de termos optado por uma pesquisa colaborativa em detrimento das demais.

Por isso, como resultado desse trabalho, reiteramos, feito a partir da colaboração e do esforço de muitas mentes e corações, podemos apontar alguns aspectos sob os quais o Conselho de Classe pode atuar na formação de docentes da EPTNM: a) na promoção da integração de saberes; b) no diagnóstico das necessidades formativas docentes e c) na atualização didático-pedagógica de professores.

Além desses aspectos vistos como principais, podemos considerar outros ganhos, especialmente, quanto à aproximação com o grupo de professores possibilitada pela pesquisa. Poder sentar juntos para discutir, propor, ouvir as angústias que envolvem a docência e conhecer “o outro lado da moeda”, ou seja, o olhar docente sobre o Conselho de Classe, ajudou-nos a compreender, entre outros aspectos, o porquê de muitas vezes se esquivarem durante as ações do Conselho e nutrirem aversão para com ele. Foi também essa aproximação que tornou possível, desde a primeira ação da pesquisa até o trabalho com o Grupo Colaborativo, a construção da proposta, Produto desta pesquisa.

Esses aspectos, reafirmam a necessidade de lançarmos um novo olhar para o Conselho de Classe, enxergando a partir da perspectiva formativa do professor. Ao fazermos isso, acreditamos na possibilidade de contribuir, inclusive, com a desmitificação do Conselho de Classe enquanto espaço meramente avaliativo, onde apenas o aspecto relacionado ao aluno é levado em conta, para considerá-lo também como um espaço formativo para o professor e o profissional da Equipe Técnico-Pedagógica.

Essa perspectiva inova se observarmos, ainda que brevemente, as pesquisas de mestrados (acadêmicos e profissionais) realizadas nos últimos dez anos (2009-2019), nas quais o Conselho de Classe foi tema ou espaço central de investigação. Além de se destacar a pequena quantidade de dissertações produzidas sobre o tema (encontramos apenas nove (9) produções nas quais o Conselho de Classe foi posto em investigação), tais pesquisas abordaram assuntos mais direcionados ao aluno, por exemplo, o trabalho de Magnata (2017), em que explorou a representatividade e participação estudantil no Conselho de Classe.

Encontramos Gontijo (2015), que tratou do currículo e o seu lugar no Conselho de Classe, também Silva (2017) que desenvolveu sua pesquisa sobre o Conselho de Classe como instrumento de gestão pedagógica e de planejamento do trabalho escolar. Na mesma direção, destacamos as pesquisas desenvolvidas por Lopes (2016), Richter (2013) e Santos (2012), que abordaram o Conselho de Classe na perspectiva de espaço político-pedagógico, espaço de avaliação intersubjetiva do coordenar pedagógico e instância de avaliação coletiva em uma perspectiva participativa, sequencialmente.

Inovando, destacamos a pesquisa de mestrado desenvolvida por Araújo (2015) que, sob a luz dos Direitos Humanos, buscou evidenciar a importância do Conselho de Classe na democratização da aprendizagem e a dissertação produzida por Nascimento (2017) que investigou o Conselho de Classe e sua relação com as práticas pedagógicas na EPTNM (Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

Sobre a última pesquisa, Nascimento (2017) nos chama a atenção por se tratar de uma pesquisa realizada em um mestrado profissional e, principalmente, por tratar do Conselho de Classe na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O autor inova ao trazer a discussão do Conselho de Classe para a Educação profissional e nos impulsiona a avançar no sentido da perspectiva que propomos para o Conselho de Classe, sua atuação na formação de docentes da EPTNM.

Parece-nos que, além de vislumbrar algumas compreensões sobre os aspectos que o Conselho pode atuar na formação de docentes da EPTNM, abrimos o caminho que poderá trazer novos questionamentos sobre o tema. Afinal, como nos traz Demo (2013, p.30-31), o “[...] conhecimento científico encontra seu distintivo maior na paixão pelo questionamento, alimentado pela dúvida”. Alguns questionamos que a pesquisa nos suscita, entre tantos outros possíveis:

- a) Quais discussões sobre o Conselho de Classe na formação inicial de professores?
- b) Quais diferenças/aproximações sobre o sentido atribuído ao Conselho de Classe por docentes da EPTNM e docentes da Educação Básica Regular?

- c) Seriam as histórias de vida e as experiências profissionais dos docentes fatores relevantes na concepção que apresentam sobre o Conselho de Classe?

E ainda imersos em um turbilhão de sentimentos e questionamentos, é relevante fazer uma autorreflexão e perguntar o quanto o “Eu” profissional, o “Eu” pessoa e o “Eu” pesquisador foi impactado por e com esse trabalho, a final, há que se considerar que a ciência não é neutra (DEMO, 2013). De tudo, não é possível afirmar o que mudou ou a dimensão dessa mudança, apenas podemos afirmar convictamente “algo mudou”, e que, ao chegar ao final dessa caminhada, diante de nós, tudo que enxergamos são novos caminhos. Certos da “[...] importância de trilhar caminhos já construídos e contribuir para outros, não só para pensar o futuro, mas também para organizar o presente de maneira que permita atuar sobre caminhos do futuro [...]” (AZEVEDO, 2014, p.360).

Assim, enquanto produção, resultado de um trabalho de pesquisa colaborativo, esperamos que não seja vista como acabada, mas que existam dúvidas, que questionamentos sejam feitos e que estes levem a outros questionamentos, afinal “Antes de mais nada, cientista é quem duvida do que vê, diz-se, aparece e, ao mesmo tempo, não acredita poder afirmar algo com certeza absoluta” (DEMO, 2013, p.30). Esperamos, ainda, que cada instituição de ensino, a depender da sua realidade e das suas necessidades, possa enxergá-la como uma possibilidade para construir um Conselho de Classe formativo, para todos nele envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Palmira; MACHADO, Eusébio André. **O Pólo de excelência: Caminhos para a avaliação do desempenho docente.** Porto: Areal Editores, 2010.
- ARAÚJO, Kleber de. **Educação em direitos humanos em práticas da pedagogia institucional: aprendizagem da democracia em conselho de classe.** 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. **Formação inicial de professores de Ciências: contribuições do estágio com pesquisa para a educação científica.** Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá-MT, 2014.
- BARBIER, René. **A Pesquisa-ação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BOGDAN, R. BIKLEN; BIKLEN, Sari. S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** 2003.
- BRANDÃO, Márcia Maria Rodrigues Tabosa. **Conselho de classes nas representações sociais de professores da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.**
- BRASIL. **Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm . Acesso em: 10 jan. 2018.
- CAMPOS, Patrícia Regina Infanger. **A orientadora Pedagógica, a atuação e a formação docente: um encontro com Alice e o Pequeno Príncipe.** 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação. Campinas. São Paulo, 2010.
- CARVALHO, Esmeralda Maria Rodrigues de. **Auto-avaliação e desenvolvimento profissional docente: estudo exploratório.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação-Área de Especialização em Avaliação) – Universidade do Minho Instituto de Educação. Braga, Distrito de Braga, 2011.
- CONTRERAS, José. **A autonomia de professores.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. Edição Brasileira Selma Garrido Pimenta. –São Paulo: Cortez, 2012.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Algumas reflexões iniciais sobre planejamento participativo.** Texto ainda não publicado. Compartilhado pelo autor para a pesquisadora, via e-mail, em 27 ago. 2018.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar.** Loyola: São Paulo, 2015.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e avaliação: Perspectiva na gestão pedagógica da escola** – Campinas, SP: Papirus, 2004.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e Conselho de Classe**. Campinas, SP: Papirus, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba, PR: InterSaberes 2013.

DEMO, Pedro. **Outro professor: alunos podem aprender bem com professores que aprendem bem**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2011.

DESGAGNÉ, Serge. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão**, v. 29, n. 15, 2007.

ENGERS, Maria Emilia; GOMES, Vanise dos. Conselhos de classe como espaço de educação continuada de professores. **Educação**, v. 30, n. 63, 2007.

ESTEBAN, Maria Tereza, Organizadora. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008. 167p.–3. ed.– (Série cultura, memória e currículo; v.5).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 5^a ed. rev. e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCÍA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. **Porto: Porto Editora**, p. 17-30, 1999.

GONTIJO, Aldriana Azevedo. **O lugar do currículo no conselho de classe**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação- Área de Especialização Profissão Docente, Currículo e Avaliação)- Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB). Brasília, 2015.

GUERRA, Mônica Galante Gorini. **Conselho de classe: que espaço é esse?** 2006. S.n. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livros, 2008.

IFRO - Instituto Federal de Educação de Rondônia. **Resolução nº 07 de 03 de janeiro de 2018** - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Rondônia. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/> Acesso em: 05 jan. 2018.

IFRO - Instituto Federal de Educação de Rondônia. **Resolução nº 8, de 09 de abril de 2013** - Dispõe sobre o Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/> Acesso em: 05 jan. 2018. IFRO - Instituto Federal de Educação de Rondônia.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. São Paulo: Artmed Editora, 2010.

LIBÂNIO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, G. S.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 63-93.

LOPES, Marília Soares Ricardo. **Conselho de classe: o funcionamento de um espaço político-pedagógico a ser ressignificado**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

MAGNATA, Rúbia Cavalcante Vicente. **Participação e Representação Estudantil no Conselho de Classe: Compreensões e significados para a avaliação da aprendizagem e para os processos democráticos na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidade) – Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2017.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

Oliveira, Blenda Cavalcante. Atuação da coordenação pedagógica no Conselho de Classe: a experiência do campus São Sebastião. **Revista Eixo**, v. 4, n. 1, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIS, Mayara Lima dos. **Autoavaliação em perspectiva colaborativa para a melhoria da prática docente**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Faculdade Planaltina. Planaltina, 2014.

RICHTER, Josiane. **A construção intersubjetiva da avaliação escolar: um estudo enunciativo das dramáticas de uso de si na atividade do coordenador pedagógico em conselho de classe**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2013.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe: burocratização ou participação?**. 2. ed. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. 117p. (Coleção Educação Prática).

SANTOS, Claudinete Maria dos. **Conselho de Classe: instância de avaliação coletiva numa perspectiva participativa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista-Unoeste. Presidente Prudente, SP, 2012.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Penso Editora, 2009.

SILVA, Waldirene Rodrigues. **O conselho de classe como instrumento de gestão pedagógica e de planejamento do trabalho escolar**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PROJETO DE ENSINO E EXTENSÃO

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO

APÊNDICE C - PROPOSTA DO PLANO DE ATIVIDADES DO GRUPO

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO GRUPO COLABORATIVO

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

APÊNDICE F – PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PROJETO DE ENSINO E EXTENSÃO

1. DADOS GERAIS				
Título:	RECEPÇÃO E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES			
Unidade de lotação:	Campus Ji-Paraná			
Coordenador(as) do Projeto/programa ²⁶ :	Letícia Carvalho Pivetta			
Maior Titulação:	Doutora			
2. CATEGORIA				
<input checked="" type="checkbox"/>	Novo/ Inédito	<input type="checkbox"/>	Desdobramento de projeto de pesquisa.	
<input type="checkbox"/>	Replicação de Projeto/programa de terceiros	<input type="checkbox"/>	Desdobramento de atividade extensionista.	
<input type="checkbox"/>	Já realizado anteriormente.	<input type="checkbox"/>	Desdobramento de atividade de ensino.	
3. ÁREA DO CONHECIMENTO (definidas pelo CNPq)				
<input type="checkbox"/>	Ciências Exatas e da Terra	<input type="checkbox"/>	Ciências da Saúde	<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Humanas
<input type="checkbox"/>	Ciências Biológicas	<input type="checkbox"/>	Ciências Agrárias	<input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes
<input type="checkbox"/>	Engenharia / Tecnologia	<input type="checkbox"/>	Ciências Sociais	<input type="checkbox"/>
SUBÁREA:				
4. ATUAÇÃO				
<input checked="" type="checkbox"/>	Realização	<input type="checkbox"/>	Participação	
5. MODALIDADE DA ATIVIDADE				
<input type="checkbox"/>	PROGRAMA	<input checked="" type="checkbox"/>	PROJETO	
6. LOCALIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO				
O projeto estará sediado no IFRO Campus Ji-Paraná.				
7. CARGA HORÁRIA TOTAL DO PROJETO/PROGRAMA				
16 horas				
8. DADOS DO COORDENADOR DO PROJETO/PROGRAMA (deverá ser docente ou técnico-administrativo do IFRO):				
<input checked="" type="checkbox"/>	Docente	<input type="checkbox"/>	Técnico-Administrativo em Educação	
Nome: Letícia Carvalho Pivetta				
Carga horária de dedicação ao Projeto/Programa: 20h				
Telefone: 69 9 8471-6895		E-mail: leticia.carvalho@ifro.edu.br		
Cargo no IFRO: Professora EBTT				
Cursos em que atua: Todos Informática				
Formação Acadêmica: Doutora em Engenharia Elétrica				
Link para o Currículo Lattes:				
Siape: 1681199				
Banco: ---		Agência: ----		Conta Corrente: ----
Receberá Bolsa: () Sim (X) Não				
9. EQUIPE EXECUTORA				
Nº	Nome	Total de Carga horária dedicada ao Projeto		
01	Ana Quiovetti do Nascimento	20 horas		
02	Anabela Aparecida Silva Barbosa	20 horas		
03	Geovana da Costa Oliveira	20 horas		
04	Ilma Rodrigues de Souza Fausto	20 horas		
05	Josefa Aparecida Pereira de Andrade	20 horas		
06	Letícia Carvalho Pivetta	20 horas		
07	Lívia Catarina Matoso Dos Santos	20 horas		
08	Magda Tatagiba	20 horas		
09	Rosimeire Fernandes Ferreira	20 horas		
10	Sonia Carla Gravena Candido da Silva	20 horas		
10. EQUIPE EXECUTORA EXTERNA AO IFRO*:				

²⁶ Destacamos a participação da pesquisadora em todas as fases do Projeto: Proposta, planejamento, execução e avaliação das ações realizadas.

Nº	Nome	Total de Carga horária dedicada ao Projeto	
01	Psicóloga Organizacional Lorryne Braga	20 horas	
11. PÚBLICO ALVO			
X	Interno		Externo
	Misto		
Tipologia do público: Professores dos Cursos Técnicos e Superiores e equipes do DAPE e CAED			
11.1 QUANTIDADES DE PÚBLICO ALVO			
Interno: 100		Externo: ---	Misto: ---
Público em vulnerabilidade: ----			
11.2 DESCRIÇÃO PÚBLICO ALVO <i>(caracterização e identificação do público que será beneficiado pelo projeto/programa)</i>			
Professores e equipes do DAPE e CAED – Campus Ji-Paraná.			
Público caracterizado como em Situação de Vulnerabilidade: () Sim (X) Não			
Caso afirmativo, descreva a vulnerabilidade: ----			
12. OBJETIVO GERAL:			
Recepcionar os professores do IFRO, Campus Ji-Paraná, através uma formação humanística, pedagógica e tecnológica.			
13. AÇÕES A SEREM REALIZADAS PARA ATINGIR O OBJETIVO:			
Ação 1 – Recepcionar os professores e demais servidores;			
Ação 2 – Oferecer uma formação humanística, pedagógica e tecnológica ao professor, permitindo que ele aprimore sua atuação em sala de aula;			
Ação 3 – Elucidar aspectos relativos ao Conselho de Classe enquanto espaço de avaliação/ reflexão docente à luz das Bases Conceituais da EPT.			
Ação 4 – Sensibilizar e capacitar o professor para o uso adequado do ambiente Virtual de Aprendizagem.			
14. META <i>(listar as metas associadas às ações anteriores):</i>			
Promover capacitação/aperfeiçoamento 100% dos professores convocados para ministrarem aulas nos cursos do IFRO Campus Ji-Paraná e das equipes do DAPE e CAED.			
15. EM CASO DE PROGRAMA, RELAÇÃO DOS PROJETOS INTEGRANTES:			
Não há.			
16. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:			
Tendo em vista o início de mais um período letivo nos diferentes cursos do Campus Ji-Paraná e o ingresso de novos professores, faz-se necessário um momento de acolhimento, bem como de formação humanística, pedagógica e tecnológica.			
17. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:			
Relação direta com as atividades de ensino: O projeto constitui instrumento para subsidiar atividades de ensino nas diferentes áreas pertinentes ao Campus Ji-Paraná.			
18. METODOLOGIA			
Este Projeto envolverá a Direção Geral, a Diretoria de Ensino e os responsáveis pelos temas descritos no item 19 (Cronograma de Ações); O IFRO se responsabilizará pela cedência de espaço físico e equipamentos, esta atividade está inicialmente prevista para 16 horas de duração, que poderá se estender por mais horas caso houver necessidade.			
19. CRONOGRAMA DE AÇÕES			
Data	Horário	Tema	Responsável / Mediador
01/02/2018	8:30 –09:30	Abertura das atividades com a palavra do Diretor Geral e com as orientações quanto as atividades da semana (Diretoria de Ensino).	DG e DE
01/02/2018	9:30 – 10:00	Coffee break	Equipe organizadora
01/02/2018	10:00 – 11:00	Relações interpessoais	Psicóloga Lorryne
01/02/2018	11:00 – 11:30	Diversidade na Escola	Lívia
01/02/2018	11:30 – 12:00	Perfil do Aluno	Elaine

01/02/2018	14:00 – 15:30	Mesa redonda: Adolescência: Deficiência, transtorno emocional, dificuldade de aprendizagem e defasagem. (NAPNE)	Magda, Sônia, Ana e Roger.				
01/02/2018	15:30 – 16:00	Coffee break	Equipe organizadora				
01/02/2018	16:00 – 17:30	SEI Sistema Acadêmico	Geovana e Anderson CGP/DAPE				
02/02/2018	8:30 – 10:00	A Resolução 07/REIT/CONSUP/2018 Conhecendo o Conselho de Classe: Uma proposta de discussão do Conselho de Classe tendo como foco a formação humana Integral do aluno e a reflexão/ avaliação docente	Josefa e Lívia				
02/02/2018	10:00 – 10:30	Coffee break	Equipe organizadora				
02/02/2018	10:30 – 12:00	Formação entre Pares Avaliação Projeto Integrador	Ana Letícia				
02/02/2018	14:00 – 15:30	AVA: Aspectos Pedagógicos	Anabela				
02/02/2018	15:30 – 16:00	Coffee break	Equipe organizadora				
02/02/2018	16:00 – 17:30	AVA: Aspectos Práticos	Anabela/, Ilma/ Sônia				
20. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO/PROGRAMA (<i>especificar como serão realizados o acompanhamento e a avaliação das ações executadas pelo coordenador do projeto/programa e como será a avaliação feita pela população beneficiada</i>)							
O aproveitamento dos professores será avaliado pela participação (frequência) nos encontros e via questionário produzido no Google Docs© com itens sobre a programação.							
21. INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (<i>ambiente, recursos humanos, Infraestrutura necessária, etc</i>):							
Laboratório de Informática; Auditório com data show ou TV e computador.							
22. INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS QUE ESTÃO DISPONÍVEIS PELO CÂMPUS OU OUTRO PARCEIRO (<i>Descrever os recursos que cada parceiro disponibilizará</i>):							
Laboratório de Informática; Auditório com data show ou TV e computador.							
Utilizará o Trailer Educacional da Extensão:							
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não							
Descrever a utilização, local e período: -----							
23. PARCEIROS (<i>outro campus do IFRO, instituição, empresa, entidades etc.</i>):							
	Sim	X	Não				
24. ORÇAMENTO DO PROJETO/PROGRAMA: -----							
24.1. OUTROS ITENS DE CUSTEIO: -----							
Tabela 3. Valores totais							
Nº	Rubrica	Modalidade de atuação	Unidade	Quantidade	Período	Valor Unitário (Proporcional a carga horária de dedicação) (R\$)	Valor Total (R\$)
1	-----	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	-----
25. MATERIAIS/EQUIPAMENTOS							
25.1. FONTE/ORIGEM DOS RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS (<i>Se forem utilizadas várias fontes, deve-se apresentar um detalhamento de materiais para cada fonte</i>):							
Não se aplica							
Tabela 3. Valores e materiais relacionados à viabilidade do projeto/programa							
Nº	Rubrica	Descrição Detalhada	Quantidade	UND	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	

1	-----	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	
--						Total	----
24.4. CUSTOS DO PROJETO/PROGRAMA						R\$	
Total dos valores a serem investidos pelo IFRO (bolsas + materiais+ outros):						-----	
Valores a serem investidos por parceiros/fontes externas (bolsas + materiais + outros):						-----	
Não se aplica							
Custo total do projeto/programa: Não se aplica						-----	
26. IMPACTO PRETENDIDO:							
Capacitar e fortalecer a equipe que atua nos cursos do Campus Ji-Paraná, observando a missão do IFRO, que é promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.							
27. CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE PRODUTOS - Descrição dos produtos resultante do projeto/programa (<i>cartilhas, manuais, métodos, produtos, etc.</i>):							
	Produção Científica: Atividade que proporcionará a formação de um Grupo de Pesquisa						
	Produção técnica ou tecnológica:						
	Produção artístico-cultural: Acervo de fotos para exposições futuras						
X	Nenhuma						
	Outra:						
28. CERTIFICAÇÃO (Caso necessite expedir certificados ao final):							
(X) Sim () Não							
Caso afirmativo, descrever os tipos, quantidades, cargas horárias, etc., para expedição dos certificados.							
Nº	Nome					Total de Carga	
01	Coordenação					20 horas	
02	Equipe Executora Externa					4 horas	
03	Equipe Executora Interna					20 horas	
04	Participantes					16 horas	
29. ANUÊNCIA DO CÂMPUS							

Ji-Paraná, 03 de janeiro de 2018.

Departamento de Extensão do Campus

Chefia Imediata na Unidade de lotação

Diretor de Ensino do Campus

Diretor-Geral do Campus

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO

Nome do Evento: RECEPÇÃO E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES

Data/Período de Realização do Evento: **01 e 02 de fevereiro de 2018**

Caro professor (a), esta avaliação tem como objetivo colher informações, sugestões e opiniões sobre o evento no sentido de buscar fazer adequações para atender às demandas e necessidades docentes nos próximos eventos. Não é necessário se identificar.

1. Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião.

	Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica
a) Programação do Evento						
b) Organização do Evento						
c) Tempo disponibilizado para as atividades						
d) Tema(s) e assuntos abordado(s).						

Comentário dos itens acima, caso considere necessário:

2. Você acredita que este evento colaborou com na sua formação em algum aspecto? Sim () Não ()
Justifique.

3. Quais temas ou atividades você sugere para o próximo evento ou dos temas e atividades trabalhados qual (is) gostaria de aprofundar a discussão?

4. Das atividades realizadas, qual (is) considerou mais importante para sua formação e/ou atuação docente? Justifique.

5. Faça uma avaliação geral e dê sugestões para o próximo evento.

Se necessário, utilize o verso da folha.

APÊNDICE C - PROPOSTA DO PLANO DE ATIVIDADES DO GRUPO

CONSELHO DE CLASSE: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EPTNM A PARTIR DO GRUPO COLABORATIVO

OBJETIVO GERAL: Desenvolver ações de forma colaborativa com os professores, a fim de possibilitar a resolução de problemas que envolvem o contexto educacional no âmbito da escola, proporcionando espaços para discussão, reflexão e formação dos participantes.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AÇÃO:

A ação será realizada no âmbito do IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) campus Ji-Paraná. Contará com a participação de cinco (5) professores /colaboradores, docentes dos cursos técnicos integrados, um (1) professor convidado, coordenador do curso tecnólogo de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e com um (1) pesquisador/mediador. As ações ocorrerão quinzenalmente, as terças-feiras, entre os meses de maio a agosto de 2018, totalizando cinco (5) encontros com uma carga horária total de dez (12) horas.

MAPA DAS AÇÕES:

Nº Encontro/Data	Objetivo	Conteúdo
1-08/05/2018	a) Apresentar os primeiros resultados da pesquisa obtidos a partir do Diagnóstico; b) Planejar e construir junto dos participantes a proposta do cronograma das discussões do grupo colaborativo; c) Refletir sobre o questionamento: Conselho de Classe: que lugar é esse no IFRO?	a) Questão orientadora: Conselho de Classe: Que lugar é esse no IFRO? b) Texto base para leitura e reflexões: “Conselho de classe: que espaço é esse?”
2-22/05/2018	a) Refletir sobre em quais aspectos o Conselho de Classe atua na formação de professores da EPTNM do IFRO. b) Identificar qual o espaço do professor no Conselho de Classe do IFRO.	a) Tema proposto para iniciar as discussões: A atuação do Conselho de Classe na formação continuada de professores da EPTNM: O lugar do professor no Conselho de Classe;

		b) Texto base para leitura, discussão e reflexões “Conselhos de classe como espaço de educação continuada de professores”.
3–29/05/2018	a) Discutir e refletir sobre o “lugar” do Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor a partir da realidade na qual está inserido: IFRO campus Ji-Paraná.	a) Tema proposto para as discussões: Realidade e possibilidades do Conselho de Classe na EPTNM no IFRO; b) Textos base para leitura, discussões e reflexão: “Conselho de Classe-Espaço de diagnóstico da Prática”; “Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva”.
4–05/06/2018	a) Elaborar proposições para a proposta de um novo Conselho de Classe na EPTNM, no contexto local; b) Avaliar os encontros realizados, tendo como base as reflexões feitas e os conhecimentos compartilhados e co-construídos.	a) Questão orientadora: A partir do discutido e das reflexões feitas, quais as nossas proposições para o Conselho de Classe Formativo no IFRO? b) Conselho de Classe formativo: algumas propostas; c) construindo uma proposta de ferramenta didático/pedagógica para o Conselho de Classe; d) avaliação e autoavaliação do evento.
5–17/08/2018	a) Apresentar para os professores do Grupo Colaborativo o resultado das discussões, reflexões e propostas do grupo; b) Avaliar a Proposta (Produto Educacional).	a) Propostas de efetivação do Conselho de Classe formativo no IFRO: uma construção Coletiva e integrada; b) avaliação da proposta (questionário objetivo).

ROTEIRO DE ATIVIDADES GRUPO COLABORATIVO

PRIMEIRO ENCONTRO

DATA: 08 DE MAIO DE 2018

Descrição: Será apresentado para os professores os resultados obtidos na fase Diagnóstica da pesquisa, bem como será discutido e planejado como será a dinâmica dos encontros, a fim de que possam, a partir das suas perspectivas, contribuir sugerindo as modificações que julguem necessárias à proposta. Nesse primeiro encontro, a questão que orientará as discussões e as reflexões será “Conselho de Classe, que lugar é esse na escola?”.

Objetivo	Encontro e duração	Conteúdo	Procedimentos		Recursos	Avaliação
			Pesquisador	Participante		
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os primeiros resultados obtidos a partir do Diagnóstico da pesquisa; • Construir a proposta do cronograma das discussões do grupo colaborativo; • Refletir sobre o questionamento: Conselho de Classe: que lugar é esse no IFRO? 	E1 2h	Conselho de Classe: Que lugar é esse no IFRO?	<p>Apresentação do Conselho de Classe no IFRO a partir do diagnóstico realizado;</p> <p>Discussão a partir do questionamento: Conselho de Classe que lugar é esse no IFRO?</p>	<p>Reflexão a partir da apresentação do resultado do diagnóstico da pesquisa;</p> <p>Discussão sobre o Conselho de Classe e o espaço que ocupa na escola.</p>	Computador, Data show, papel, canetas, gravador de áudio.	Ocorrerá a partir da roda de conversa e discussões no grupo, a partir das manifestações individuais sobre o tema.

Observação: Bibliografia

GUERRA, M. G. G. **Conselho de classe:** que espaço é esse? Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEGUNDO ENCONTRO**DATA: 22 DE MAIO DE 2018**

Descrição: Nesse encontro serão discutidos os aspectos do Conselho de Classe que atuam diretamente na formação e na prática do professor em sala de aula, nesse sentido, a fim de suscitar as reflexões do grupo, partirá do seguinte questionamento: “Em que aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação continuada do professor da EPTNM no IFRO?”.

Objetivo	Encontro e duração	Conteúdo	Procedimentos		Recursos	Avaliação
			Pesquisador	Participante		
• Refletir sobre em quais aspectos o Conselho de Classe atua na formação de professores da EPTNM do IFRO.	E2 2 h	A atuação do Conselho de Classe na formação continuada de professores da EPTNM: O lugar do professor no Conselho de Classe.	Mediação das discussões a partir do questionamento “Em que aspectos o Conselho de Classe atua na formação continuada do professor?”; Mediar as reflexões a partir da leitura do texto “Conselho de Classe como espaço de educação continuada de professores”.	Refletir a partir da leitura e discussão do texto “Conselho de Classe como espaço de educação continuada de professores” sobre os aspectos de atuação do Conselho de Classe na formação continuada do professor.	Computador, Data show, papel, canetas, gravador de áudio.	Ocorrerá a partir da das discussões, inferências e proposições individuais e coletivas dos participantes.

Observação: Bibliografia

ENGENERS, Maria Emilia; GOMES, Vanise dos. Conselhos de classe como espaço de educação continuada de professores. **Educação**, v. 30, n. 63, 2007.

TERCEIRO ENCONTRO**DATA: 29 DE MAIO DE 2018**

Descrição: O terceiro encontro será mediado pelo questionamento “Conselho de Classe: é possível pensar um Conselho de Classe que atue efetivamente de no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor, como?”

Objetivo	Encontro e duração	Conteúdo	Procedimentos		Recursos	Avaliação
			Pesquisador	Participante		
•Discutir e refletir sobre o “lugar” do Conselho de Classe no processo de ensino e aprendizagem e na formação do professor a partir da realidade na qual está inserido: IFRO campus Ji-Paraná.	E 3 2 h	Da realidade e das possibilidades de um novo Conselho de Classe na EPTNM no IFRO.	Apresentar e mediar as discussões a partir dos textos “Conselho de Classe-Espaço de diagnóstico da Prática” e “Conselho de Classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva?”	Refletir a partir da leitura e discussão dos textos “Conselho de Classe-Espaço de diagnóstico da Prática” e “Conselho de Classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva?” Sobre o Conselho de Classe no IFRO. A partir das reflexões, propor ações efetivas para se construir um Conselho de Classe como espaço de reflexão, avaliação e autoavaliação.	Computador, Data show, papel, canetas, gravador de áudio.	Questionamento escrito: Quais as possibilidades para se transformar a realidade do Conselho de Classe no IFRO?

Observação: BibliografiaCRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe-Espaço de diagnóstico da Prática**. 3. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015.SOUSA, SMZL; **Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva**. Série Ideias, São Paulo: FDE, n. 25, p. 45-59, 1998.

QUARTO ENCONTRO**DATA: 05 DE JUNHO DE 2018**

Descrição: O quarto Encontro terá como questão orientadora das discussões “A partir do discutido e das reflexões feitas, quais as nossas proposições para o Conselho de Classe Formativo no IFRO?”.						
Objetivo	Encontro e duração	Conteúdo	Procedimentos		Recursos	Avaliação
			Pesquisador	Participante		
<ul style="list-style-type: none"> •Elaborar proposições para o projeto de um novo Conselho de Classe; •Avaliar os encontros realizados, tendo como base as reflexões feitas e os conhecimentos compartilhados e construídos. 	E4 2h	Conselho de Classe participativo: algumas propostas; Construindo uma proposta de ferramenta didático/pedagógica para o Conselho de Classe.	Mediar as discussões do grupo a partir da questão orientadora do encontro Fazer as inferências necessárias quanto ao tema.	Discutir e apresentar proposições para o projeto de um novo Conselho de Classe no IFRO.	Computador, Data show, papel, canetas.	Questionário I ²⁷ com 10 questões (objetivas, discursivas).
Observação: Bibliografia CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Conselho de Classe-Espaço de diagnóstico da Prática . 3. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015.						

²⁷ O questionário I corresponde a avaliação realizada com o grupo colaborativo.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO GRUPO COLABORATIVO

Conselho de Classe- possibilidades de atuação na formação continuada de professores a partir de grupos colaborativos

Data/Período de Realização do Evento: maio/junho de 2018

Caro professor (a) / colaborador (a), esta avaliação tem como objetivo colher informações, sugestões e opiniões sobre a ação realizada (Grupo colaborativo) e verificar de que forma ela colaborou com o seu processo de formação.

1) Primeiro, gostaríamos de saber, quem é o (a) professor (a) _____?
O que o (a) define como professor (a)?

2) Para cada item, assinale a opção que melhor reflete sua opinião sobre todos os encontros do grupo:

	Péssimo	Fraco	Médio	Bom	Excelente	Não se aplica
e) Programação da Ação						
f) Organização da Ação						
g) Tempo disponibilizado para as discussões						
h) Tema(s) e assuntos abordado(s).						

3) A partir da Ação (Grupo colaborativo) como você define e avalia a importância do Conselho de Classe?

4) Em quais aspectos o Grupo Colaborativo colaborou com o seu processo de formação? Classe?

5) A partir das discussões do grupo, é possível afirmar que o Conselho de Classe pode contribuir na formação do professor? Como? Classe?

6) Quais conteúdos e assuntos discutidos e trabalhados no grupo colaborativo você considera que foram mais relevantes para a sua formação? Classe?

7) Quais aspectos relacionados ao Conselho de Classe você considera mais importantes destacar?
Classe?

8) Se você tivesse à sua disposição recursos materiais e humanos para desenvolver o seu trabalho como professor (se nada lhe faltasse), que modelo de Conselho de Classe proporia?
Classe?

9) Registre suas percepções dos encontros do grupo (sugestões, críticas e opiniões).
Classe?

Se necessário, utilize o verso da folha.

"Eu sou parte de uma equipe. Então, quando venço, não sou eu apenas quem vence. De certa forma, termino o trabalho de um grupo enorme de pessoas." Ayrton Senna.

APÊNDICE E-QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Nome do avaliador:²⁸

Formação:

Instituição de ensino/Departamento:

Principais experiências com o Conselho de Classe:

Orientações para avaliação da proposta:

A avaliação da Proposta para o Conselho de Classe Formativo na EPTNM foi organizada em três partes: Parte I Avaliação Específica, Parte II Avaliação Geral e Parte III Parecer Final. A seguir, apresenta-se as orientações para avaliação de cada uma das partes.

PARTE I - Avaliação Específica: propõe que cada item apresentado seja avaliado de forma discursiva. Para isso, orienta-se que sejam utilizados como parâmetros os termos **ótimo, bom, regular** ou **insuficiente**, seguido de apresentação de justificativa do avaliador.

PARTE II - Avaliação Geral: propõe que cada item apresentado seja avaliado de forma objetiva, tendo como parâmetro os termos **Sim, Não** ou **Em parte**.

PARTE III - Parecer Final: nessa parte, solicita-se que o avaliador apresente uma síntese com o seu parecer final, descrevendo sobre os pontos que precisam ser revistos, bem como fazendo sugestões sobre a proposta analisada.

PARTE I - Avaliação Específica (*se necessário amplie o espaço da avaliação*)

ITEM DA PROPOSTA	AVALIAÇÃO
1. Apresentação da Proposta	
2. Objetivo Geral	
3. Estrutura da Proposta	
4. Parte I- Definição e organização do Grupo Colaborativo	
5. Parte II- Sobre a proposta do Conselho de Classe formativo	
6. Estrutura do Conselho de Classe Formativo	

²⁸ Nenhum avaliador será identificado quando da análise de sua avaliação/parecer ou em nenhuma outra situação. Haverá sigilo absoluto de seu nome, bem como de dados que possam identificá-lo.

7. Etapa 1- Autoavaliação dos Participantes Como é a autoavaliação no conselho de classe formativo?	
8.Autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica	
9. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com discentes	
10. Ficha de autoavaliação da Equipe Técnico-Pedagógica que atua com docentes	
11.Autoavaliação de Professores	
12.Ficha de autoavaliação de professores	
13.Autoavaliação de Alunos e/ou Turma	
14.Ficha de autoavaliação de Aluno e/ou Turma	
15.Etapa 2- avaliação diagnóstica individual	
16.Avaliação Diagnóstica Individual do Professor	
17.Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do professor	
18.Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma	
19.Ficha de Avaliação Diagnóstica Individual do Aluno e/ou Turma	
20.Etapa 3 -Avaliação Diagnóstica coletiva	
21.Como fazer o registro de um Conselho de Classe Formativo?	
22.Ficha Modelo de Ata para o Conselho de Classe Formativo	
23. Etapa 4- Planejamento Coletivo e Acompanhamento das ações do Conselho de Classe formativo.	
24. Ficha de Acompanhamento dos profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica.	

PARTE II - Avaliação Geral

QUESTÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
1. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui clareza em sua exposição?			
2. A Proposta para Conselho de Classe Formativo está bem estruturada?			
3. Os objetivos apresentados são claros?			
4. Esta Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM possui caráter pedagógico?			
5. A Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM deixa claro qual é a sua relevância?			
6. A Proposta para Conselho de Classe Formativo é exequível no contexto escolar da EPTNM?			

PARTE III- Parecer Final

1 Apresente um Parecer Final sobre a Proposta, recomendando sua aprovação ou reprovação, explanando sobre suas impressões e sugestões em relação a Proposta para o Conselho de Classe Formativo.

APÊNDICE F – PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

O produto educacional desta pesquisa, “Proposta para Conselho de Classe Formativo na EPTNM”, foi impresso separadamente e também consta em mídia digital. Pode ser acessado no endereço: <http://www2.ifam.edu.br/profept>.